



**RELATÓRIO DE  
ACTIVIDADES  
E PRESTAÇÃO  
DE CONTAS '10**  
MUNICÍPIO DE ESTARREJA

**RELATÓRIO DE  
GESTÃO**

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. OBJECTIVO E ENQUADRAMENTO GERAL

A obrigação de prestar contas é tanto maior quanto a função é pública, ou seja, quando se trata do desempenho de cargos pagos pelo dinheiro dos contribuintes.

Dentro deste espírito, o órgão executivo de um município tem então de prestar contas em momentos diversos e a diferentes destinatários (eleitores, órgão deliberativo, Tribunal de Contas, Ministério da Administração Interna (DGAL) e outros órgãos de controlo externo (DGO e INE)).

Confrontados os decisores políticos com esta necessidade, sobressai a importância do papel do sistema contabilístico, cabendo-lhe assegurar a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial, fiável e oportuna, e que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros.

Na prossecução deste fim, o regime de contabilidade autárquica legalmente estabelecido (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e respectivas alterações) determina a elaboração do **relatório de gestão** como peça a integrar nos documentos de prestação de contas.

### 1.2. ESTRUTURA /METODOLOGIA

O presente Relatório espelha a Execução do Orçamento da autarquia para 2010, que foi elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro “POCAL”, cumprindo o preceituado no n.º 13 do POCAL e n.º 28 das Instruções n.º 1/2001 – 2.ª Secção – Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas e apresenta em documento autónomo os mapas de Prestação de Contas.

O **Relatório de Gestão** apresenta-se decomposto em cinco áreas:

- **Enquadramento Macroeconómico**, de caracterização dos principais indicadores económicos de ordem mundial e nacional;
- **Enquadramento Institucional**, com caracterização da entidade a nível de localização geográfica, caracterização demográfica e económica local, complementada com a identificação do sistema de informação contabilística;
- **Análise Orçamental**, desenvolve-se uma avaliação de natureza orçamental, centrada de início na execução global do orçamento, suas alterações e revisões e respectiva articulação entre receita e despesa, assim como os fluxos de caixa e contas de ordem, seguida de uma abordagem individualizada à componentes da Receita e da Despesa Municipal;
- **Dívida Municipal**, incluindo uma apreciação detalhada ao endividamento autárquico, questão de fundamental importância no contexto global da administração pública;
- **Análise Patrimonial**, tendo por base o balanço e a demonstração de resultados, permitindo uma análise da situação económico-financeira relativa ao exercício, avaliando designadamente a situação patrimonial, a evolução dos custos e proveitos, incluindo proposta de aplicação do resultado Líquido do período.

De forma resumida o **Relatório de Gestão** disponibiliza elementos relativos à actividade financeira e patrimonial da autarquia evidenciando os aspectos mais importantes, com particular ênfase na análise da execução orçamental das receitas e despesas, relevando os aspectos da execução das Grandes Opções do Plano (doravante GOP's), especificamente no que concerne ao investimento e actividades mais relevantes realizadas; do endividamento da autarquia, identificando os resultados operados no exercício, bem como a apresentação da proposta de aplicação do resultado líquido.

Na metodologia utilizada foram elaborados quadros e gráficos de forma a evidenciar os dados informativos indicados em cada capítulo. Para melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal são apresentados, também, elementos relativos à execução dos anos anteriores.

### 1.3. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A actividade económica a nível mundial evidenciou em 2010, os sinais de recuperação económica que se vinham a registar desde o final de 2009, de forma mais visível nos países emergentes (sobretudo na Ásia) cujo crescimento tem um ritmo mais controlado, embora mais sustentável, tendo o Produto Interno Bruto (PIB) mundial registado um crescimento de 4,6%.

Foi notório o crescimento da economia japonesa durante o ano de 2010, que foi impulsionada pelo consumo privado, como resultado das medidas de estímulo promovidas quer pelo banco central, quer pelo governo, mesmo tendo em consideração o ligeiro aumento do desemprego verificado. Ainda no que se refere ao bloco asiático, os indicadores económicos da China continuaram sólidos, sendo esta consistência mais visível quando analisada a sua actividade interna.

Deve-se ainda destacar a importância que os Estados Unidos tiveram para a retoma da economia mundial. A Reserva Federal manteve inalterada a taxa de referência no nível mais baixo de sempre e a administração norte-americana anunciou a implementação de diversos pacotes de estímulo económico.

Realce ainda para o desempenho da economia brasileira que cresceu cerca de 8% em 2010, um dos melhores desempenhos anuais das últimas quatro décadas. O Brasil, sendo um país exportador de matérias-primas mais direccionado para os países de economia emergente, viu as suas políticas macroeconómicas serem adoptadas com sucesso no combate à crise internacional, permitindo assim uma recuperação bastante mais rápida e eficaz.

Na Zona Euro, apesar da elevada instabilidade financeira verificada em 2010, especialmente marcada por dificuldades no mercado da dívida pública, o crescimento económico deste espaço comum foi uma agradável surpresa, tendo o mesmo ascendido a 1,7%, o nível mais elevado nos últimos três anos.

Para fazer face aos problemas verificados com o mercado da dívida pública, foi notório o esforço comum que todos os estados membros realizaram por forma a consolidar as suas finanças públicas, especialmente através do corte de despesas e da implementação de diversas medidas que permitem arrecadar mais receitas.

A recuperação económica da UE concretizou-se numa primeira fase, ancorada no forte crescimento verificado nas exportações, passando no final do ano para uma fase seguinte onde se constata que o aumento do investimento tem como base um acréscimo das exportações.

O nível de inflação na Zona Euro, medido pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), registou em 2010 uma taxa de variação média de 1,6%, justificado essencialmente pelo aumento dos preços dos bens energéticos, tendo-se verificado ainda que a taxa de desemprego ultrapassou os 10%.

Durante 2010, as principais Bolsas mundiais continuaram a trajetória ascendente que teve o seu início em 2009, com destaque para os índices da Alemanha - DAX (14%), dos EUA - DOW JONES IA (9%) e do Reino Unido - FTSE100 (9%).

Em Portugal, durante o ano de 2010 o PIB aumentou 1,4% em volume, contrastando com os -2,5% registados em 2009, resultado do contributo positivo das exportações líquidas, do consumo privado e do consumo público, apesar da forte queda do investimento.

Em 2010 segundo o IHPC, a taxa de inflação teve uma de variação média de 1,4%, explicada sobretudo pelo aumento do preço dos bens energéticos e do acréscimo de diversos impostos indirectos.

A taxa de desemprego em 2010 permaneceu bastante elevada, cifrando-se em 10,8% (9,5% em 2009). No entanto, no 4º trimestre de 2010 esta taxa fixou-se em 11,1%, atingindo um novo máximo desde 1998 e ampliando o movimento ascendente que se verifica desde o 3º trimestre de 2008.

A Bolsa portuguesa registou um comportamento inverso às principais Bolsas mundiais, com o PSI 20 a acumular perdas de 10% durante o ano de 2010, reflectindo o aumento do risco da dívida soberana e as suas implicações para as empresas nacionais.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE



### 2.1. IDENTIFICAÇÃO

O concelho de Estarreja pertence administrativamente ao distrito de Aveiro (Beira Litoral). Localiza-se na sub-região do Baixo Vouga e integra-se numa individualidade regional – a ria. Caracteriza-se pela existência de esteiros e canais em todas as freguesias e esta influência marinha contribuiu para se constituir nela, ao seu redor, uma diversidade de biótopos com grande importância do ponto de vista ecológico.

O concelho de Estarreja, possui um total de 28 182 habitantes e estendendo-se por uma área de 108,2 km<sup>2</sup> abrangendo 7 freguesias: Avanca, Beduído, Canelas, Fermelã, Pardilhó, Salreu e Veiros.

É limitado a norte pelo município de Ovar, a leste por Oliveira de Azeméis, a leste e a sul por Albergaria-a-Velha e a oeste por

Murtosa, sendo servido por uma importante rede viária.

O concelho de Estarreja fica situado num território levemente acidentado a nascente e de planície a poente. É-lhe fronteira a Ria de Aveiro e o seu rio principal é o Antuã, que delimita as freguesias de Beduído, pelo Sul, e de Salreu, pelo Norte.

Atravessam o seu território a linha de caminho de ferro do norte, a A1, a EN109, a A29 e fica-lhe próxima a A25. A posição privilegiada que o concelho de Estarreja ocupa no agrupamento do Baixo Vouga, não só permite a existência de importantes eixos de acessibilidade, como também factores de ordem natural, relativos à proximidade da ria de Aveiro, a aptidão dos solos para a agricultura, a zona industrial, entre outros.

De acordo com os dados estatísticos de 2001 (censos 2001), residiam no concelho de Estarreja 28 182 habitantes, dos quais 22.580 são eleitores (STAPE, Março 2001) e a densidade populacional é de 260,4 habitantes/km<sup>2</sup>. A maior concentração populacional regista-se nas freguesias de Beduído, Avanca, Pardilhó e Salreu, existindo cerca de 11.725 alojamentos familiares totais em todos o concelho, distribuídos em 10.424 edifícios.



De acordo com os dados estatísticos de 2001, dos 28.182 indivíduos residentes no concelho de Estarreja, cerca de 12.135 pessoas encontravam-se empregadas e 878 estavam desempregadas. Confrontando-se os dados de 1991 com os de 2001, pode-se constatar que em Estarreja houve um aumento tanto da população empregada (1991: 10.564 pessoas; 2001: 12.135 pessoas) como da desempregada (1991: 643; 2001: 878)

Estarreja é um concelho cuja base económica é liderada pelo Sector Secundário, com 6.011 pessoas empregadas. De 1991 a 2001 o Sector Primário sofreu uma variação bastante significativa – 56,7%. Em contrapartida, o Sector Terciário tem vindo a ganhar cada vez mais, peso na estrutura económica.

É de salientar que as indústrias transformadoras são as principais “responsáveis” pela economia local industrial (33,4%), sendo o ramo das Indústrias Metalúrgicas de Base e Produtos Metálicos o que gera mais emprego (4,9%). Em segundo lugar surge o ramo das Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco com 4,5%.

**Quadro nº1**

CONCELHO DE ESTARREJA	FREGUESIAS							Total do Concelho
	Avanca	Beduído	Canelas	Fermelã	Pardilhó	Salreu	Veiros	
População Residente HM	6.474	7.794	1.486	1.482	4.175	4.153	2.618	<b>28.182</b>
População Residente H	3.152	3.752	709	719	2.054	1.969	1.284	<b>13.639</b>
População Residente M	3.322	4.042	777	763	2.121	2.184	1.334	<b>14.543</b>
População Presente HM	6.161	7.462	1.464	1.439	4.078	4.062	2.478	<b>27.144</b>
População Presente H	2.977	3.569	693	691	1.993	1.915	1.211	<b>13.049</b>
População Presente M	3.184	3.893	771	748	2.085	2.147	1.267	<b>14.095</b>
Famílias Clássicas Residentes	1.966	2.652	482	487	1.369	1.406	834	<b>9.196</b>
Famílias Institucionais	4	1	0	0	1	2	1	<b>9</b>
Núcleos Familiares Residentes	1.898	2.328	460	441	1.220	1.247	766	<b>8.360</b>
Alojamentos Familiares - Total	2.285	3.357	577	600	1.863	1.859	1.184	<b>11.725</b>
Alojamentos Familiares - Clássicos	2.277	3.334	575	599	1.845	1.853	1.178	<b>11.661</b>
Alojamentos Familiares - Outros	8	23	2	1	18	6	6	<b>64</b>
Alojamentos Colectivos	7	4	0	0	1	4	1	<b>17</b>
Edifícios	2.144	2.409	559	585	1.747	1.816	1.164	<b>10.424</b>

**Adaptado** : INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

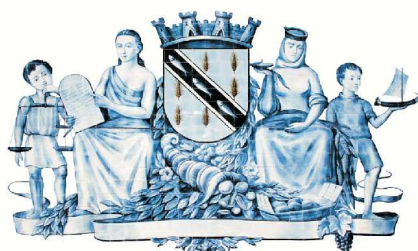
A Fabricação de Produtos Químicos e de Fibras Sintéticas ou Artificiais foi em tempos (Anos 50/60) o ramo dominador da oferta de emprego no concelho de Estarreja. A atestar a gradual perda de importância que este ramo de actividade tem vindo a sofrer, no âmbito do tecido produtivo local, regista-se o facto, de em 1981, ser o ramo mais importante relativamente à oferta de emprego, e que, volvidos dez anos (2001) constituísse a quarta actividade em termos de criação de emprego (3.7%), realçando-se, mais uma vez, a profunda reestruturação do tecido industrial, que ocorreu no concelho.

**Quadro nº2** - Indicadores sobre a estrutura da população activa do concelho de Estarreja - 1991 e 2001

Freguesias	População Empregada		População Desempregada		População por Sector de Actividade						Taxa de Actividade		Taxa de Desemprego	
	1991	2001	1991	2001	I		II		III		1991	2001	1991	2001
					1991	2001	1991	2001	1991	2001				
Avanca	2570	2926	162	194	172	112	1506	1684	892	1130	42,5	48,2	5,9	6,2
Beduído	2780	3513	168	252	106	80	1217	1522	1457	1911	43,8	48,3	5,7	6,7
Canelas	592	557	15	54	145	30	213	223	234	304	40,5	41,1	2,5	8,8
Fermelã	643	631	46	32	97	29	319	312	227	290	43,6	44,7	6,7	4,8
Pardilhó	1506	1680	110	126	155	73	920	1020	431	587	38,2	43,3	6,8	7
Salreu	1653	1703	105	127	312	101	613	651	728	951	42,3	44,1	6	6,9
Veiros	820	1125	37	93	205	91	387	599	228	435	40,5	46,5	4,3	7,6
<b>Concelho</b>	<b>10564</b>	<b>12135</b>	<b>643</b>	<b>878</b>	<b>1192</b>	<b>516</b>	<b>5175</b>	<b>6011</b>	<b>4197</b>	<b>5608</b>	<b>41,9</b>	<b>46,2</b>	<b>5,7</b>	<b>6,7</b>

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População de 1991 e 2001.

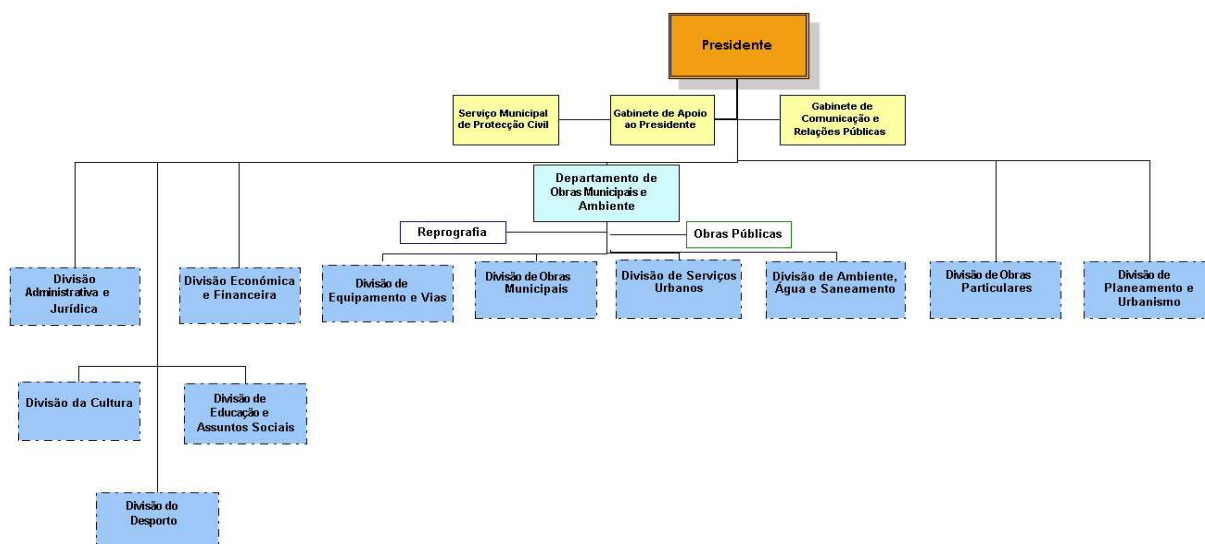
## 2.2. ESTRUTURA ORGÂNICA



O Município de Estarreja é uma pessoa colectiva do direito público – N.P.I.C. 501 190 082 / C.A.E. ( ver novo código) -75 113 , exercendo as alterações conferidas por lei das autarquias locais. A Câmara Municipal é o órgão executivo, reunindo-se quinzenalmente no Salão Nobre do Edifício dos Paços de Concelho, estando as suas competências e regime jurídico de funcionamento definidos nos artigos 56º e seguintes da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro.

A macro-estrutura, bem como as atribuições e competências dos serviços municipais encontrava-se, ainda no ano 2010, tipificada em Regulamento Interno dos Serviços, Estrutura Orgânica e Quadro de Pessoal, publicado na II Série do Diário da República de 26 de Maio de 2004, pelo Aviso n.º 3998/2004 (2ª série) – AP.

Figura nº1



## 2.3. SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA / CONTABILIDADE AUTÁRQUICA

Uma das características da Nova Gestão Pública é a preocupação generalizada com o controlo dos défices orçamentais e do endividamento público, bem como a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fiável e oportuna, que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros.

A nível da administração local, o POCAL (Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais) representa um marco histórico nas finanças e na contabilidade das autarquias locais, permitindo que pela primeira vez estas entidades elaborassem e apresentassem informação financeira e contabilística numa perspectiva não só orçamental e de caixa, mas também económica e patrimonial. Desta forma, o sistema contabilístico das autarquias locais é mais informativo, permitindo obter informação contabilística permanente que constitui um importante instrumento de suporte à tomada de decisão.

De igual modo importante é a aprovação da Nova Lei das Finanças Locais – Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro –, em cujo diploma é estabelecido o regime financeiro dos municípios e freguesias, tendo aquela conformado um quadro financeiro dinâmico para as autarquias locais aliado à adopção de medidas de rigor e de consolidação orçamental.

Neste âmbito é reconhecida a necessidade do desenvolvimento de uma estratégia de consolidação orçamental, na área da governação local, consagrando desde logo, medidas tendentes ao controlo do endividamento municipal, designadamente através de previsão de novas regras de cálculo para a respectiva capacidade de endividamento de cada município.

Assim, estabilizou-se a este respeito o conceito de endividamento líquido municipal, compatível com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95). Um conceito amplo de financiamento líquido associado ao volume de dívida relativamente aos activos financeiros das autarquias, bem como limites específicos para a celebração de empréstimos de curto, médio e longo prazo.

Refira-se que pela primeira vez existe um conceito de endividamento municipal que incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local, as associações de municípios e os serviços municipalizados, na proporção da sua participação.

O sistema contabilístico consiste num conjunto de tarefas, métodos, regras e registos, através do qual se processam as operações como meio de manter a informação financeira e envolve a identificação, a agregação, a análise, o cálculo, a classificação, o lançamento nas contas, o resumo e o relato das várias operações e acontecimentos.

O sistema de informação contabilística das autarquias locais encontra-se regulamentado pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (*Lei das Finanças Locais*) e pelo Decreto-Lei nº54-A/99, de 22/2 (POCAL), alterado pela Lei nº162/99, de 14/9, pelo Decreto-Lei nº315/2000,2/12 e pelo Decreto-Lei nº84-A/2002, de 5/4.

Este sistema contabilístico que segue, no seu essencial, as regras e princípios da contabilidade pública, revelando as operações que decorrem do conjunto de actos administrativos realizados pelo município, como sejam: o tratamento e registo das operações de arrecadação de receitas e a realização de despesas, preparação, controlo, detecção de desvios, elaboração de alterações e revisões, preparação da conta e apuramento do saldo final do exercício, tendo em conta os fins de natureza política e administrativos prosseguidos, não havendo preocupações do lucro mas sim do interesse público.

A principal função da contabilidade pública é garantir o controlo da legalidade, não consistindo apenas no registo dos factos patrimoniais à medida que eles ocorrem, mas também na expressão do conjunto de regras e princípios jurídicos que fundamentam toda a gestão económico-financeira dos organismos públicos.

O novo sistema contabilístico aplicado nas autarquias locais e preconizado pelo POCAL incorpora, de forma integrada, três grandes subsistemas : Contabilidade Orçamental, Contabilidade Patrimonial e Contabilidade de Custos.

Em termos técnicos o sistema informático, utiliza uma rede ETHERNET, com servidor Windows 2003 Server. A aplicação POCAL, funciona em cliente /servidor, estando o programa principal instalado em servidor SUN SOLARIS, com base uma base de dados oracle. Nos postos de trabalho está instalada uma aplicação cliente, funcionando os PC's com sistemas operativos Windows 98, Windows 2000 e Windows XP, Windows Vista.

### 3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Numa primeira instância procede-se a uma apreciação de âmbito orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, seguindo-se uma abordagem do equilíbrio orçamental, designadamente ao nível da poupança corrente, fluxos monetários e das fontes de financiamento do investimento, para por último desenvolver uma análise individual às componentes da Receita e Despesa Municipal.

Os documentos previsionais e de planeamento, concretamente as Grandes Opções do Plano e Orçamento, definiram para 2010, as principais escolhas de política de desenvolvimento para o concelho, identificando os projectos prioritários e mobilizando os recursos técnicos, humanos e financeiros necessários á sua execução.

Em matéria da Contabilidade Orçamental, a prestação de contas é feita em termos de execução dos documentos previsionais " Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2010".

A execução dos documentos orçamentais consubstancia-se no desenvolvimento das acções necessárias à arrecadação de receitas previstas e à realização de despesas inscritas no Orçamento, visando alcançar os objectivos fixados nas Grandes Opções do Plano.

#### 3.1. EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO.

Neste primeiro momento procede-se a uma análise global aos elementos relativos à execução orçamental de 2010, nomeadamente no que se refere ao comportamento e evolução das suas principais variáveis. Cada uma destas perspectivas de análise, bem como a respectiva evolução, será objecto de maior detalhe ao longo do presente documento.

##### 3.1.1. Orçamento Inicial versus Final e Executado

A análise da variação entre o **orçamento inicial, final e executado** permite aferir da concretização dos projectos a que o Município se propôs, nomeadamente a capacidade de gestão dos recursos da autarquia, bem como o esforço de angariação da receita, factor fundamental para a realização do objectivo político.

Este estudo, baseado nos mapas de execução orçamental que fazem parte dos documentos de prestação de contas da Autarquia, visa, numa primeira abordagem, comparar o valor do orçamento inicial e corrigido final, resultado das modificações orçamentais, com os valores da execução orçamental a fim de evidenciar os desvios de execução mais significativos.

No Quadro nº 3 procede-se á apresentação e comparação, de forma resumida, dos valores do orçamento inicial, final e executado, da receita e da despesa, evidenciando os respectivos desvios.

**Quadro nº 3 – Execução do Orçamento 2010**

( unidade monetária : Euros)

Capítulos	Previsão			Execução		Taxas de Execução	
	Inicial (a)	Final (b)	Desvio (b) - (a)	Valor (d)	Desvio (d)-(b)	Exec % (d)/(a)	Exec % (d)/(b)
<b>Receitas</b>							
Receitas Correntes	12.322.830,00	12.322.830,00	0,00	11.455.286,88	-867.543,12	92,96%	92,96%
Receitas de Capital	17.327.170,00	17.327.170,00	0,00	9.581.957,82	-7.745.212,18	55,30%	55,30%
Outras Receitas	10.000,00	10.000,00	0,00	47.437,30	37.437,30	474,37%	474,37%
<b>Total.....</b>	<b>29.660.000,00</b>	<b>29.660.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.084.682,00</b>	<b>-8.575.318,00</b>	<b>71,09%</b>	<b>71,09%</b>
<b>Saldo da Gerência Anterior</b>				1.345.976,11	1.345.976,11		
<b>Total.....</b>	<b>29.660.000,00</b>	<b>29.660.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>22.430.658,11</b>	<b>-7.229.341,89</b>	<b>75,63%</b>	<b>75,63%</b>
<b>Despesas</b>							
Despesas Correntes	13.959.641,88	14.939.441,88	979.800,00	12.803.101,64	-2.136.340,24	91,72%	85,70%
Despesas de Capital	15.700.358,12	14.720.558,12	-979.800,00	9.402.316,12	-5.318.242,00	59,89%	63,87%
<b>Total.....</b>	<b>29.660.000,00</b>	<b>29.660.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>22.205.417,76</b>	<b>-7.454.582,24</b>	<b>74,87%</b>	<b>74,87%</b>

De igual modo a anteriores gerências a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efectiva, e a taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efectivamente pagas e não à despesa realizada, ou seja, a despesa traduzida no total das obrigações assumidas para com terceiros (despesa facturada).



Da apreciação do quadro nº3 apura-se que do Orçamento inicialmente aprovado para o exercício de 2010, no valor de €29.660.000,00, a receita cobrada ascendeu €21.084.682,60 e o total da despesa executada totalizou €22.205.417,76, o que representa uma taxa de execução das receitas de 71,09% e das despesas de 74,87%. Incorporando a receita relativa ao saldo da gerência anterior, o qual não foi adicionado no Orçamento por intermédio de modificação aos documentos previsionais 2010, temos uma execução da receita a rondar os 75,63%

De referir, o valor do saldo de gerência anterior e transitado para 2010, no valor de €1.345.976,11, traduz efectiva receita e disponibilidade para cobertura de despesas realizadas no ano 2010, inclui maioritariamente a componente do Estado relativa à contratação do empréstimo bancário a médio e longo prazo, no âmbito Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado – PREDE, correspondendo ao valor de €1.064.954,00.

No âmbito da execução orçamental afere-se que a taxa de execução das receitas correntes foi de 92,96%, o que significa que para uma previsão final de €12.322.830,00 se atingiu uma execução de €11.455.286,88, destacando-se um desvio negativo de €867.543,12.

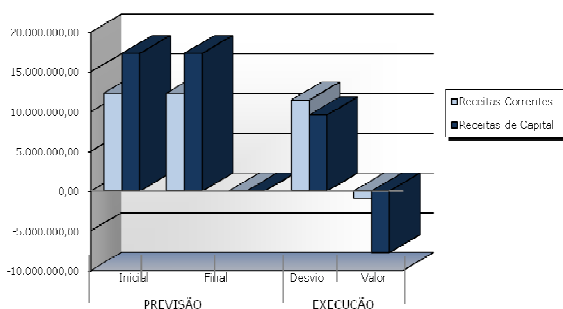
No que respeita às receitas de capital, estas continuam muito aquém do previsto, uma vez que para uma previsão final de €17.327.170,00 apenas se atingiu uma execução de €9.581.957,82, traduzindo um desvio desfavorável de (-) 7.745.212,18 e um a taxa de execução de 55,30%.

Ao nível da despesa, a taxa de execução atingiu 74,87%, com as despesas correntes a cumprir 85,70% e as despesas de capital 63,87% do total orçamentado, o que determina que sejam as despesas correntes aquelas que mais se destacam na realização do orçamento.

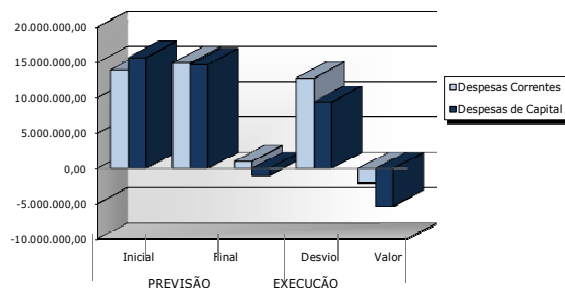
Os gráficos abaixo apresentados atestam as diferenças atrás anotadas:

### Gráficos nº 1 e 2

Comparação entre Receita Orçamental Inicial, Final e Executada



Comparação entre Despesa Orçamental Inicial, Final e Executada



Em termos comparativos com o exercício económico anterior, temos a reforçar que os documentos previsionais 2010 apresentaram uma previsão inferior ao Orçamento de 2009 em €3.840.000,00.

### RECEITA

Confrontando as taxas de execução ao nível das cobranças em relação ano anterior (comportamento do valor cobrado), verifica-se que durante o ano de 2010, a execução da receita total ronda os 71,09 %, porquanto que no exercício de 2009, este valor foi inferior em cerca de 4,39%, tendo atingido os 66,70%.

**Quadro nº 4 – Evolução da Execução da Receita (2005 a 2010)**

( unidade monetária : Euros)

Ano	Natureza	RECEITAS			
		Dotação Inicial	Dotação Final	Execução	Tx Exec (%)
2005	Correntes	12.116.420,00	12.116.420,00	10.111.441,74	83,45%
	Capital	19.787.998,81	19.787.998,81	7.176.974,13	36,27%
	<b>TOTAL</b>	<b>31.904.418,81</b>	<b>31.904.418,81</b>	<b>17.288.415,87</b>	<b>54,19%</b>
2006	Correntes	11.691.756,00	11.691.756,00	11.043.491,03	94,46%
	Capital	17.360.781,00	17.360.781,00	6.352.475,69	36,59%
	<b>TOTAL</b>	<b>29.052.537,00</b>	<b>29.052.537,00</b>	<b>17.395.966,72</b>	<b>59,88%</b>
2007	Correntes	13.437.598,00	13.437.598,00	11.947.531,08	88,91%
	Capital	16.522.402,00	16.522.402,00	7.152.420,86	43,29%
	<b>TOTAL</b>	<b>29.960.000,00</b>	<b>29.960.000,00</b>	<b>19.099.951,94</b>	<b>63,75%</b>
2008	Correntes	13.602.001,00	13.602.001,00	12.804.347,52	94,14%
	Capital	16.597.999,00	16.597.999,00	8.283.886,11	49,91%
	<b>TOTAL</b>	<b>30.200.000,00</b>	<b>30.200.000,00</b>	<b>21.088.233,63</b>	<b>69,83%</b>
2009	Correntes	14.016.430,00	14.016.430,00	12.650.058,53	90,25%
	Capital	19.483.570,00	19.483.570,00	9.694.327,93	49,76%
	<b>TOTAL</b>	<b>33.500.000,00</b>	<b>33.500.000,00</b>	<b>22.344.386,46</b>	<b>66,70%</b>
2010	Correntes	12.322.830,00	12.322.830,00	11.455.286,88	92,96%
	Capital	17.337.170,00	17.337.170,00	9.629.395,12	55,54%
	<b>TOTAL</b>	<b>29.660.000,00</b>	<b>29.660.000,00</b>	<b>21.084.682,00</b>	<b>71,09%</b>

O orçamento da receita corrente apresenta um elevado grau de execução (92,96%) apesar de inferior ao registado no ano 2008. O mesmo não acontece com as receitas de capital cuja execução não excedeu os 55,54%, sendo, no entanto, de realçar que pela primeira vez tenha ultrapassado a barreira dos 50%.

De referir, que no ano 2010, comparativamente ao registado no ano 2009, arrecadou-se menos receita no valor total de €1.259.704,66, sendo que o decréscimo verificado nas receitas correntes ascendeu a €1.194.771,65 e nas receitas de capital apenas uma diminuição de €64.932,81. O decréscimo registado ao nível das receitas de natureza corrente tem a sua justificação, essencialmente, na diminuição da cobrança de receitas associadas a prestação de serviços de distribuição e abastecimento público de água e serviços de recolha e tratamento de efluentes (saneamento básico\_ águas residuais), dado a gestão e exploração deste serviço ter sido transferido para Águas da Região de Aveiro – AdRA, S.A. desde 1 de Junho de 2010, numa figura de Contrato de Parceria Pública entre o Estado e o conjunto de Municípios do Sistema de Águas da Região de Aveiro.

#### DESPESA

Ao nível da despesa, a taxa de execução atingiu 74,87%, com as despesas correntes a cumprir 91,72% e as despesas de capital 59,89% do total do Orçamento Inicial, o que determina que sejam as despesas correntes aquelas que mais se destacam na realização do orçamento.

Comparando as taxas de execução ao nível dos pagamentos (comportamento do valor pago face ao previsto corrigido), constata-se que durante o ano 2010, a execução da despesa ronda os 74,87%, sendo que no ano anterior a taxa de execução atingiu apenas os 63,42%, registando-se um aumento de cerca de 11,45% neste indicador.

No entanto, tendo por base o Orçamento Corrigido, no contexto das despesas correntes são visíveis os bons níveis de execução, com uma taxa de execução de 85,70%, sendo de assinalar um aumento na despesa paga desta natureza em 4,24%. Em termos absolutos assistiu-se a um aumento da despesa corrente paga de €1.446.989,42, devido fundamentalmente á liquidação dívida vencida referente à facturação emitida entre 2008 e 2009, relativa a serviços de recolha e tratamento de efluentes (SIMRIA), facturação esta que se encontrava em reclamação, adicionando-se igualmente o pagamento de facturas do mesmo tipo de serviços emitidas em 2010 ( até Maio 2010).

A execução das despesas de capital conheceu igualmente um aumento, atingindo em 2010 , tendo por base o Orçamento Corrigido, uma taxa de 63,87%, traduzindo um aumento de cerca de 13,13 p.p. relativamente á taxa verificada no ano anterior, apesar de que em termos absolutos se tenha registado uma diminuição de despesas de capital pagas, com um decréscimo de €488.787,91.

**Quadro nº 5 – Evolução da Execução da Despesa (2005 a 2010)** (unidade monetária : €uros)

Ano	Natureza	DESPESAS			
		Dotação Inicial	Dotação Final	Execução	Tx Exec (%)
2005	Correntes	10.628.444,00	10.713.824,00	8.314.322,79	77,60%
	Capital	21.275.974,81	21.190.594,81	8.925.917,29	42,12%
	<b>TOTAL</b>	<b>31.904.418,81</b>	<b>31.904.418,81</b>	<b>17.240.240,08</b>	<b>54,04%</b>
2006	Correntes	11.036.615,87	11.232.503,63	9.899.520,89	88,13%
	Capital	18.015.921,13	17.820.033,37	7.392.351,55	41,48%
	<b>TOTAL</b>	<b>29.052.537,00</b>	<b>29.052.537,00</b>	<b>17.291.872,44</b>	<b>59,52%</b>
2007	Correntes	12.081.282,57	12.220.986,46	10.590.535,36	86,66%
	Capital	17.878.717,43	17.739.013,54	8.404.514,65	47,38%
	<b>TOTAL</b>	<b>29.960.000,00</b>	<b>29.960.000,00</b>	<b>18.995.050,01</b>	<b>63,40%</b>
2008	Correntes	12.589.471,68	12.757.856,68	11.662.058,50	91,41%
	Capital	17.610.528,32	17.442.143,32	9.447.627,16	54,17%
	<b>TOTAL</b>	<b>30.200.000,00</b>	<b>30.200.000,00</b>	<b>21.109.685,66</b>	<b>69,90%</b>
2009	Correntes	13.917.493,60	13.940.887,60	11.356.112,22	81,46%
	Capital	19.582.506,40	19.559.112,40	9.891.104,03	50,57%
	<b>TOTAL</b>	<b>33.500.000,00</b>	<b>33.500.000,00</b>	<b>21.247.216,25</b>	<b>63,42%</b>
2010	Correntes	13.959.641,88	14.939.441,88	12.803.101,64	85,70%
	Capital	15.700.358,12	14.720.558,12	9.402.316,12	63,87%
	<b>TOTAL</b>	<b>29.660.000,00</b>	<b>29.660.000,00</b>	<b>22.205.417,76</b>	<b>74,87%</b>

Analisando os quadros nº4 e nº5, temos que desde 2005 a evolução da execução Orçamento tinha vindo a conhecer um gradual aumento, traduzindo um maior rigor na elaboração dos documentos previsionais, imprimindo uma maior fiabilidade das previsões financeiras apresentadas. No entanto, essa tendência conheceu um revés no ano 2009, tendo recuperado amplamente no exercício económico de 2010 ultrapassando os níveis de execução de 70% da lado da receita e aproximando-se da meta 75% ao nível da despesa.

**Quadro nº 6 – Execução do Orçamento 2010**

(unidade monetária : €uros)

Capítulos	DESPESA 2010				Taxa de Execução		
	Previsão	Comprometida	Facturada	Paga	Desp Factor	Desp.Paga	Desp.Comp
	(a)	(b)	(c)	(d)	(c)/(a)	(d)/(a)	(b)/(a)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>14.939.441,88</b>	<b>13.971.617,78</b>	<b>13.346.793,35</b>	<b>12.803.101,64</b>	<b>89,34%</b>	<b>85,70%</b>	<b>93,52%</b>
Pessoal	5.173.530,73	5.013.544,87	5.004.183,58	4.964.162,89	96,73%	95,95%	96,91%
Aquisição de Bens e Serviços	7.850.549,41	7.447.430,73	6.832.212,07	6.424.193,04	87,03%	81,83%	94,87%
Juros e Outros Encargos Financeiros	419.700,00	306.386,66	306.386,66	224.492,74	73,00%	53,49%	73,00%
Transferências Correntes	1.126.430,52	1.022.069,38	1.022.069,38	1.008.311,31	90,74%	89,51%	90,74%
Outras Despesas Correntes	369.231,22	182.186,14	181.941,66	181.941,66	49,28%	49,28%	49,34%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>14.720.558,12</b>	<b>12.082.013,63</b>	<b>10.940.567,81</b>	<b>9.402.316,12</b>	<b>74,32%</b>	<b>63,87%</b>	<b>82,08%</b>
Investimentos	11.238.077,62	9.068.728,75	7.934.282,93	6.843.978,26	70,60%	60,90%	80,70%
Transferências de Capital	1.833.980,50	1.370.571,31	1.363.571,31	915.624,29	74,35%	49,93%	74,73%
Activos Financeiros	155.000,00	154.472,50	154.472,50	154.472,50	99,66%	99,66%	99,66%
Passivos Financeiros	1.490.000,00	1.488.241,07	1.488.241,07	1.488.241,07	99,88%	99,88%	99,88%
Outras Despesas de Capital	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
<b>DESPESAS TOTAIS</b>	<b>29.660.000,00</b>	<b>26.053.631,41</b>	<b>24.287.361,16</b>	<b>22.205.417,76</b>	<b>81,89%</b>	<b>74,87%</b>	<b>87,84%</b>

No lado da despesa é importante referir que a execução em análise, se reporta à relação entre Despesa Paga e Despesa Orçada, quando em rigor o que deveria ser comparado, para avaliar a fiabilidade da Elaboração do Orçamento, era a relação entre compromissos assumidos no exercício e a despesa orçada, cujo grau de execução da despesa atinge os 87,84%, traduzindo por inerência baixos desvios e uma performance de execução notoriamente superior. (quadro nº 6)

A análise detalhada da execução orçamental da receita e despesa será feita oportunamente no seu capítulo próprio e específico.

### 3.1.2. Modificações aos Documentos Previsionais - Orçamento & GOP

Ao longo dos exercícios económicos são por norma ultimadas modificações orçamentais, que originam correcções aos valores inicialmente previstos, através do reforços/ou anulação das respectivas dotações.

Algumas dessas modificações implicam aumentos da dotação global do orçamento, outras resultam apenas em meros ajustamentos das dotações inter-rubricas, não originando por isso alterações na sua dotação global.

As modificações realizadas no decorrer do ano 2010, á semelhança do ocorrido em anos anteriores, reflectem simples reajustamentos entre diferentes rubricas de classificação económica não se tendo operado qualquer aumento do valor global da despesa/receita relativamente ao inicialmente previsto. Deste modo, o aumento/diminuição das dotações orçamentais traduz unicamente movimentação inter-rubricas, em que reforços tiveram como contrapartida anulações, e vice-versa.

O Orçamento 2010 e as GOP's 2010-2014 aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal em 14 e 30 de Dezembro de 2009, sofreu 11 (onze) modificações, que foram concretizadas da seguinte forma:

- ✓ 11 (onze) alterações ao Orçamento da Despesa;
- ✓ 11 (onze) alterações ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
- ✓ 9 (nove) alterações no Plano de Actividades Municipais (PAM);

Os quadros que se seguem permitem comparar a estrutura do correspondente orçamento inicial com a do orçamento final, quer em termos relativos quer em termos absolutos, por classificação económica.

Em resultado das 11 modificações operadas no Orçamento da Despesa em 2010, realizaram-se €3.900.735,37 de reforços, com contrapartida de anulações/deduções em dotações orçamentais de diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas.

Neste sentido, podemos constatar que, a dotação das despesas correntes e de capital sofreram alterações significativas com as modificações orçamentais realizadas ao longo do ano de 2010, mas se analisarmos a despesa total, verificamos que a dotação inicial é de €29.660.000,00, valor exactamente igual ao da dotação final, reflexo de que apenas ocorreram movimentações inter-rubricas e que o impacto no orçamento final foi nulo.

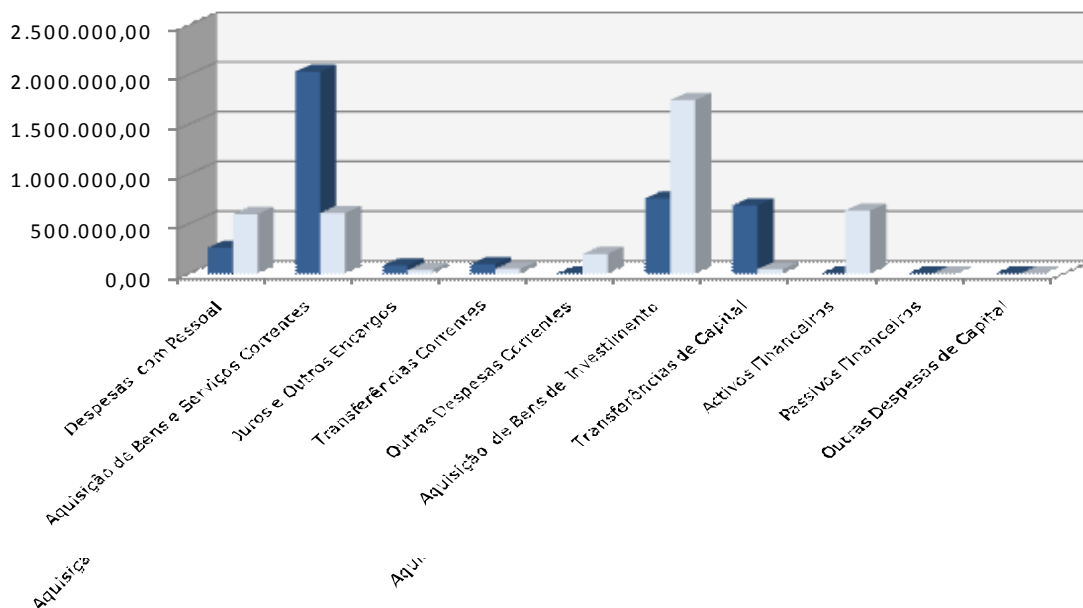
As modificações ao Orçamento não modificaram significativamente a sua estrutura, mantendo-se as despesas correntes e as despesas de capital nas mesmas posições relativas ao orçamento final e no inicial.

**Quadro nº 7 – Alterações e Revisões Orçamentais 2010 - DESPESA**

( unidade monetária : Euros)

Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Corrigida		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
<b>Despesas Correntes</b>	<b>13.959.641,88</b>	<b>47,07%</b>	<b>2.460.959,00</b>	<b>1.481.159,00</b>	<b>14.939.441,88</b>	<b>50,37%</b>	<b>979.800,00</b>	<b>7,02%</b>
Despesas com Pessoal	5.509.485,00	18,58%	257.142,88	596.247,15	5.170.380,73	17,43%	-339.104,27	-6,15%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	6.550.942,00	22,09%	2.028.166,12	607.612,18	7.971.495,94	26,88%	1.420.553,94	21,68%
Juros e Outros Encargos	340.000,00	1,15%	79.700,00	35.000,00	384.700,00	1,30%	44.700,00	13,15%
Transferências Correntes	1.123.500,00	3,79%	91.850,00	45.819,48	1.169.530,52	3,94%	46.030,52	4,10%
Outras Despesas Correntes	435.714,88	1,47%	4.100,00	196.480,19	243.334,69	0,82%	-192.380,19	-44,15%
		0,00%						
<b>Despesas de Capital</b>	<b>15.700.358,12</b>	<b>52,93%</b>	<b>1.439.776,57</b>	<b>2.419.576,57</b>	<b>14.720.558,12</b>	<b>49,63%</b>	<b>-979.800,00</b>	<b>-6,24%</b>
Aquisição de Bens de Investimento	12.225.810,12	41,22%	755.728,57	1.743.461,07	11.238.077,62	37,89%	-987.732,50	-8,08%
Transferências de Capital	1.194.000,00	4,03%	684.048,00	44.067,50	1.833.980,50	6,18%	639.980,50	53,60%
Activos Financeiros	787.048,00	2,65%	0,00	632.048,00	155.000,00	0,52%	-632.048,00	-80,31%
Passivos Financeiros	1.490.000,00	5,02%	0,00	0,00	1.490.000,00	5,02%	0,00	0,00%
Outras Despesas de Capital	3.500,00	0,01%	0,00	0,00	3.500,00	0,01%	0,00	0,00%
<b>Total da Despesa</b>	<b>29.660.000,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.900.735,57</b>	<b>3.900.735,57</b>	<b>29.660.000,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>

Gráficos nº 3



Nas despesas correntes a rubrica com maior modificação positiva, em termos absolutos, foi a "Aquisição de Bens e Serviços Correntes", ao apresentar a importância de €1.420.553,94, destacando-se os reforços operados para comportar a facturação/compromissos associados a aquisição de serviços relacionados com actividade de águas residuais (Saneamento), mais propriamente recolha e tratamento de efluentes (SIMRIA), serviços de recolha e tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, sendo, também, de referir a alteração de estratégia de gestão das refeições escolares optando-se por contratar prestação de serviços a empresas especializadas na confecção de transporte de refeições nos Jardins de Infância e Escolas Básicas do Concelho.

Como contrapartida dos reforços de rubricas orçamentais de despesa corrente foram utilizadas a anulação de rubricas económicas correntes com dotação excessiva, sendo de realçar as Despesas com Pessoal dada a transferência de efectivos para a Águas da Região de Aveiro – AdRA, S.A. com a transferência da gestão e exploração do Sistema de Água e Saneamento.

No seu essencial, na compensação dos reforços de despesa corrente foi possível recorrer á anulação de dotações previstas noutras rubricas de natureza corrente, tendo no entanto de recorrer a anulação de dotações de despesas de capital no valor de €979.800,00.

As despesas correntes com as devidas alterações e revisões orçamentais apresentaram uma variação positiva de 7,02%, não acontecendo o mesmo com as despesas de capital, uma vez que estas obtêm uma variação negativa de 6,24%.

O grupo da "Aquisição de Bens de Investimento" comportou modificações negativas no valor de €987.732,50, denunciando um decréscimo de 8,08% na sua dotação inicial. As modificações realizadas tiveram por fim permitir ajustar as previsões às efectivas realizações de diversos projectos incluídos no Plano Plurianual de Investimentos. Estas modificações estão consubstanciadas nas onze modificações ao Plano Plurianual de Investimentos. Grande parte deste decréscimo registado da referida rubrica de capital, comportou a anulação de projectos de investimento para servir de contrapartida de reforços necessários nas rubricas económicas de natureza corrente.

Acresce referir que os valores anulados na rubrica "Activos Financeiros" serviram de contrapartida para reforço da rubrica "Transferências de Capital", prendendo-se essencialmente á necessidade de ajustamento tendente a uma mais correcta classificação da subscrição de capital na empresa POLIS Litoral,S.A.



**Quadro nº 8 – Alterações e Revisões Orçamentais 2010 - RECEITA**

( unidade monetária : Euros)

Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Corrigida		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>12.322.830,00</b>	<b>41,55%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.322.830,00</b>	<b>39,74%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
Impostos Directos	3.431.300,00	11,57%	0,00	0,00	3.431.300,00	11,07%	0,00	0,00%
Impostos Indirectos	403.900,00	1,36%	0,00	0,00	403.900,00	1,30%	0,00	0,00%
Taxas, Multas e Outras Penal.	294.900,00	0,99%	0,00	0,00	294.900,00	0,95%	0,00	0,00%
Rendimentos de Propriedade	601.500,00	2,03%	0,00	0,00	601.500,00	1,94%	0,00	0,00%
Transferências Correntes	5.796.512,00	19,54%	0,00	0,00	5.796.512,00	18,69%	0,00	0,00%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.477.218,00	4,98%	0,00	0,00	1.477.218,00	4,76%		
Outras Receitas Correntes	317.500,00	1,07%	0,00	0,00	317.500,00	1,02%		
<b>Receitas de Capital</b>	<b>17.327.170,00</b>	<b>58,42%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.327.170,00</b>	<b>55,88%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
Venda de Bens de Investimento	4.065.800,00	13,71%	0,00	0,00	4.065.800,00	13,11%	0,00	0,00%
Transferências de Capital	8.907.370,00	30,03%	0,00	0,00	8.907.370,00	28,73%	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	1.065.000,00	3,59%	0,00	0,00	1.065.000,00	3,43%	0,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	3.289.000,00	11,09%	0,00	0,00	3.289.000,00	10,61%	0,00	0,00%
<b>Outras Receitas</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,03%</b>	<b>1.345.976,11</b>	<b>0,00</b>	<b>1.355.976,11</b>	<b>4,37%</b>	<b>1.345.976,11</b>	<b>13459,76%</b>
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	10.000,00	0,03%	0,00	0,00	10.000,00	0,03%	0,00	0,00%
Saldo da Gerência Anterior	0,00	0,00%	1.345.976,11	0,00	1.345.976,11	4,34%	1.345.976,11	100,00%
<b>Total da Despesa</b>	<b>29.660.000,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.345.976,11</b>	<b>0,00</b>	<b>31.005.976,11</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.345.976,11</b>	<b>4,54%</b>

No âmbito do Orçamento da Receita, não se registou qualquer modificação

Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos, as onze alterações efectuadas comportaram uma anulação final de projectos no valor líquido de €1.049.145,00. O Plano de Actividades Municipais, nas nove alterações sofridas implicaram um aumento da dotação global do orçamento da despesa no valor de € 1.251.482,40.

### 3.1.3. Resumo da Execução Orçamental

Assistiu-se no ano económico 2010 a um decréscimo das receitas arrecadadas e um acréscimo das despesas pagas, na ordem dos 5,64% e 4,61% respectivamente.

Comparando com a gerência do ano anterior, temos o seguinte quadro:

**Quadro nº 9** ( unidade monetária : Euros)

Designação	REALIZADO			ORÇADO ( corrigido)		
	2009	2010	Diferença	2009	2010	Diferença
Receitas Correntes	12.650.058,53	11.455.286,88	-1.194.771,65	14.016.430,00	12.322.830,00	-1.693.600,00
Receitas de Capital	9.694.327,93	9.629.395,12	-64.932,81	19.483.570,00	17.337.170,00	-2.146.400,00
<b>Receitas Totais</b>	<b>22.344.386,46</b>	<b>21.084.682,00</b>	<b>-1.259.704,46</b>	<b>33.500.000,00</b>	<b>29.660.000,00</b>	<b>-3.840.000,00</b>
Despesas Correntes	11.356.112,22	12.803.101,64	1.446.989,42	13.940.887,60	14.939.441,88	998.554,28
Despesas de Capital	9.891.104,03	9.402.316,12	-488.787,91	19.559.112,40	14.720.558,12	-4.838.554,28
<b>Despesas Totais</b>	<b>21.247.216,25</b>	<b>22.205.417,76</b>	<b>958.201,51</b>	<b>33.500.000,00</b>	<b>29.660.000,00</b>	<b>-3.840.000,00</b>

Do quadro apresentado, verifica-se que relativamente ao ano de 2009, a arrecadação de Receitas Correntes diminuíram 9,44%, tendo as Receitas de Capital apresentado um decréscimo de 0,67%.

As Despesas Correntes sofreram um acréscimo de 12,74% e as Despesas de Capital uma diminuição de 4,94% relativamente às realizadas no ano de 2009.

De reforçar que estamos numa análise de tesouraria, ou seja, de execução em termos de pagamento/caixa sendo que o incremento registado nas despesas traduziu-se não num aumento das despesas assumidas, mas numa diminuição de facturação vencida por pagar a transitar para exercícios económicos seguintes, tendo existido liquidação de dívida transitada. Conforme se poderá constatar no ponto 3.3. do presente Relatório de Gestão, procurou-se imprimir mais eficácia no cumprimento dos compromissos assumidos e consequentemente diminuição do facturado/realizado por pagar.

### 3.1.4. Relação Entre Receita e Despesa

#### ➤ Evolução dos Fluxos Monetários

Com o objectivo de avaliar uma das possíveis fontes de financiamento do exercício, desenvolve-se uma análise à evolução das receitas cobradas e das despesas pagas, durante o último quadriénio, de forma a percebermos de que forma contribuíram para financiar o saldo final da conta de gerência. Pretende-se, designadamente, relacionar a evolução das despesas e receitas efectivas confrontando-a com o desenvolvimento, quer do saldo corrente do exercício (receita corrente – despesa corrente), quer do capital (receita de capital – despesa de capital), com o objectivo de avaliar uma possível fonte de financiamento da gerência seguinte.

#### Quadro nº 10 – Evolução dos Fluxos Financeiros

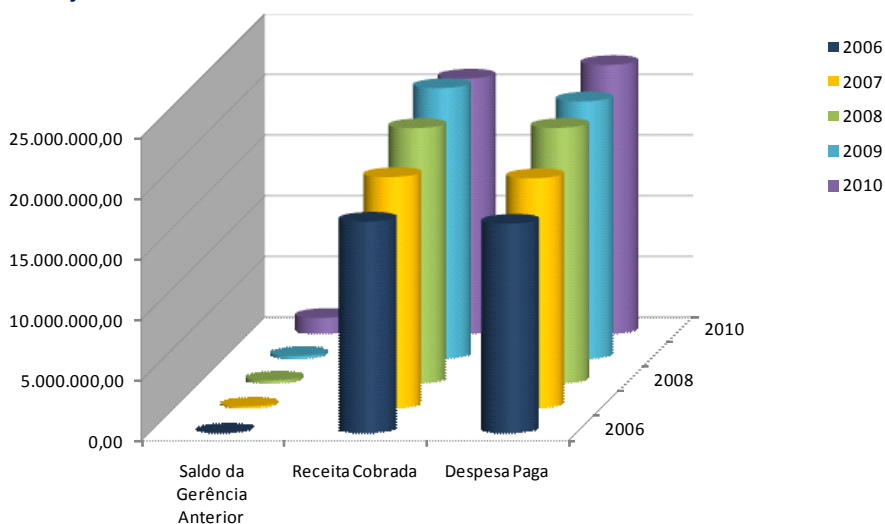
( unidade monetária : Euros)

	2007			2008			2009			2010		
	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença
Saldo da Gerência Anterior	165.356,00		165.356,00	270.257,93		270.257,93	248.805,90		248.805,90	1.345.976,11		1.345.976,11
Corrente	11.947.531,08	10.590.535,36	1.356.995,72	12.804.347,52	11.662.058,50	1.142.289,02	12.650.058,53	11.356.112,22	1.293.946,31	11.455.286,88	12.803.101,64	-1.347.814,76
Capital	7.151.341,19	8.404.514,65	-1.253.173,46	8.282.291,24	9.447.627,16	-1.165.335,92	9.687.094,07	9.891.104,03	-204.009,96	9.581.957,82	9.402.316,12	179.641,70
Outras	1.079,67		1.079,67	1.594,87		1.594,87	7.233,86		7.233,86	47.437,30		47.437,30
<b>TOTAL .....</b>	<b>19.265.307,94</b>	<b>18.995.050,01</b>	<b>270.257,93</b>	<b>21.358.491,56</b>	<b>21.109.685,66</b>	<b>248.805,90</b>	<b>22.593.192,36</b>	<b>21.247.216,25</b>	<b>1.345.976,11</b>	<b>22.430.658,11</b>	<b>22.205.417,76</b>	<b>225.240,35</b>

No exercício económico de 2010, como os próprios documentos previsionais indiciavam, registou-se receita corrente cobrada inferior ao montante de despesa corrente paga, o que traduz saldos correntes negativos, não permitindo formar a designada poupança corrente bruta. Comportamento inverso é evidenciado pelas rubricas de natureza de capital, uma vez que a receita cobrada é superior á despesa paga, apresentando-se uma variação positiva. A inexistência de poupança corrente, significa que a receita corrente não foi suficiente para a cobertura financeira das despesas correntes, tendo-se que recorrer ao saldo de gerência anterior e a remanescente de receita de capital arrecadada.

Gráfico nº 4

#### Evolução dos Fluxos Monetários



Por último de anotar o aumento considerável do saldo final da gerência anterior transitado para 2010, traduzindo disponibilidade/liquidez para esse exercício. O referido saldo de gerência resultou do valor do recebimento da parte do empréstimo de médio e longo prazo concedido pelo Estado no âmbito do PREDE **Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado**. Esta parcela de financiamento (€1.064.954,00), correspondente a 40% global do empréstimo contraído no âmbito do referido Programa, apenas era previsível ser arrecadada, no início do exercício 2010.

➤ **Equilíbrio Orçamental**

O princípio do equilíbrio orçamental para as autarquias locais, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e ainda que o montante das receitas correntes seja pelo menos igual ao das despesas da mesma natureza.

Pretende-se com esta disposição legal promover a formação bruta de poupança corrente tendo em vista a sua aplicação em despesas de investimento de carácter reprodutivo, não sendo de desprezar o seu papel como instrumento de contenção do défice orçamental. Para que esta informação tenha a necessária utilidade não se deve descurar a influência quer das dívidas correntes transitadas, quer das receitas correntes liquidadas e não cobradas do exercício, sendo por isso importante avaliar a designada Poupança Líquida Corrente do Exercício, que incorpora estas duas variáveis.

A execução do orçamento do Município de Estarreja não cumpre este princípio orçamental, com formação da poupança corrente a financiar as despesas de capital, devido, fundamentalmente, ao processo de adesão à parceria Águas da Região de Aveiro, tendo o exercício económico 2010 sido um ano atípico na execução de despesas correntes versus receitas correntes. Nesta conformidade, transitaram do ano anterior (2009) os encargos correntes resultantes da exploração directa dos sistemas públicos de água e saneamento, que oneraram o orçamento de 2010, o que contrapõe a uma redução da receita corrente anual, correspondente ao último semestre do ano, derrogando-se, extraordinária e transitoriamente, parte do princípio do equilíbrio orçamental.

Nesta conformidade insere-se um mapa e gráfico ilustrativos da evolução da poupança corrente do município nas suas duas vertentes durante os últimos cinco anos.

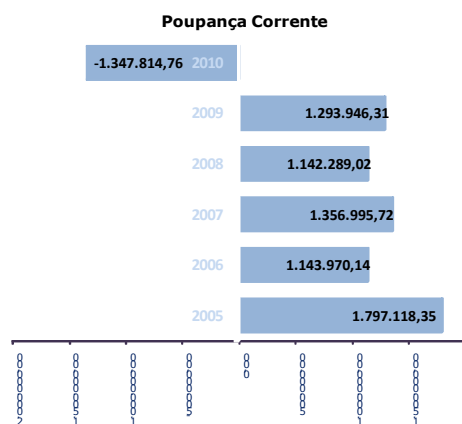
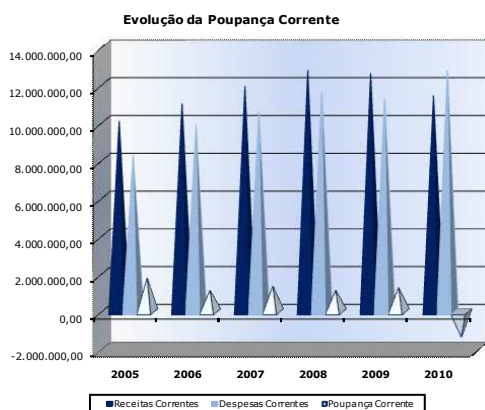
**Quadro nº 11 - Evolução da Poupança Corrente Executada**

( unidade monetária : Euros)

	2006	2007	Variação	2008	Variação	2009	Variação	2010	Variação
<b>Receita Corrente Prevista</b>	11.691.756,00	13.437.598,00	14,93%	13.602.001,00	1,22%	14.016.430,00	3,05%	12.322.830,00	-12,08%
<b>Despesa Corrente Prevista</b>	11.036.615,87	12.081.282,57	9,47%	12.589.471,68	4,21%	13.917.493,60	10,55%	13.959.641,88	0,30%
<b>Poupança Corrente Prevista</b>	655.140,13	1.356.315,43	107,0%	1.012.529,32	-25,35%	98.936,40	-90,23%	-1.636.811,88	-1754,41%
<b>Receita Corrente Executada</b>	11.043.491,03	11.947.531,08	8,19%	12.804.347,52	7,17%	12.650.058,53	-1,20%	11.455.286,88	-9,44%
<b>Despesa Corrente Executada</b>	9.899.520,89	10.590.535,36	6,98%	11.662.058,50	10,12%	11.356.112,22	-2,62%	12.803.101,64	12,74%
<b>Poupança Corrente Executada</b>	1.143.970,14	1.356.995,72	18,6%	1.142.289,02	-15,82%	1.293.946,31	13,28%	-1.347.814,76	-204,16%
<b>Variação Prevista/Executada</b>	<b>488.830,01</b>	<b>680,29</b>		<b>129.759,70</b>		<b>1.195.009,91</b>		<b>288.997,12</b>	
<b>% Variação</b>	<b>74,6%</b>	<b>0,1%</b>		<b>12,8%</b>		<b>1207,9%</b>		<b>-17,7%</b>	

A poupança corrente bruta no exercício 2010 foi desfavorável no valor de €1.347.814,76, inferior em €288.997,12 relativamente ao previsto.

**Gráficos nº 5 e 6**





Se à poupança corrente bruta acrescentarmos o valor das dívidas correntes transitadas do exercício anterior bem como o montante da receita corrente liquidada e não cobrada no exercício e retirarmos o valor das dívidas correntes que transitam para a gerência seguinte, obtemos a poupança corrente do exercício que permite uma análise mais rigorosa da capacidade de auto financiamento do Município do Estarreja. No exercício de 2010, a poupança líquida corrente do exercício manteve-se negativa mas um nível bem menor, tendo apenas atingido um valor desfavorável (negativo) de ascendeu a €222.091,93 contra os -€1.347.814,76, tendo conhecido um decréscimo de 121,49% relativamente à registada no ano anterior.

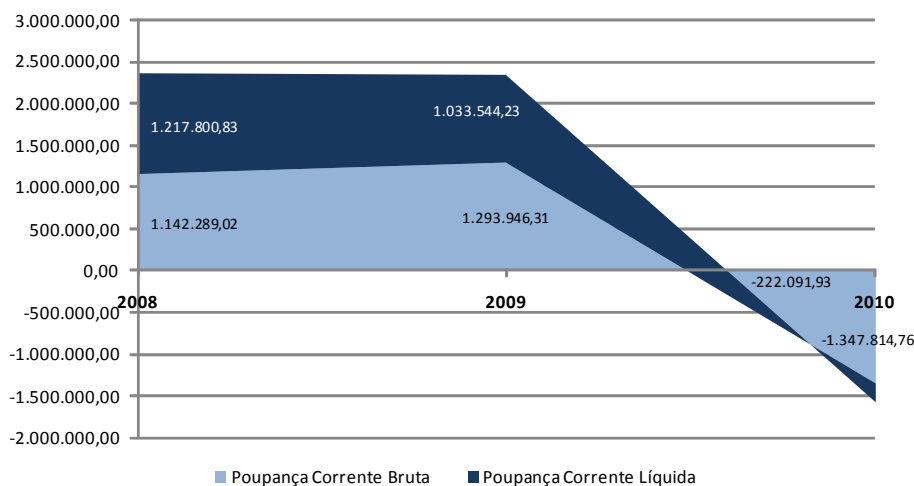
**Quadro nº 12 - Poupança Líquida Corrente do Exercício**

( unidade monetária : Euros)

Designação	2008	2009	Varição 2008-2009	2010	Varição 2009-2010
Receita Corrente Executada	12.804.347,52	12.650.058,53	-1,20%	11.455.286,88	9,44%
Despesa Corrente Executada	11.662.058,50	11.356.112,22	-2,62%	12.803.101,64	12,74%
<b>Poupança Corrente Executada</b>	<b>1.142.289,02</b>	<b>1.293.946,31</b>	<b>13,28%</b>	<b>-1.347.814,76</b>	<b>-204,16%</b>
Dívida Corrente Transitada da Gerência anterior	421.821,28	312.764,36	-25,85%	975.458,69	211,88%
Dívida Corrente Transitada para Gerência seguinte	312.764,36	975.458,69	211,88%	543.691,71	-44,26%
Receita Corrente Liquidada e não cobrada da gerência anterior	276.578,73	243.033,62	-12,13%	645.325,87	165,53%
Receita Corrente Liquidada e não cobrada para a gerência seguinte	243.033,62	645.325,87	165,53%	1.339.281,72	107,54%
<b>Poupança Corrente do Exercício</b>	<b>1.217.800,83</b>	<b>1.033.544,23</b>	<b>-15,13%</b>	<b>-222.091,93</b>	<b>-121,49%</b>

De assinalar que no cálculo da poupança líquida apenas foram consideradas as receitas correntes liquidadas e não cobradas no próprio exercício, pelo que tais receitas estão deduzidas do montante transitado da gerência anterior.

**Gráfico nº 7**



➤ Fontes de Financiamento do Investimento

Na análise que se segue, pretende-se avaliar em que medida as diversas receitas municipais arrecadadas no exercício contribuem para financiar o investimento realizado pela autarquia, não deixando de salvaguardar que de acordo com o princípio da não consignação, previsto na alínea g) do ponto 3.1.1. do Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de Fevereiro, segundo o qual, em regra, o produto de quaisquer receitas não poder ser afecto à cobertura de determinadas despesas, salvo quando essa afectação for permitida por lei, como é o caso específico de alguns investimentos que têm subjacentes a comparticipação de fundos comunitários e/ou a cooperação técnica de financeira do Estado.

Nesta esteira as receitas municipais foram agregadas em função da sua relevância em dois grandes grupos, as de carácter corrente que aparecem associadas à poupança corrente gerada no exercício, deduzida que seja das amortizações de capital e de outras despesas de capital de carácter residual e não reprodutivo, e as de natureza de capital que em função da sua tipicidade aparecem mais desagregadas, incluindo-se por último o contributo do saldo da gerência anterior.

**Quadro nº 13 – Investimento e suas Fontes de Financiamento (unidade monetária : €uros)**

Designação	2010	
	Valor	Peso
<b>1 - Receitas de Capital</b>	<b>9.581.957,82</b>	121,07%
Venda de Bens de Investimento	756.847,76	9,56%
FEF (Capital)	2.501.249,00	31,61%
Fundos Comunitários	2.921.604,58	36,92%
Outras Transferências de Capital	118.751,70	1,50%
Recurso ao Crédito	0,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	3.283.504,78	41,49%
<b>2 - Poupança Corrente disponível para Financiar Investimento 2= a)-b)-c)</b>	<b>-2.836.055,83</b>	-35,84%
a) Poupança Corrente	-1.347.814,76	-17,03%
b) Amortizações de Capital	1.488.241,07	18,80%
c) Outras Despesas de Capital	0,00	0,00%
<b>3 - Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	<b>47.437,30</b>	0,60%
<b>4 - Total da Receita Gerada no Exercício Disponível para Financiar Investimento (1+2+3)</b>	<b>6.793.339,29</b>	85,84%
<b>5 - Saldo da gerência anterior</b>	<b>1.345.976,11</b>	17,01%
<b>6-Total Fontes de Financiamento(4)+(5)</b>	<b>8.139.315,40</b>	102,85%
<b>7-Despesas de Investimento Pagas</b>	<b>7.914.075,05</b>	
<b>8-Investimento /Fontes de Financiamento</b>	<b>97,23%</b>	
<b>9-Saldo da Gerência Seguinte (7)-(6)</b>	<b>225.240,35</b>	

A apreciação dos números aqui retratados permite aferir que o volume de receitas arrecadas durante a gerência, disponível para financiar despesas de investimento de carácter produtivo, totalizou €6.793.339,29, contribuindo assim para cerca de 85,84% do investimento pago, tendo o valor residual dos €1.120.735,76 sido financiado pelo saldo que transitou da gerência anterior.

No computo geral, apesar da inexistência de formação de poupança corrente no exercício económico de 2010, é notório que neste ano o Município não recorreu a Passivos Financeiros/ Recurso a Crédito para fazer face as suas despesas de carácter de investimento.

As rubricas das transferências de capital, designadamente os Fundos Comunitários, a Cooperação Técnica e Financeira, as Outras Transferências e o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), representam na sua globalidade cerca de 68,52% das Fontes de Financiamento, destacando-se a grande dependência na realização de investimento destas transferências externas.

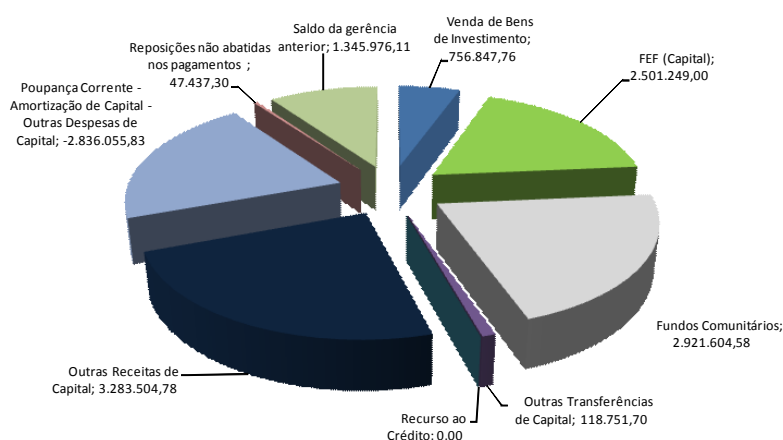
A componente Vendas de Bens de Investimento apresentou um módico contributo para financiamento do investimento pago, no entanto é de realçar os 41,49% de contribuição de Outras Receitas de Capital abarcando para si um montante de €3.283.504,78, correspondendo ao pagamento de cerca de 46% da retribuição inicial relativa à cedência de utilização das infra-estruturas, bem como a exploração e gestão dos serviços públicos associados aos sistemas de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbana, a empresa "Águas da Região de Aveiro – Serviços de Águas da Região de Aveiro, S.A." (AdRA).

Por último convém mencionar que face ao volume decorrente das fontes de financiamento, concretizado que foi o pagamento de despesa de investimento no montante de €7.914.075,05, ainda foi possível gerar uma saldo para a gerência seguinte de €225.240,35.

No entanto, é talvez importante lembrar que o investimento directo e indirecto não traduz a globalidade dos esforços realizados pela autarquia local nesta área, uma vez que não reflecte, nomeadamente as verbas despendidas através de obras de administração directa.

O próximo gráfico ilustra o coeficiente de importância das diversas fontes de financiamento do investimento deste município no ano económico de 2009.

**Gráfico nº 8**  
**Fontes de Financiamento do Investimento**



### 3.1.5. Movimentos de Tesouraria

#### ➤ Fluxos de Caixa

O mapa de fluxos de caixa é um documento síntese que apresenta as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, sendo evidenciados neste documento, os respectivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, desagregados de acordo com a sua origem.

O mapa de fluxos de caixa funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental, articulando e equilibrando recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

De referir, que as operações de tesouraria que os serviços autárquicos realizam para terceiros, são operações de entrada e saída sem implicações orçamentais, sendo apenas objecto de movimentação contabilística no sistema de contabilidade patrimonial. (DOC -11/TC).

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos durante a gerência de 2010, aparece descrito nos Quadros nº 14 e 15, verificando-se que as entradas de fundos correspondem a cerca de 23,80 milhões de euros – 21,08 milhões euros provenientes de receitas orçamentais e cerca de 1,21 milhão de operações de tesouraria, menos 2,022 milhões de euros do que o ano 2009.

De referenciar que o movimento das cauções quando em dinheiro está contemplado no "Mapa de Fluxos de Caixa" por estas serem objecto de tratamento contabilístico no sistema de contabilidade patrimonial, e estarem devidamente reflectidas no saldo das dotações não orçamentais, bem como na conta de disponibilidades constante do balanço da autarquia.

**Quadro nº 14-**

( unidade monetária : Euros)

RECEBIMENTOS / ENTRADA DE FUNDOS			PAGAMENTOS / SAÍDA DE FUNDOS		
<b>SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR</b>			<b>22.205.417,76</b>		
Da Conta de Execução Orçamental	1.345.976,11	<b>1.505.047,47</b>	<b>DESPESAS ORÇAMENTAIS</b>		
Operações Tesouraria	99.392,36		Correntes	12.803.101,64	<b>22.205.417,76</b>
Cauções em dinheiro	59.679,00		Capital	9.402.316,12	
<b>RECEITAS ORÇAMENTAIS</b>			<b>1.143.081,42</b>		
Correntes	11.455.286,88	<b>21.084.682,00</b>	<b>OPERAÇÕES DE TESOURARIA</b>		
Capital	9.581.957,82		Operações de Tesouraria	1.110.501,16	<b>1.143.081,42</b>
Outras	47.437,30		Cauções em dinheiro	32.580,26	
<b>DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS</b>			<b>456.854,58</b>		
Operações de Tesouraria	1.183.226,18	<b>1.215.624,29</b>	<b>SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE</b>		
Cauções em dinheiro	32.398,11		Da Conta Execução Orçamental	225.240,35	<b>456.854,58</b>
			Da Conta Oper.Tesouraria	172.117,38	
		Cauções em dinheiro	59.496,85		
<b>TOTAL</b>			<b>TOTAL</b>		
<b>23.805.353,76</b>			<b>23.805.353,76</b>		

**Quadro nº 15 – Resumo dos Fluxos de Caixa**

( unidade monetária : Euros)

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
(1) Saldo transitado de 2009	1.345.976,11	159.071,36	1.505.047,47
(2) Receitas Arrecadadas	21.084.682,00	1.215.624,29	22.300.306,29
(3) Despesas Pagas	22.205.417,76	1.143.081,42	23.348.499,18
<b>Saldo a transitar para 2010 (1+2-3)</b>	<b>225.240,35</b>	<b>231.614,23</b>	<b>456.854,58</b>

Da análise dos movimentos financeiros ocorridos no ano 2010 verifica-se que a despesa global paga foi superior à receita global cobrada em €1.048.192,89. No entanto, se a este valor se acrescentar o saldo inicial de €1.345.976,11. Este saldo final da gerência do ano 2010 do Mapa de Fluxos de Caixa corresponde ao valor das disponibilidades em balanço, o qual totaliza €456.854,58, dos quais €225.240,35 respeita a execução orçamental e €231.614,23 do saldo de operações de tesouraria.

De relevar que a diferença do saldo de gerência de 2009 para o de 2010, provem na sua maioria do saldo de execução orçamental, em que as despesas cobradas superaram as receitas pagas em mais de 1,048 milhão de euros.

Em relação ao saldo das operações de tesouraria evidenciado existiu um significativo aumento no saldo da gerência que transita para o ano seguinte, conforme discriminado no mapa resumo seguinte

**Quadro nº 16 – Resumo das Operações de Tesouraria**

( unidade monetária : Euros)

DESIGNAÇÃO DAS CONTAS	Saldo da Gerência Anterior		Movimento Anual		Saldo para a Gerência Seguinte	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
<b>21 CLIENTES/CONTRIBUÍNTES/UTENTES</b>		<b>32.305,71</b>	<b>182,15</b>	<b>0,00</b>		<b>32.123,56</b>
<b>21.7 Clientes e Utentes C/ Cauções</b>		<b>32.305,71</b>	<b>182,15</b>	<b>0,00</b>		<b>32.123,56</b>
21.7.1 Cauções de água		31.846,56	182,15	0,00		31.664,41
21.7.2 Preparos para processos licenciamento sanitários		459,15	0,00	0,00		459,15
<b>24 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS</b>		<b>71.987,18</b>	<b>924.152,88</b>	<b>932.072,79</b>		<b>79.907,09</b>
<b>24.2 Retenção de impostos sobre rendimentos</b>		<b>31.250,76</b>	<b>409.656,11</b>	<b>410.922,35</b>		<b>32.517,00</b>
24.2.1 Trabalho dependente		27.978,00	378.438,00	379.504,00		29.044,00
24.2.2 Rendimentos Profissionais		3.272,76	31.218,11	31.418,35		3.473,00
<b>24.4 Restantes impostos</b>		<b>431,66</b>	<b>3.147,17</b>	<b>2.874,74</b>		<b>159,23</b>
24.4.1 Imposto de selo		431,66	3.147,17	2.874,74		159,23
<b>24.5 Contribuições para a Segurança Social</b>		<b>38.150,33</b>	<b>470.863,69</b>	<b>460.928,15</b>		<b>28.214,79</b>
24.5.1 Caixa Geral de Aposentações		29.394,14	283.499,45	272.466,20		18.360,89
24.5.2 Segurança Social		5.205,05	145.192,91	146.491,88		6.504,02
24.5.3 Assistência na doença dos funcionários públicos		3.551,14	42.171,33	41.970,07		3.349,88
<b>24.6 Participação do EOEP em Multas e Coimas</b>		<b>0,00</b>	<b>39,00</b>	<b>64,00</b>		<b>25,00</b>
<b>24.9 Outras Contribuições</b>		<b>2.154,43</b>	<b>40.446,91</b>	<b>57.283,55</b>		<b>18.991,07</b>
24.9.1 Multas e Coimas		0,00	0,00	0,00		0,00
24.9.9 Outras		2.154,43	40.446,91	57.283,55		18.991,07
<b>26 OUTROS DEVEDORES E CREDITORES</b>		<b>54.778,47</b>	<b>218.746,39</b>	<b>283.551,50</b>		<b>119.583,58</b>
<b>26.1 Fornecedores de Imobilizado</b>		<b>27.373,29</b>	<b>32.398,11</b>	<b>32.398,11</b>		<b>27.373,29</b>
26.1.2 Fornecedores de Imobilizado c/ garantias		27.373,29	32.398,11	32.398,11		27.373,29
<b>26.2 Pessoal</b>		<b>756,26</b>	<b>849,32</b>	<b>4.233,76</b>		<b>4.140,70</b>
26.2.9 Outras operações com o pessoal		756,26	849,32	4.233,76		4.140,70
<b>26.3 Sindicatos</b>		<b>611,30</b>	<b>6.944,22</b>	<b>6.865,38</b>		<b>532,46</b>
<b>26.8 Devedores e Credores diversos</b>		<b>26.037,62</b>	<b>178.554,74</b>	<b>240.054,25</b>		<b>87.537,13</b>
26.8.7 Devedores e Credores Diversos - OT		7.769,61	169.476,57	229.240,94		67.533,98
26.8.8 Devedores e Credores Diversos - Outros		18.268,01	9.078,17	10.813,31		20.003,15
<b>TOTAL</b>		<b>159.071,36</b>	<b>1.143.081,42</b>	<b>1.215.624,29</b>		<b>231.614,23</b>



➤ **Contas de Ordem**

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar os factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo. São objecto de registo nestas contas: garantias e/ou cauções tituladas a favor da autarquia; as garantias tituladas pela autarquia a favor de terceiros; e a cobrança de receita virtual (os chamados recibos para cobrança).

O Quadro nº17 reflecte os movimentos ocorridos nas contas de ordem, durante o ano em análise.

**Quadro nº 17– Resumo das contas de Ordem**

( unidade monetária : €uros)

<b>Mapa de Contas de Ordem</b>			
Saldo da Gerência Anterior	<b>327.619,30</b>	Garantias e Cauções Accionadas	0,00
Garantias e cauções	0,00	Garantias e Cauções Devolvidas	611.860,66
Recibos para cobrança	327.619,30	Receita Virtual Cobrada	87.116,23
		Receita Virtual Anulada	559,44
Garantias e Cauções Prestadas	4.187.568,96		
Receita Virtual Liquidada	509.376,73	Saldo para a Gerência Seguinte	<b>4.325.028,66</b>
		Garantias e Cauções	3.575.708,30
		Recibos para cobrança	749.320,36
<b>TOTAL</b>	<b>5.024.564,99</b>	<b>TOTAL</b>	<b>5.024.564,99</b>

No início do ano de 2010, a autarquia detinha cerca de €327.619,30 recibos de cobrança ( receita virtual), a que cresceu durante o ano o montante de €509.376,73. No entanto, €87.116,23 foram transformados em receita efectiva e foi anulados €559,44, pelo que transitam para 2011 um valor de débitos ao tesoureiro que totaliza o montante de €749.320,36.

Por outro lado, para 2011 transita um valor de fundos caucionados na ordem dos €3.575.708,30 resultante de um saldo inicial de €4.187.568,96, a que deduziram da libertação de cauções em €611.860,66.

Durante o 1º trimestre de 2010 foi iniciado o trabalho de recuperação dos registos existentes relativos às cauções prestadas (em dinheiro, seguro-caução e garantias bancárias), encontrando-se os circuitos de informação implementados e em pleno funcionamento.

O aumento verificado no valor das cauções prestadas justifica-se pela implementação deste procedimento, uma vez que foram emitidas 1128 notas de lançamento relativas à contabilização de garantias e cauções.

Trata-se de um importante passo no âmbito da consolidação da informação financeira produzida, traduzido por exemplo no facto ser possível confirmar saldos relativos a garantias e cauções quando solicitado pelos fornecedores.

## 3.2. RECEITA

### 3.1.1 Execução Orçamental da Receita

Com base no quadro nº18, comparando o valor orçado das Receitas Totais (€29.660.000,00), com o efectivamente arrecadado (€21.084.682,00) no ano económico em análise, obtém-se uma taxa de execução a nível das receitas de 71,09 %, ou seja, o valor da cobrança efectiva foi inferior ao inicialmente previsto em €9.640.318,00.

**Quadro nº18 - Execução das Receitas**

( unidade monetária : Euros)

Capítulos	Previsão		Valor da Execução (c)	Desvio		
	Inicial (a)	Final (b)		Valor (c)-(b)	Exec % (c)/(a)	Exec % (c)/(b)
<b>Receitas Correntes</b>	<b>12.322.830,00</b>	<b>12.322.830,00</b>	<b>11.455.286,88</b>	<b>-867.543,12</b>	<b>92,96%</b>	<b>92,96%</b>
Impostos Directos	3.431.300,00	3.431.300,00	2.999.500,27	-431.799,73	87,42%	87,42%
Imposto municipal sobre Imóveis	1.606.650,00	1.606.650,00	1.859.846,67	253.196,67	115,76%	115,76%
Imposto sobre veículos	360.000,00	360.000,00	405.025,97	45.025,97	112,51%	112,51%
Imposto municipal s/ transmissões o	753.600,00	753.600,00	462.394,80	-291.205,20	61,36%	61,36%
Derrama	700.000,00	700.000,00	268.096,72	-431.903,28	38,30%	38,30%
Impostos abolidos	10.000,00	10.000,00	4.136,11	-5.863,89	41,36%	41,36%
Impostos Directos Diversos	1.050,00	1.050,00	0,00	-1.050,00	0,00%	0,00%
Impostos Indirectos	403.900,00	403.900,00	258.884,12	-145.015,88	64,10%	64,10%
Taxas, Multas e Outras Penal.	294.900,00	294.900,00	323.395,14	28.495,14	109,66%	109,66%
Rendimentos de Propriedade	601.500,00	601.500,00	367.874,09	-233.625,91	61,16%	61,16%
Transferências Correntes	5.796.512,00	5.796.512,00	5.552.938,12	-243.573,88	95,80%	95,80%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.477.218,00	1.477.218,00	1.794.032,38	316.814,38	121,45%	121,45%
Outras Receitas Correntes	317.500,00	317.500,00	158.662,76	-158.837,24	49,97%	49,97%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>17.327.170,00</b>	<b>17.327.170,00</b>	<b>9.581.957,82</b>	<b>-8.810.212,18</b>	<b>55,30%</b>	<b>55,30%</b>
Venda de Bens de Investimento	4.065.800,00	4.065.800,00	756.847,76	-3.308.952,24	18,61%	18,61%
Transferências de Capital	8.907.370,00	8.907.370,00	5.541.605,28	-3.365.764,72	62,21%	62,21%
Passivos Financeiros	1.065.000,00	1.065.000,00	0,00	-1.065.000,00	0,00%	0,00%
Emp. Contraídos a M/L Prazo	1.065.000,00	1.065.000,00	0,00	-1.065.000,00	0,00%	0,00%
Outras Receitas de Capital	3.289.000,00	3.289.000,00	3.283.504,78	-5.495,22	99,83%	99,83%
<b>Outras Receitas</b>	<b>10.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>47.437,30</b>	<b>37.437,30</b>	<b>474,37%</b>	<b>474,37%</b>
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	10.000,00	10.000,00	47.437,30	37.437,30	474,37%	474,37%
<b>Total da receita</b>	<b>29.660.000,00</b>	<b>29.660.000,00</b>	<b>21.084.682,00</b>	<b>-9.640.318,00</b>	<b>71,09%</b>	<b>71,09%</b>

Relativamente às Receitas Correntes, verificou-se que a totalidade das receitas, efectivamente cobradas, é inferiores às orçadas, em € 867.543,12, correspondendo a uma taxa de execução do orçamento das receitas correntes de 92,96%.

Da análise do quadro acima apresentado, denota-se que no geral as Receitas de Capital cobradas foram inferiores às orçamentadas, em € 8.810.212,18, correspondendo a uma taxa de execução de 55,30%.

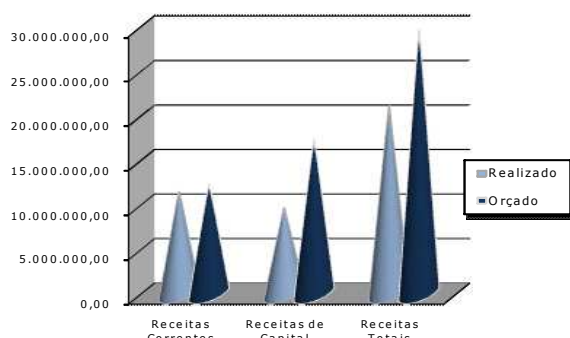
Em termos globais, a taxa de execução das Receitas Totais apresenta um acréscimo de cerca de 4,39 pontos percentuais, relativamente ao verificado no ano anterior. No entanto, se optarmos, por decompor a Receita nos seus principais itens – Receitas Correntes e Receitas de Capital – podemos constatar que o seu desempenho foi bastante semelhante quando comparada com o ano anterior. Ambas tiveram uma execução superior à do ano 2009, tendo as primeiras um acréscimo de 2,71 p.p., enquanto que as segundas assistiram a uma execução ainda maior com um aumento de 5,58 p.p..

A análise da execução das Receitas Correntes permite-nos apreciar a excelente performance a nível dos Impostos Directos, Taxas, Multas e Outras Penalizações, Transferências e Venda de Bens e Serviços Correntes, todas elas com taxas de execução próximas ou superiores a 90%.

As Receitas de Capital apresentaram uma taxa de execução muito semelhante ao ano anterior, devido fundamentalmente à venda de terrenos no Eco-Parque Empresarial de Estarreja e ao grande aumento de verbas

referentes a participações financeiras de Fundos Comunitários (especialmente através da Candidatura da Nova Piscina Municipal), que compensou a grande diminuição de verificada na Contração de Empréstimos.

**Gráfico nº9**



### 3.1.2 Estrutura e Evolução da Receita

Com base nos valores descritos no quadro nº19 e atendendo à estrutura primária das receitas, verifica-se que no exercício económico de 2010, o Município de Estarreja arrecadou €11.455.286,88 de Receitas Correntes, €9.581.957,82 de Receitas de Capital e €47.437,30 de Outras Receitas, perfazendo um total de €21.084.682,00 de Receitas Municipais. Relativamente ao ano anterior, verifica-se um decréscimo de receitas arrecadadas de 5,64%.

**Quadro nº 19**

( unidade monetária : Euros)

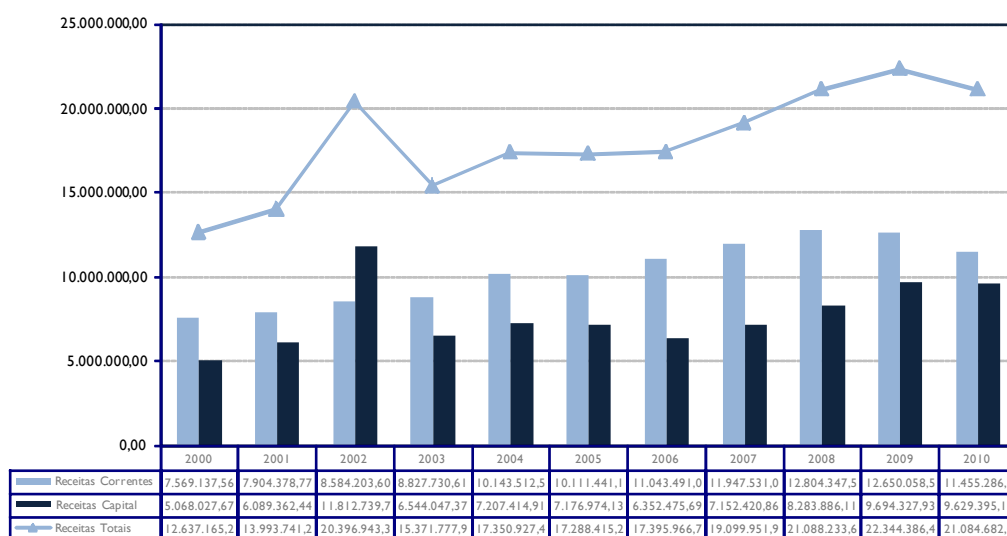
Receitas	2009	2010	%	Desvio	Tx Crec.
Receitas Correntes	12.650.058,53	11.455.286,88	54,33%	-1.194.771,65	-9,44%
Receitas de Capital	9.687.094,07	9.581.957,82	45,45%	-105.136,25	-1,09%
Outras Receitas	7.233,86	47.437,30	0,22%	40.203,44	555,77%
<b>Receitas Totais</b>	<b>22.344.386,46</b>	<b>21.084.682,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1.259.704,46</b>	<b>-5,64%</b>

Constata-se que 54,33% das Receitas Totais são relativas a receitas de natureza corrente enquanto as receitas de capital representam 45,45% das Receitas Totais arrecadadas pelo município no ano de 2010.

Comparativamente ao ano 2009 verifica-se que as Receitas de Capital decresceram cerca de 1,09%, tendo as Receitas Correntes diminuído 9,44%.

**Gráfico nº 10**

**Evolução das Receitas**



Pela análise dos quadros nº 20 e nº 21 constata-se que as principais fontes de recursos desta Autarquia Local, no ano de 2010, foram compostas, no seu essencial, por Transferências Correntes (26,34%), por Transferências



de Capital (26,28%), por Outras Receitas de Capital (15,57%), por Impostos Directos (14,23%) e por Venda de Bens e Serviços Correntes (8,51%).

**Quadro nº 20**

( unidade monetária : Euros)

Receitas Correntes			Receitas de Capital / Outras Receitas		
Designação	Valor	%	Designação	Valor	%
Impostos Directos	2.999.500,27	26,18%	Venda de Bens de Investimento	756.847,76	7,86%
Imposto municipal sobre imóveis	1.859.846,67	16,24%	Transferências de Capital	5.541.605,28	57,55%
Imposto Único de Circulação	405.025,97	3,54%	F.E.F.	2.501.249,00	25,98%
Imposto munic s/ transmissões onerosas	462.394,80	4,04%	Outras	3.040.356,28	31,57%
Derrama	268.096,72	2,34%	Passivos Financeiros	0,00	0,00%
Impostos abolidos	4.136,11	0,04%	Emp. Contraídos a M/L Prazo	0,00	0,00%
Impostos Directos Diversos	0,00	0,00%	Outras Receitas de Capital	3.283.504,78	34,10%
Impostos Indirectos	258.884,12	2,26%	Outras Receitas	47.437,30	0,49%
Taxas, Multas e Outras Penal.	323.395,14	2,82%	Reposições não abatidas nos pagam.	47.437,30	0,49%
Rendimentos de Propriedade	367.874,09	3,21%			
Transferências Correntes	5.552.938,12	48,47%			
F.E.F.+ F.S.M.+ P.F.IRS	4.876.775,14	42,57%			
Outras	676.162,98	5,90%			
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.794.032,38	15,66%			
Venda de Bens	6.397,58	0,06%			
Prestações de Serviços	1.763.097,51	15,39%			
Rendas e Alugueres	24.537,29	0,21%			
Outras Receitas Correntes	158.662,76	1,39%			
<b>Totais de Receitas Correntes</b>	<b>11.455.286,88</b>	<b>100,00%</b>	<b>Totais de Receitas de Capital /Outras</b>	<b>9.629.395,12</b>	<b>100,00%</b>

Os fundos oriundos da cobrança de Impostos Directos, detêm um peso significativo no cômputo geral das receitas angariadas no ano de 2010, representando 26,18% das Receitas Correntes e 14,23% das Receitas Totais.

**Quadro nº 21**

( unidade monetária : Euros)

Receitas Correntes		
Designação	Valor	%
Impostos Directos	2.999.500,27	14,23%
Imposto municipal sobre imóveis	1.859.846,67	8,82%
Imposto sobre veiculos	405.025,97	1,92%
Imposto munic sobre transmissões one	462.394,80	2,19%
Derrama	268.096,72	1,27%
Impostos abolidos	4.136,11	0,02%
Impostos Directos Diversos	0,00	0,00%
Impostos Indirectos	258.884,12	1,23%
Taxas, Multas e Outras Penal.	323.395,14	1,53%
Rendimentos de Propriedade	367.874,09	1,74%
Transferências Correntes	5.552.938,12	26,34%
F.E.F.+ F.S.M.+ P.F.IRS	4.876.775,14	23,13%
Outras Transferências	676.162,98	3,21%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.794.032,38	8,51%
Venda de Bens	6.397,58	0,03%
Prestação de Serviços	1.763.097,51	8,36%
Rendas e Alugueres	24.537,29	0,12%
Outras Receitas Correntes	158.662,76	0,75%
<b>Totais de Receitas Correntes</b>	<b>11.455.286,88</b>	<b>54,33%</b>
Receitas de Capital / Outras Receitas		
Designação	Valor	%
Venda de Bens de Investimento	756.847,76	3,59%
Transferências de Capital	5.541.605,28	26,28%
F.E.F.	2.501.249,00	11,86%
Outras	3.040.356,28	14,42%
Passivos Financeiros	0,00	0,00%
Emp. Contraídos a M/L Prazo	0,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	3.283.504,78	15,57%
Outras Receitas	47.437,30	0,22%
<b>Totais de Receitas de Capital</b>	<b>9.629.395,12</b>	<b>45,67%</b>
<b>RECEITAS TOTAIS</b>	<b>21.084.682,00</b>	<b>100,00%</b>



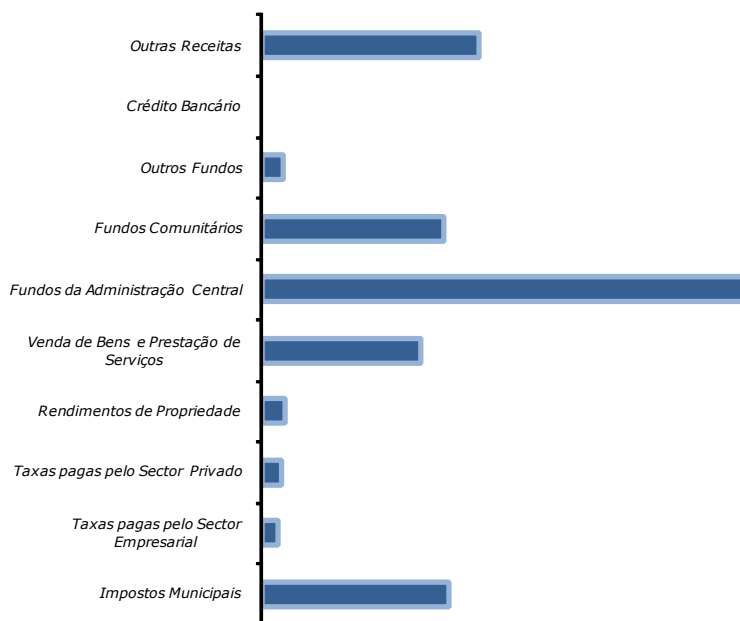
As Transferências – Correntes e Capital – têm um peso importante na estrutura da Receita, com uma ligeira vantagem das correntes, mostrando uma certa dependência que a autarquia tem perante os Fundos Municipais (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Directa e Variável no IRS). De salientar que a importância destes Fundos Municipais se revela maior nas transferências correntes.

A repartição das receitas globais angariadas no ano 2010 podem ser vistas de outra forma conforme o descrito no gráfico e quadro apresentado de seguida:

**Quadro nº 22** ( unidade monetária : €uros)

Repartição das Receitas	Valor	%
Impostos Municipais	2.999.500,27	14,23%
Taxas pagas pelo Sector Empresarial	258.884,12	1,23%
Taxas pagas pelo Sector Privado	323.395,14	1,53%
Rendimentos de Propriedade	367.874,09	1,74%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	2.550.880,14	12,10%
Fundos da Administração Central	7.836.366,22	37,17%
Fundos Comunitários	2.921.604,58	13,86%
Outros Fundos	336.572,60	1,60%
Crédito Bancário	0,00	0,00%
Outras Receitas	3.489.604,84	16,55%
<b>Total da receita</b>	<b>21.084.682,00</b>	<b>100,00%</b>

**Gráfico nº 11**



De seguida, procede-se à apresentação de um conjunto de conceitos importantes para uma percepção mais clara do tipo e natureza de receitas obtidas no ano de 2010:

**Quadro nº 23**

( unidade monetária : Euros)

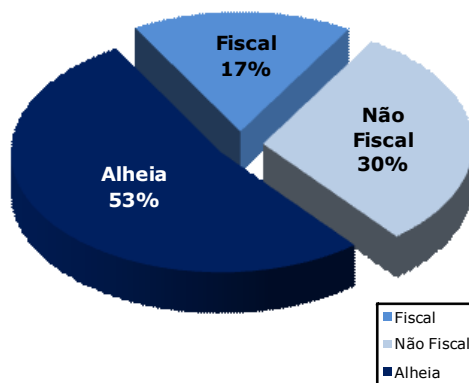
RECEITA	Valor	Peso %			
		Receita Global	Receita Local	Receita Própria	Receita Fiscal
<b>Local</b>	<b>9.990.138,60</b>	<b>47,38%</b>	<b>100,00%</b>	<b>47,38%</b>	
<i>Fiscal</i>	3.581.779,53	16,99%	35,85%	16,99%	<b>100,00%</b>
Impostos Directos	2.999.500,27	14,23%	30,02%	14,23%	83,74%
Impostos Indirectos	258.884,12	1,23%	2,59%	1,23%	7,23%
Taxas, Multas e Outras Penal.	323.395,14	1,53%	3,24%	1,53%	9,03%
<i>Não Fiscal</i>	6.408.359,07	30,39%	64,15%	30,39%	
Rendimentos de Propriedade	367.874,09	1,74%	3,68%	1,74%	
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.794.032,38	8,51%	17,96%	8,51%	
Venda de Bens de Investimento	756.847,76	3,59%	7,58%	3,59%	
Outras Receitas de Capital	3.283.504,78	15,57%	32,87%	15,57%	
Outras Receitas Correntes	158.662,76	0,75%	1,59%	0,75%	
Outras Receitas	47.437,30	0,22%	0,47%	0,22%	
<b>Própria</b>	<b>21.084.682,00</b>	<b>100,00%</b>		<b>100,00%</b>	
Recursos Locais	9.990.138,60	47,38%		47,38%	
Fundos Municipais (FGM/FBM/FCM)	7.378.024,14	34,99%		34,99%	
Outras Transferências	3.716.519,26	17,63%		17,63%	
<b>Alheia</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>			
Passivos Financeiros	0,00	0,00%			
<b>Total da receita</b>	<b>21.084.682,00</b>	<b>100,00%</b>			

No exercício económico de 2010, é de realçar que a totalidade das Receitas angariadas advêm de **Recursos Próprios** do Município, dentro dos quais se destacam as Transferências (34,99% dos Recursos Próprios e das Receitas Totais), as Receitas Fiscais (35,85% dos Recursos Locais e 16,99% das Receitas Totais) e rendimentos resultantes da alienação de bens próprios e de serviços prestados (inerentes à gestão do património municipal e da cobrança da utilização dos seus serviços).

No Município de Estarreja no ano de 2010 os **Recursos Locais**, constituídos por todas as receitas que não sejam Transferências ou Empréstimos, representam 47,38% das Receitas Totais. Importa referir que constituem Recursos Locais todas as receitas que a Autarquia **cobra** no âmbito de prossecução das suas competências e que se encontram previstas na Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais).

No ano de 2010 a Autarquia não necessitou de recorrer a financiamento alheio (crédito bancário), verificando-se uma significativa diminuição desta fonte de receita.

**Gráfico nº 12**



Existem análises, em que os Fundos Municipais e outras Transferências são consideradas como Receita Alheia, e neste caso teremos o cenário descrito no gráfico nº9, em que os fundos próprios (Fiscal e Não Fiscal) representam cerca de 47% do total da receita, enquanto as receitas alheias têm um contributo de 53%, o que revela uma autonomia inconsistente.



No entanto, é de esclarecer que as Transferências Correntes e de Capital constituem recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, tendo a sua origem em verbas transferidas directamente do Orçamento de Estado para o município (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Directa e Variável no IRS) e em verbas originárias de comparticipações, dotações e subsídios provenientes do Orçamento de Estado (contratos-programa, protocolos, acordos de colaboração) e do Orçamento da Comunidade Europeia (fundos comunitários). Desta forma, estes tipos de fundos, dada a sua origem, não são considerados recursos financeiros locais, apesar de constituírem fundos próprios da Autarquia.

Os Fundos Municipais mencionados consubstanciam a participação dos municípios nos impostos do Estado nos termos do artigo 19º da Lei das Finanças Locais.

No cumprimento da norma constitucional da participação nos impostos do Estado, a Lei da Finanças Locais preceitua a participação dos municípios nos impostos (directos e indirectos) do Estado, nos dois impostos directos mais importantes, sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e das pessoas colectivas (IRC) e ainda no principal imposto (indirecto) sobre a despesa, o Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA). Neste sentido, as transferências do Orçamento de Estado para os municípios deixaram de estar indexadas ao aumento percentual do IVA orçado, passando-se a lidar com a cobrança efectiva dos três impostos.

Especificamente, o **Fundo de Equilíbrio Financeiro** (FEF) é repartido da seguinte forma:

- a) 50% como Fundo Geral Municipal (FGM);
- b) 50% como Fundo de Coesão Municipal (FCM).

O **Fundo Geral Municipal** (FGM) procura dar aos municípios um financiamento ao nível das responsabilidades que vinham tendo, "*dotando os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respectivos níveis de funcionamento e investimento.*" ( artigo 22º da Lei nº2/2007 , de 15 de Janeiro).

O **Fundo de Coesão Municipal** (FCM) visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correcção de assimetrias, em benefício dos municípios menos desenvolvidos, pretendendo-se, desta forma, realizar um esforço acentuado na eliminação de disparidades.

O **Fundo Social Municipal** (FSM) constitui uma transferência financeira do Orçamento do Estado consignada ao financiamento de despesas determinadas, relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na acção social.

Os municípios têm direito, em cada ano, a uma **Participação Directa e Variável até 5% no IRS** dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respectiva colecta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS. A participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual deve ser comunicada por via electrónica pela respectiva câmara municipal à Direcção-Geral dos Impostos, até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.

Importa referir que no presente documento, as receitas com a designação "Participação Fixa no IRS", representam contabilisticamente a **Participação Directa e Variável no IRS** acima descrita, conforme indicações da DGAL.

De seguida, efectua-se uma desagregação das rubricas das Receitas Municipais arrecadadas no exercício económico de 2010.

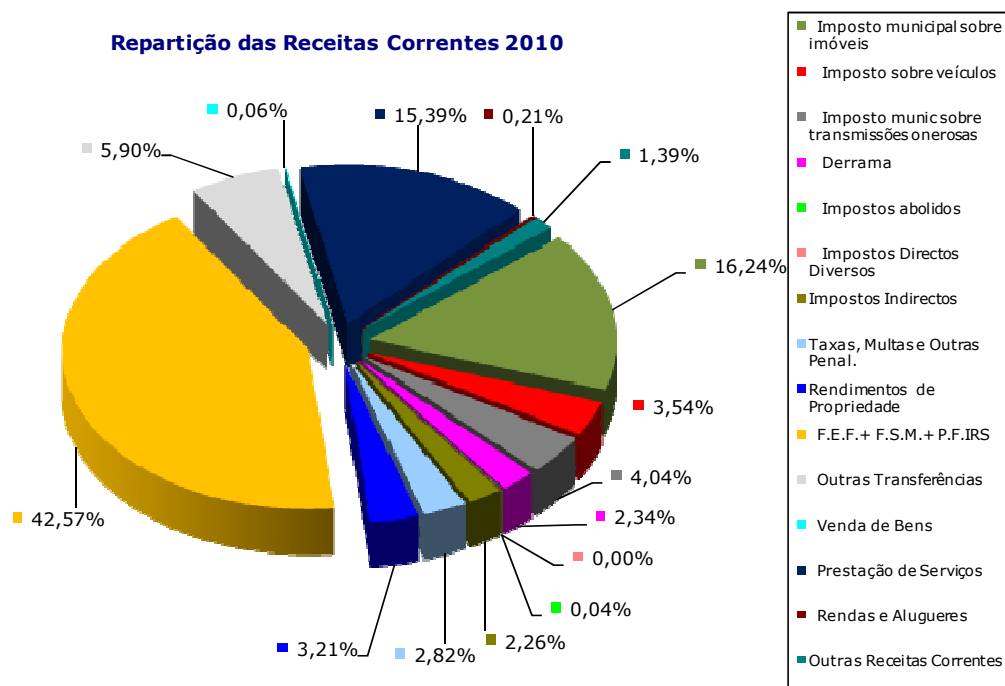
### 3.1.3 Análise das Receitas Correntes

A repartição das receitas de natureza corrente arrecadas pelo município no ano 2010, encontra-se descrita no gráfico nº 13.

Da análise do gráfico seguinte, destacam-se as receitas provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Variável no IRS) que constituem 42,57% das Receitas Correntes. De destacar igualmente o somatório dos Impostos Directos (Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Sobre Veículos, Imposto Municipal de sobre Transmissões Onerosas (IMT) e Derrama), que representam 26,18% das Receitas Correntes.

A venda de bens e serviços correntes merece igualmente uma referência, pois conforme se pode verificar, apresenta um peso de 15,66% do total das Receitas Correntes.

Gráfico nº 13



#### ➤ Impostos Directos

Das Receitas Fiscais arrecadas pelo Município de Estarreja, €2.999.500,27 correspondem a impostos directos (83,74 % das Receitas Fiscais).

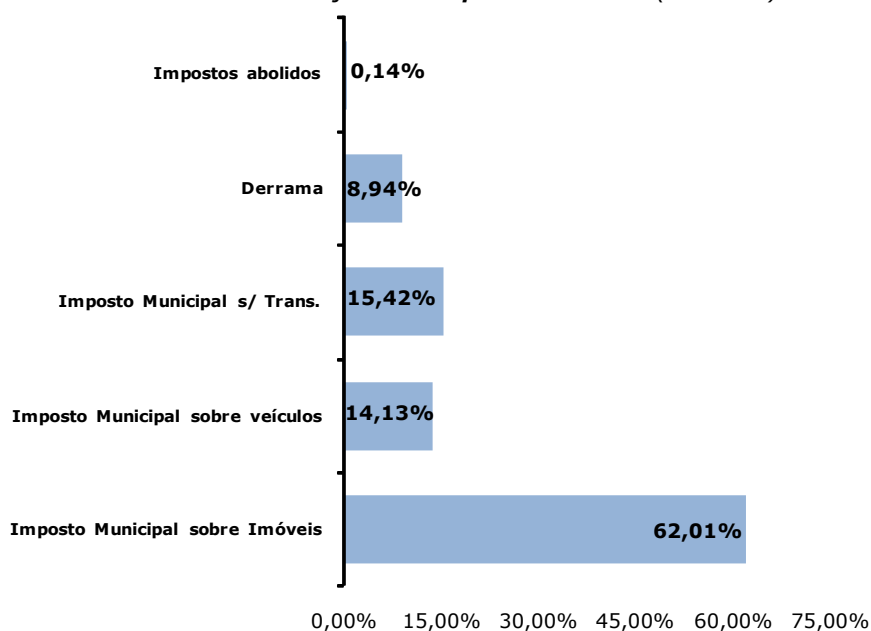
Quadro nº 24 - Desagregação dos Impostos Directos

( unidade monetária : Euros)

Designação	2010		2009		Tx Cresc%
	Valor	%	Valor	%	
Imposto Municipal sobre Imóveis	1.859.846,67	62,01%	1.532.924,16	54,26%	21,33%
Imposto Municipal sobre veículos	405.025,97	13,50%	399.306,71	14,13%	1,43%
Imposto Municipal s/ Trans.	462.394,80	15,42%	555.960,10	19,68%	-16,83%
Derrama	268.096,72	8,94%	335.679,38	11,88%	-20,13%
Impostos abolidos	4.136,11	0,14%	1.415,98	0,05%	192,10%
Contribuição autárquica	866,54	0,03%	1.144,90	0,04%	-24,31%
Imp. Sobre Veiculos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Imp. Munc. SISA	3.269,57	0,11%	271,08	0,01%	1106,13%
Impostos Directos Diversos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>2.999.500,27</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.825.286,33</b>	<b>100,00%</b>	<b>6,17%</b>

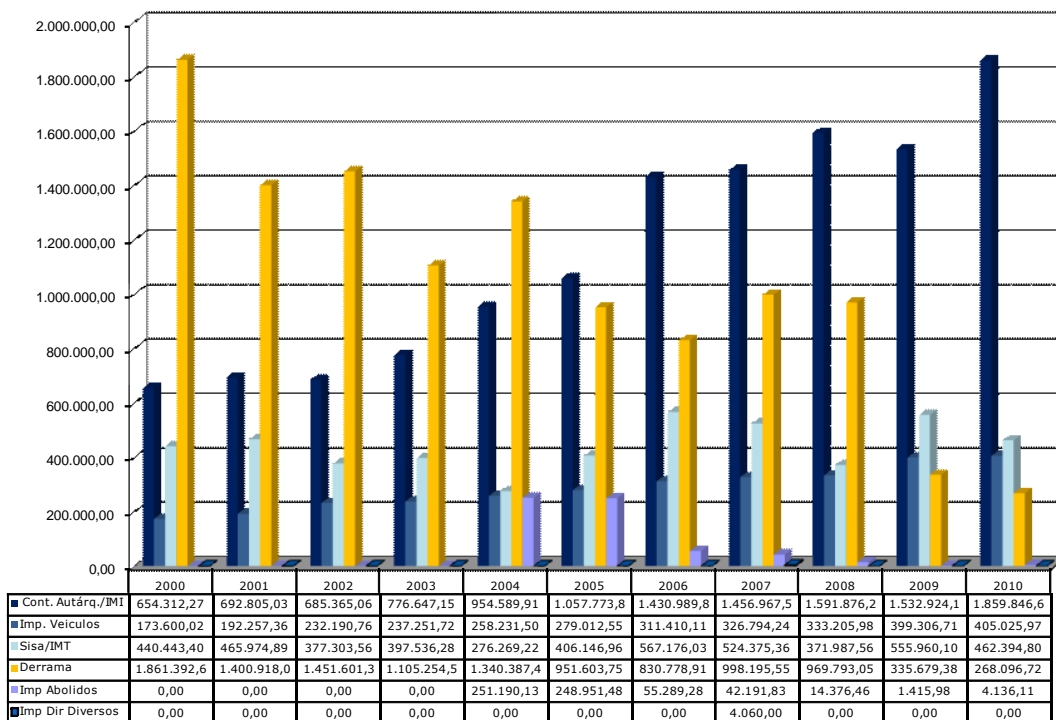
Analisando a desagregação dos Impostos Directos, podemos ver que o valor arrecadado cresceu face ao ano de 2009, em € 174.213,94 (6,17%), tendo sofrido diferentes variações em termos do contributo de cada um dos impostos. Neste sentido, podemos constatar que relativamente aos impostos Abolidos houve aumento significativo de 192,10%, explicado essencialmente pelo crescimento da SISA. Quanto ao Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) este registou uma diminuição de 16,83%, enquanto o Imposto Municipal sobre Veículos (IMV) manteve praticamente o mesmo nível de receita, tendo-se verificado um ligeiro aumento de 1,43%. Tendo em consideração o peso do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), verificou-se que com um aumento significativo de 21,33%, este valor compensou a queda registada nos restantes impostos. De destacar a continuidade da diminuição do valor arrecadado com a derrama, ampliando o enorme decréscimo que já se tinha verificado no ano anterior.

**Gráfico nº14 – Distribuição dos Impostos Directos (Ano 2010)**



**Gráfico nº15 – Evolução dos Impostos Directos (2000-2010)**

Evolução dos Impostos Directos

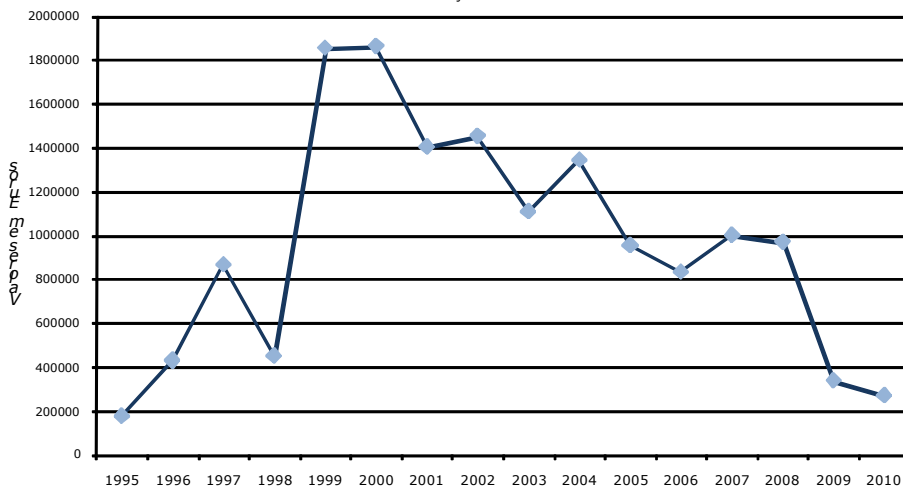


Da análise do gráfico nº 16, podemos verificar que de 2000 a 2004, a derrama era o imposto com maior significado no cômputo geral dos impostos directos arrecadados pelo Município, sendo de realçar que a partir do ano de 2005, a derrama foi "destronada" pelo Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

**Gráfico nº16 – Evolução da Derrama (1995-2010)**

**Derrama**

Evolução de 1995 a 2010



A Derrama é uma taxa municipal aplicável ao lucro tributável de cada empresa, um valor pago anualmente juntamente com o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

Os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território. Esta disposição veio alterar a legislação anteriormente vigente, que previa que a derrama fosse lançada até ao limite máximo de 10% por município, sobre a colecta do IRC que proporcionalmente correspondesse ao rendimento gerado na sua área geográfica (o que equivaleria, actualmente, a um acréscimo máximo de 2,5% à taxa de 25% de IRC, conduzindo a uma taxa máxima global de IRC a aplicar às empresas de 27,5%).

Esta é uma importante fonte de receitas municipais que tem registado uma descida progressiva. Em 2000 foi possível arrecadar € 1.861.293,00, o que representava 14,73% das receitas totais do Município, em 2006 recebeu-se € 830.778,91, representando 4,78%, tendo agora um peso de 1,27%.

### ➤ Impostos Indirectos

Os impostos indirectos são os que recaem exclusivamente sobre o sector produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou utilização de bens e serviços.

No ano económico de 2010, os impostos indirectos (receitas provenientes da cobrança de taxas, emolumentos, licenças e outras semelhantes pelo facto de serem pagas pelo sector produtivo) totalizaram €258.884,12, representando (7,23%) das Receitas Fiscais. Destas taxas e serviços gerais pagos por unidades empresariais, a mais relevante foi a registada na sub-rubrica Mercados e Feiras.

#### **Quadro nº 25 - Desagregação dos Impostos Indirectos** ( unidade monetária : Euros)

Designação	2010		2009		Tx Cresc
	Valor	%	Valor	%	
<b>Impostos Indirectos Específicos das Autarquias</b>					
Mercados e Feiras	137.278,02	53,03%	151.635,00	42,11%	-9,47%
Loteamentos e Obras	23.079,86	8,92%	102.853,12	28,57%	-77,56%
Ocupação da Via Pública	61.799,92	23,87%	61.519,44	17,09%	0,46%
Publicidade	6.897,90	2,66%	9.771,01	2,71%	-29,40%
Saneamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros	29.828,42	11,52%	34.283,63	9,52%	-13,00%
<i>Taxas Municipal de Direito de passagem</i>	8.998,00	3,48%	6.382,53	1,77%	40,98%
<i>Taxas de Depósito da Ficha Técn. Habitação</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outros</i>	20.830,42	8,05%	27.901,10	7,75%	-25,34%
<b>TOTAL</b>	<b>258.884,12</b>	<b>100,00%</b>	<b>360.062,20</b>	<b>100,00%</b>	<b>-28,10%</b>

Estas receitas tributárias, representam 1,23% das Receitas Totais e 2,26% das Receitas Correntes. De referir, que no ano 2010 se registou uma diminuição significativa (77,56%) da receita arrecadada de impostos indirectos da sub-rubrica de Loteamentos e Obras, quando comparado com o ano de 2009. Este decréscimo foi acompanhado pelas restantes sub-rubricas, o que resultou numa diminuição do valor total arrecadado com os impostos indirectos, correspondente a 28,10%.

A **Taxa Municipal de Direito de Passagem**, tem incidência sobre os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal. Esta taxa foi aplicada atentando nos pressupostos inscritos na Lei nº 5/2004 de 10 de Fevereiro, Lei das Comunicações Electrónicas. Este Diploma entrou em vigor no dia 11 de Fevereiro de 2004, embora a aplicação desta taxa municipal só tenha apresentado repercussões na receita do município a partir de 2006.

➤ **Taxas, Multas e Outras Penalidades**

**Quadro nº 26 - Desagregação das Taxas, Multas e Outras Penalidades** ( unidade monetária : Euros)

Designação	2010		2009		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
<b>Taxas Específicas das Autarquias</b>					
Mercados e Feiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Loteamentos e Obras	103.960,65	32,15%	115.283,68	23,45%	-9,82%
Ocupação da Via Pública	4.872,41	1,51%	6.056,95	1,23%	-19,56%
Caça,Uso e Porte de Armas	209,31	0,06%	291,00	0,06%	-28,07%
Saneamento	159.535,18	49,33%	314.625,35	64,00%	-49,29%
Outros	14.761,41	4,56%	13.543,39	2,75%	8,99%
<i>Taxas de Depósito da Ficha Técn. Habitação</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outros</i>	14.761,41	4,56%	13.543,39	2,75%	8,99%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>283.338,96</b>	<b>87,61%</b>	<b>449.800,37</b>	<b>91,49%</b>	<b>-37,01%</b>
<b>Multas e Outras Penalidades</b>					
Coimas e penalidades por contra-ordenações	18.681,78	5,78%	20.393,50	4,15%	-8,39%
Juros de Mora	7.115,61	2,20%	5.938,71	1,21%	19,82%
Multas e penalidades diversas	14.258,79	4,41%	15.497,69	3,15%	-7,99%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>40.056,18</b>	<b>12,39%</b>	<b>41.829,90</b>	<b>8,51%</b>	<b>-4,24%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>323.395,14</b>	<b>100,00%</b>	<b>491.630,27</b>	<b>100,00%</b>	<b>-34,22%</b>

Taxas

A cobrança de taxas relativas a serviços prestados pela Autarquia a particulares rendeu €283.338,96, que representa uma significativa diminuição de 37,01%, comparativamente com 2009, sendo os loteamentos de obras (32,15%) e o saneamento (49,33%), as principais fontes deste tipo de recursos.

A cobrança destas taxas representa 2,47% das Receitas Correntes e 1,54% das Receitas Totais.

Multas e Outras Penalidades

A efectivação de sanções pecuniárias produziu, no exercício de 2010, €40.056,18, traduzindo uma ligeira redução de 4,24% em relação ao valor verificado no ano anterior. Estas receitas punitivas e compensatórias representam 0,19% das Receitas Totais e 0,35% das Receitas Correntes.

➤ **Rendimentos de Propriedade**

As receitas provenientes de rendimentos de activos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos concedidos), terrenos e de activos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros), representam 0,11% das Receitas Totais e 0,21% das Receitas Correntes e as provenientes de rendas – bens de domínio público, representam 1,63,% das receitas totais e 3,00% das Receitas Correntes.

**Quadro nº 27 - Desagregação dos Rendimentos de Propriedade** ( unidade monetária : Euros)

Designação	2010		2009		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Juros	21.695,07	5,90%	4.720,27	1,01%	359,62%
<i>Bancos e outras Inst.Financeiras</i>	21.695,07	5,90%	4.720,27	1,01%	359,62%
<i>Companhias de Seguros</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outros</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Dividendos e outras participações em lucros	2.016,26	0,55%	3.457,83	0,74%	-41,69%
<i>Empresas municipais e intermunicipais</i>	2.016,26	0,55%	3.457,83	0,74%	-41,69%
<i>Empresas privadas</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outras</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rendas	344.162,76	93,55%	458.886,28	98,25%	-25,00%
<i>Edifícios</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Bens de Domínio Público</i>	344.162,76	93,55%	458.883,68	98,25%	-25,00%
<i>Outras</i>	0,00	0,00%	2,60	0,00%	-100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>367.874,09</b>	<b>100,00%</b>	<b>467.064,38</b>	<b>100,00%</b>	<b>-21,24%</b>



Os rendimentos de propriedade obtidos (DOC-OD/D), neste ano económico, dizem respeito, à remuneração de depósitos detidos por esta entidade em Instituições de Crédito, aos rendimentos resultantes da distribuição de dividendos em participações de capital detidas pela Autarquia em outras empresas e sistemas multimunicipais, nomeadamente, na empresa ERSUC, S.A. e à renda de concessão com a empresa EDP.

### ➤ Transferências Correntes

As Transferências Correntes compreendem os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afectação pré-estabelecida. Os fundos consignados ao Município pelas Transferências Correntes globalizaram, em 2010, os €5.552.938,12, representando 26,34% das Receitas Totais e 48,47% das Receitas Correntes arrecadadas.

No actual enquadramento legal das Finanças Locais, expresso pela Lei nº2/2007 de 15 de Janeiro, a verba inscrita no Orçamento de Estado e transferida para os municípios subdivide-se nos seguintes fundos: Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Directa e Variável no IRS.

No seu conjunto, estas verbas transferidas directamente do Orçamento do Estado para o Município de Estarreja contribuíram com cerca de 87,82% do resultado apresentado pelas Transferências Correntes, tendo existido uma diminuição de €156.557,86 (3,11%) em relação ao transferido no ano económico de 2009.

Na sub-rubrica Famílias registam-se os pagamentos relativos a passes escolares e prolongamentos de horário do pré-escolar. No cômputo geral esta rubrica económica apresenta um ligeiro decréscimo relativamente à execução do ano anterior de 1,34%.

**Quadro nº 28 - Desagregação das Transferências Correntes**

( unidade monetária : Euros)

Designação	2010		2009		Tx Cresc%
	Valor	%	Valor	%	
<b>Sociedades e Quase Soc. Não Financeiras</b>	<b>528,08</b>	<b>0,01%</b>	<b>103,54</b>	<b>0,00%</b>	<b>410,03%</b>
Públicas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Privadas	528,08	0,01%	103,54	0,00%	410,03%
<b>Sociedades Financeiras</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Bancos e Outras Instituições Financeiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<b>Administração Central</b>	<b>5.407.783,82</b>	<b>97,39%</b>	<b>5.527.038,11</b>	<b>98,20%</b>	<b>-2,16%</b>
Estado	5.371.450,52	96,73%	5.525.428,61	98,17%	-2,79%
Fundo Equilíbrio Financeiro	3.692.047,14	66,49%	3.864.376,00	68,66%	-4,46%
Fundo Social Municipal	512.454,00	9,23%	517.810,00	9,20%	-1,03%
Participação Fixa no IRS	672.274,00	12,11%	651.147,00	11,57%	3,24%
Outras	494.675,38	8,91%	492.095,61	8,74%	0,52%
Estado- Participação comunitária	36.333,30	0,65%	1.609,50	0,03%	2157,43%
<b>Famílias</b>	<b>144.626,22</b>	<b>2,60%</b>	<b>101.471,42</b>	<b>1,80%</b>	<b>42,53%</b>
<b>Resto do Mundo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.552.938,12</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.628.613,07</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1,34%</b>

De forma discriminativa, no quadro nº29 identifica-se a origem das receitas de transferências correntes da Administração Central /Outras.



**Quadro nº 29 - Transferências Correntes da Administração Central / Outras** (unid monet.: €uros)

Designação	Valor
<b>Acordo de Colaboração - Expansão da Rede Nacional de Educação Pré-Escolar</b> Lei nº5/97 de 10 de Fevereiro e nº4 do artigo 32º do DL 147/97 de 11/06	47.902,82
<b>Centro de Emprego de Aveiro -Inst de Emprego e Formação Profissional</b> Programa Ocupacional para Trabalhadores Desempregados	34.407,26
<b>Compensação pelos Encargos com Transportes Escolares</b> Decreto-Lei nº 299/84 de 09/05 e Decreto-Lei nº 35/90 de 25/01	44.253,00
<b>Direcção Geral das Autarquias Locais</b> Subsídio para Gabinete Técnico Florestal	39.666,69
<b>Direcção Regional de Educação do Centro</b> Complicação - Auxiliares de Acção Educativa	109.554,02
Contrato-Programa - Fornecimento de Refeições Escolares Al.1ºCiclo	18.875,11
Complicação nas Actividades de Enriquecimento Curricular	179.975,53
<b>Instituto de Desenvolvimento Social</b> Protocolo de Colaboração para a Comissão de Protecção de Crianças Menores	19.559,04
<b>Participação dos Municípios nos Impostos do Estado - Fundos Municipais</b> Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.692.047,14
Fundo Social Municipal	512.454,00
Participação Fixa no IRS	672.274,00
<b>Diversos - Famílias e Donativos</b> Diversos - Famílias e Donativos	144.626,22
<b>TOTAL .....</b>	<b>5.515.594,83</b>

Especificamente, as transferências correntes encontram-se descritas no Documento de Prestação de Contas **DOC -21/TC - "Transferências Correntes - Receita"** (Anexo às Demonstrações Financeiras).

➤ **Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes**

A venda de bens e prestação de serviços correntes rendeu à autarquia €1.794.032,38, menos €919.962,43 que a receita arrecadada no ano anterior, ou seja, verificou-se um decréscimo de cerca de 33,90% deste tipo de receitas.

**Quadro nº 30 - Desagregação da Venda de Bens e Prestações de Serviços** ( unid. monetária : €uros)

Designação	2010		2009		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
<b>Venda de Bens</b>	<b>6.397,58</b>	<b>0,36%</b>	<b>4.600,20</b>	<b>1,05%</b>	<b>39,07%</b>
Publicações e Impressos	0,00	0,00%	79,09	0,92%	-100,00%
Bens Inutilizados	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Desperdícios, Resíduos e Refugos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Produtos Acabados e Intermédios	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros	6.397,58	0,36%	4.521,11	0,13%	41,50%
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>1.763.097,51</b>	<b>98,28%</b>	<b>2.692.160,91</b>	<b>97,87%</b>	<b>-34,51%</b>
Aluguer de Espaços e Equipamentos	2.772,91	0,15%	1.148,57	0,00%	141,42%
Serviços Sociais, Recreativos, Culturais	205.557,52	11,46%	181.615,90	6,97%	13,18%
<i>Serviços Recreativos</i>	2.666,50	0,15%	825,50	0,00%	223,02%
<i>Serviços Culturais</i>	22.844,87	1,27%	19.514,87	0,69%	17,06%
<i>Serviços Desportivos</i>	180.046,15	10,04%	161.275,53	6,28%	11,64%
Serviços Específicos das Autarquias	1.554.767,08	86,66%	2.509.396,44	90,90%	-38,04%
<i>Saneamento</i>	730.980,83	40,75%	965.164,93	21,60%	-24,26%
<i>Resíduos Sólidos</i>	188.561,19	10,51%	306.760,46	3,54%	-38,53%
<i>Trabalho por conta de particulares</i>	27.582,79	1,54%	58.947,28	7,43%	-53,21%
<i>Mercados e Feiras</i>	549,96	0,03%	533,94	0,03%	3,00%
<i>Distribuição de Água</i>	565.100,61	31,50%	1.139.777,60	55,97%	-50,42%
<i>Parques de Estacionamento</i>	7.877,69	0,44%	7.904,60	0,18%	-0,34%
<i>Outros</i>	34.114,01	1,90%	30.307,63	2,14%	12,56%
<b>Rendas e Alugueres</b>	<b>24.537,29</b>	<b>1,37%</b>	<b>17.233,70</b>	<b>1,08%</b>	<b>42,38%</b>
Edifícios	24.537,29	1,37%	17.233,70	1,08%	42,38%
<b>TOTAL</b>	<b>1.794.032,38</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.713.994,81</b>	<b>100,00%</b>	<b>-33,90%</b>

#### VENDA DE BENS

O produto da venda de bens, permitiu a obtenção de receitas no valor de €6.397,58, sendo a venda de livros associados essencialmente à Biblioteca Municipal de Estarreja, BIORIA a principal fonte deste tipo de rendimentos, sendo igualmente de apontar a venda de pin's, panamás e guias de campo do BIORIA. Quando comparado com o ano anterior verifica-se um aumento de 41,50% deste tipo de receita.

A venda de bens representa 0,06% das Receitas Correntes e 0,03% das Receitas Totais.

#### PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A Autarquia presta um conjunto de serviços à comunidade, aos quais se encontra associado um preço, calculado com base nos custos de fornecimento dos diversos serviços.

A venda desse conjunto de serviços atingiu, em 2008, os €1.763.097,51, representando 15,39% das Receitas Correntes e 8,36% das Receitas Totais.

Em relação ao verificado no ano económico anterior, as receitas obtidas pela prestação de serviços registaram um decréscimo de 34,51% o que traduz, em termos absolutos, uma diminuição de €929.063,40.

As principais fontes de rendimento desta rubrica são a distribuição de água e o serviço de saneamento, que representam 31,50% e 40,75%, respectivamente, das receitas arrecadadas na prestação de serviços.

De destacar a redução verificada na cobrança de receitas como a rubrica Taxas Específicas das Autarquias Locais/Saneamento e a rubrica Taxas Específicas das Autarquias Locais/Distribuição de Água, explicadas pela concessão à ADRA de toda a gestão e exploração do sistema da rede pública de águas (água potável, bruta e residuais).

A rubrica referente às Taxas Específicas das Autarquias Locais/Saneamento registou um decréscimo na ordem dos 24,26%, traduzindo-se em termos absolutos na diminuição de €234.184,10, relativamente ao ano anterior.

As receitas derivadas da cobrança de serviços de distribuição de água, registaram uma diminuição bastante acentuada com uma taxa de 50,42%, representando um decréscimo de €574.676,99.

De realçar ainda que no valor arrecadado pela recolha de Resíduos Sólidos, se verificou uma grande quebra (38,53%) nos níveis de receita arrecadada, correspondente ao montante de €118.199,27, quando comparada com o ano anterior. Esta tarifa permite compensar, parcialmente, os encargos anuais que a autarquia detém com a prestação de serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos. Os custos englobam encargos com a subcontratação de serviços de recolha e tratamento, aquisição de contentores mollock`s, sacos de lixo, custos com pessoal e manutenção de equipamento de limpeza urbana (ex: varredoras e aspiradoras).

Também é relevante a componente referente à realização de trabalhos requisitados ou da responsabilidade de pessoas singulares ou colectivas, nomeadamente a reconstrução de passeios, demolições e outra obras e serviços, que rendeu á autarquia €27.582,79 (1,56% do total da Prestação de Serviços), registando uma enorme diminuição de 53,21%.

As receitas resultantes da utilização das piscinas municipais (Piscina M<sup>a</sup> de Lurdes Breu - Estarreja e da Piscina Coberta de Avanca), das actividades desenvolvidas no âmbito da Escola Municipal do Desporto, das actividades desenvolvidas no Cine-Teatro de Estarreja e das visitas da Casa Museu Egas Moniz, totalizaram €205.557,52, constituindo cerca de 11,66% das receitas arrecadadas com a Prestação de Serviços.

Na rubrica residual de venda de serviços, encontra-se englobada a receita da venda de refeições na cantina municipal, entre outros.

#### RENDAS E ALUGUERES

Os rendimentos provenientes do arrendamento de casas ou outros edifícios para fins habitacionais totalizaram €24.537,29 ( Urbanização da Teixugueira e da Póvoa de Baixo).

➤ **Outras Receitas Correntes**

**Quadro nº 31 - Desagregação das Outras Receitas Correntes**

( unid. monetária : Euros)

Designação	2010		2009		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Indemnizações - deteiorização, roubo e extravio	1.502,16	0,95%	174,36	0,11%	761,53%
Indemnizações - estragos provocados por outrém	12.973,50	8,18%	9.734,52	5,96%	33,27%
IVA-Reembolsado	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Diversas	144.187,10	90,88%	153.498,59	93,94%	-6,07%
<b>TOTAL</b>	<b>158.662,76</b>	<b>100,00%</b>	<b>163.407,47</b>	<b>100,00%</b>	<b>-2,90%</b>

O montante proveniente deste tipo de receitas atingiu, em 2010, os €158.662,76, representando 1,39% das Receitas Correntes e 0,75% das Receitas Totais.

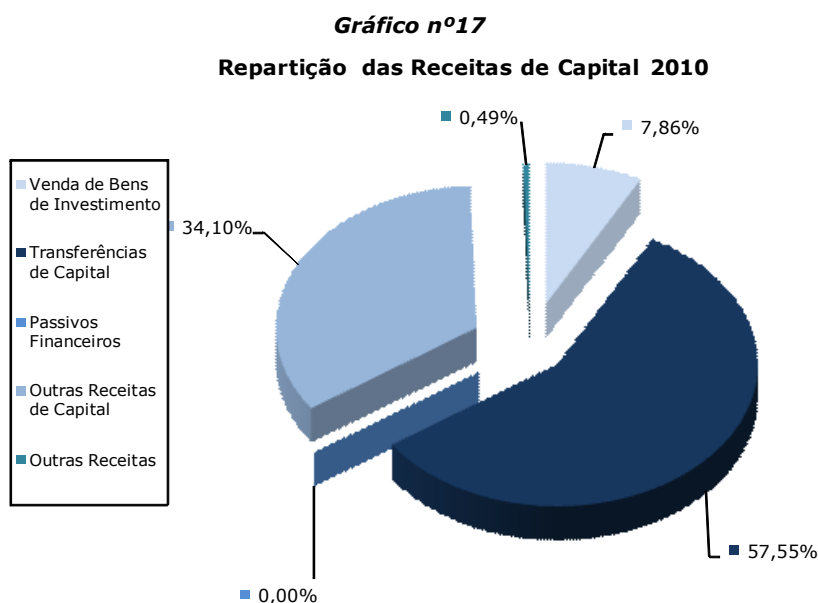
De salientar nesta rubrica a inclusão do valor referente ao IVA devido pelo adquirente, no âmbito das aquisições em que ocorre Inversão do Sujeito Passivo. O valor do IVA (liquidado pelo adquirente – Município) deverá ser considerado como uma despesa orçamental, em termos equivalentes ao que ocorreria caso o IVA fosse liquidado pelo fornecedor.

Para o efeito, é contabilizada a factura do fornecedor pelo valor sem IVA e, paralelamente é contabilizada na mesma rubrica orçamental, a liquidação do IVA, através de uma 2ª factura emitida em nome da DGCI, sendo providenciada a sua liquidação e pagamento imediatos. Ao mesmo tempo deverá ser emitida uma guia de receita pelo valor do IVA auto liquidado, que deverá ser conter a classificação orçamental "08019904 - Outras receitas correntes – Outras – Outras – IVA Inversão da Liquidação".

A emissão da guia de receita tem como objectivo criar uma contrapartida ao lançamento do IVA como despesa orçamental e está de acordo com as instruções emitidas pela DGAL.

**3.1.4 Análise das Receitas de Capital**

A repartição das receitas de natureza capital arrecadas pelo município, no ano 2010, encontra-se descrita no gráfico apresentado de seguida:



➤ Venda de Bens de Investimento

**Quadro nº 32 - Desagregação da Venda de Bens de Investimento** ( unidade monetária : Euros)

Designação	2010		2009		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Terrenos e recursos naturais	755.674,90	99,85%	1.717.331,64	98,95%	-56,00%
Habitacões	212,12	0,03%	1.973,61	0,11%	-89,25%
Edifícios	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Equipamento de transporte	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Maquinaria e Equipamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros	960,74	0,13%	16.200,00	0,93%	-94,07%
<b>TOTAL</b>	<b>756.847,76</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.735.505,25</b>	<b>100,00%</b>	<b>-56,39%</b>

No exercício económico em análise, a venda de bens de investimento rendeu €756.847,76, dos quais €692.116,90 se devem á realização de escrituras de compra e venda de lote de terrenos do Eco-Parque Empresarial de Estarreja, tendo os adquirentes procedido ao pagamento do valor correspondente aos restantes 70% do custo total do lote, visto já terem sido pagos 30% aquando da celebração de contratos de promessa de compra e venda (artigo 12º do Regulamento de venda de Lotes de terreno do Eco-Parque Empresarial de Estarreja). Durante o ano de 2010 foram ainda realizados novos contratos de promessa de compra e venda, que permitiram arrecadar a quantia de €63.558,00.

➤ Transferências de Capital

As Transferências de Capital, em conjunto com as Transferências Correntes, representam um importante apoio financeiro da Autarquia Local.

As Transferências de Capital compreendem os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

**Quadro nº 33 - Desagregação das Transferências de Capital** ( unidade monetária : Euros)

Designação	2010		2009		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
<b>Sociedades Quase Soc Não Financ</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Privadas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<b>Administração Central</b>	<b>2.501.249,00</b>	<b>45,14%</b>	<b>2.844.856,92</b>	<b>78,13%</b>	<b>-12,08%</b>
Estado	2.501.249,00	45,14%	2.844.856,92	78,13%	-12,08%
Fundo Equilíbrio Financeiro	2.501.249,00	45,14%	2.477.370,00	68,04%	0,96%
Cooperação Técnica e Financeira	0,00	0,00%	367.486,92	10,09%	-100,00%
<b>Administração Local</b>	<b>155.085,00</b>	<b>2,80%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>n.a.</b>
Continente	155.085,00	2,80%	0,00	0,00%	n.a.
<b>Resto do Mundo</b>	<b>2.885.271,28</b>	<b>52,07%</b>	<b>796.236,48</b>	<b>21,87%</b>	<b>262,36%</b>
União Europeia - Instituições	2.885.271,28	52,07%	796.236,48	21,87%	262,36%
<b>TOTAL</b>	<b>5.541.605,28</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.641.093,40</b>	<b>100,00%</b>	<b>52,20%</b>

No ano de 2010, entraram nos cofres do município €5.541.605,28 de fundos relativos a verbas transferidas de orçamentos de outras entidades (Administração Central, Administração Local, Comunidade Europeia, empresas e outras), sendo 68,04% desses fundos, originários da verba inscrita no Orçamento de Estado destinada, propriamente, ao município de Estarreja ao abrigo do Fundo de Equilíbrio Financeiro, sendo este constituído em partes iguais pelo Fundo Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal.

Importa ainda salientar, que se assistiu a um aumento acentuado de 262,36% nas transferências de capital provenientes do resto do mundo, devido fundamentalmente ao acréscimo verificado na obtenção de participações financeiras de origem comunitária. Esta situação verifica-se porque a receita arrecadada

corresponde essencialmente a valores de comparticipação das candidaturas da Piscina Municipal e da Escola EBI de Pardilhó, no âmbito dos projectos já aprovados pelo QREN.

De referir, que, comparativamente com o arrecadado no ano anterior, o valor global deste tipo de receitas obteve um aumento significativo de €1.900.511,88, representando um acréscimo de 52,20%, devido essencialmente às comparticipações e apoios financeiros relativamente a projectos co-financiados.

A nível de apoios financeiros de natureza comunitária, no quadro nº 34 procede-se á discriminação da origem dos valores recebidos em 2010:

**Quadro nº 34 – União Europeia / Instituições**

( unidade monetária : Euros)

Mais Centro 2007-2013

Designação	Valor
<b>Eixo II - DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES E DOS SISTEMAS URBANOS</b>	
<b>Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar</b>	
Ampliação da Escola Básica e Integrada de Pardilhó	273.802,72
<b>Eixo III - CONSOLIDAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS SUB-REGIONAIS</b>	
<b>Equipamentos para a Coesão Local</b>	
Área Desportiva Municipal - Piscina Municipal de Estarreja	2.546.146,53
<b>Rede de Equipamentos Culturais - Programação Cultural em Rede</b>	
Cultrede	4.000,00
<b>Eixo V - GOVERNAÇÃO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL</b>	
<b>Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA)</b>	
+ Maria	61.322,03
<b>TOTAL</b>	<b>2.885.271,28</b>

Especificamente, as transferências de capital encontram-se descritas no Documento de Prestação de Contas **DOC -22/TC – “ Transferências de Capital – Receita”** (Anexo às Demonstrações Financeiras).

➤ **Passivos Financeiros**

Segundo a alínea h) do artigo 16º da Lei nº 42/98, de 6 de Agosto, um dos meios de financiamento ao dispor das autarquias locais é constituído pelo “ produto de empréstimos,...” , sendo por lei , permitido aos municípios “...contrair empréstimos e utilizar aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito...” ( artigo 23º da Lei das Finanças Locais) podendo os empréstimos contraídos pelos Municípios ser de curto prazo ou de médio e longo prazo.

O Município de Estarreja, durante o ano 2010, não recorreu a financiamento alheio (crédito bancário), tendo no entanto sido dado início à preparação de um processo de empréstimo excepcionado relativo aos investimentos que o Município se encontra a realizar no Parque escolar.

➤ **Outras Receitas de Capital**

Durante o ano 2009 assistiu-se ao nascimento de uma parceria celebrada entre o Estado Português e nove municípios da região de Aveiro, entre os quais o Município de Estarreja, com o objectivo de introduzir um novo modelo de gestão dos serviços de água e saneamento. Em resultado desta parceria foi criada a empresa “Águas da Região de Aveiro – Serviços de Águas da Região de Aveiro, S.A.” (AdRA) que assumiu a gestão destes serviços procurando a maximização de economias de escala e de gama com a integração dos sistemas de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbana.

O Município de Estarreja, enquanto aderente, cedeu a utilização das infra-estruturas, bem como a exploração e gestão destes serviços públicos, a esta nova entidade, designada por entidade gestora da parceria, recebendo, para além da remuneração accionista, uma contrapartida pecuniária a qual se subdivide em duas

parcelas distintas: i) uma retribuição inicial; e ii) uma retribuição anual que incorporará os resultados de exploração obtidos.

A retribuição inicial reflectirá o valor da própria estrutura estando previsto o seu pagamento aos diversos municípios ao longo dos três primeiros anos de actividade. Assim, no ano 2009 o Município de Estarreja já recebeu cerca de 23% desta parcela, no valor de €1.641.752,42, no corrente ano recebeu mais €3.283.504,78, correspondentes a 46%, estando prevista a liquidação dos restantes 31% no ano 2012.

**Quadro nº 35 – Desagregação das Outras Receitas de Capital** (unidade monetária : Euros)

Designação	2010		2009		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Indemnizações	0,00	0,00%	6.359,00	0,00%	-100,00%
Águas Região de Aveiro (Retribuição Inicial)	3.283.504,78	100,00%	1.641.752,42	0,00%	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>3.283.504,78</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.648.111,42</b>	<b>0,00%</b>	<b>99,23%</b>

### 3.3. DESPESA

#### 3.3.1. Execução Orçamental da Despesa

No capítulo 3.1 do presente Relatório procedeu-se a uma análise generalista sobre a execução global do Orçamento 2010, tendo sido feita uma pequena abordagem sobre a execução da despesa.

Neste capítulo, procede-se a uma avaliação da execução orçamental da despesa em termos de pagamento, assim como da despesa facturada, decompondo esta última em facturação transitada e nova facturação.

A análise dos quadros nº36 e 37 permite-nos avaliar a despesa sob a perspectiva económica, e apenas de execução a nível de pagamentos, identificando-se, por uma lado, o destino privilegiado das despesas – correntes e capital – e, por outro, a sua natureza – despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, encargos financeiros, investimento, etc.

**Quadro nº 36 – Execução da Despesa** (unidade monetária : Euros)

Capítulos	Previsão		Valor da Execução (c)	Desvio (c)-(b)	Taxas de Execução	
	Inicial (a)	Final (b)			Exec % (c)/(a)	Exec % (c)/(b)
Despesas Correntes	13.959.641,88	14.939.441,88	12.803.101,64	-2.136.340,24	91,72%	85,70%
Despesas de Capital	15.700.358,12	14.720.558,12	9.402.316,12	-5.318.242,00	59,89%	63,87%
<b>Total da Despesa</b>	<b>29.660.000,00</b>	<b>29.660.000,00</b>	<b>22.205.417,76</b>	<b>-7.454.582,24</b>	<b>74,87%</b>	<b>74,87%</b>

Com base no quadro acima, comparando o valor orçado das Despesas Totais (€29.660.000,00), com o efectivamente realizado (€22.205.417,76) no ano económico em análise, obtém-se uma taxa de execução a nível das despesas de 74,87%, ou seja, o valor efectivo da despesa realizada foi inferior ao inicialmente previsto em €7.454.582,245.

De reforçar, o Orçamento do exercício económico 2010 apresenta uma previsão inferior aos documentos previsionais de 2009 em €3.840.000,00, traduzindo uma redução de 11,4%. O valor do desvio entre o orçado e o realizado registou um decréscimo em termos absolutos de €4.798.201,51 (39%).

#### Quadro nº 37 – Execução da Despesa 2010 vs 2009

 (unidade monetária : Euros)

Capítulos	Previsão		Diferença 2009/2010	Execução		Diferença 2009/2010	Taxa de Execução	
	2010	2009		2010	2009		2010	2009
<b>Despesas Correntes</b>	<b>14.939.441,88</b>	<b>13.940.887,60</b>	<b>998.554,28</b>	<b>12.803.101,64</b>	<b>11.356.112,22</b>	<b>1.446.989,42</b>	<b>85,70%</b>	<b>81,46%</b>
Despesas com Pessoal	5.173.530,73	5.229.028,40	-55.497,67	4.964.162,89	5.060.660,45	-96.497,56	95,95%	96,78%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	7.850.549,41	6.510.967,20	1.339.582,21	6.424.193,04	4.571.599,32	1.852.593,72	81,83%	70,21%
Encargos correntes da dívida	419.700,00	786.777,00	-367.077,00	224.492,74	408.172,55	-183.679,81	53,49%	51,88%
Transferências Correntes	1.126.430,52	1.180.315,00	-53.884,48	1.008.311,31	1.077.100,67	-68.789,36	89,51%	91,26%
Outras Despesas Correntes	369.231,22	233.800,00	135.431,22	181.941,66	238.579,23	-56.637,57	49,28%	102,04%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>14.720.558,12</b>	<b>19.559.112,40</b>	<b>-4.838.554,28</b>	<b>9.402.316,12</b>	<b>9.891.104,03</b>	<b>-488.787,91</b>	<b>63,87%</b>	<b>50,57%</b>
Aquisição de Bens de Investimento	11.238.077,62	16.614.762,40	-5.376.684,78	6.843.978,26	7.329.723,33	-485.745,07	60,90%	44,12%
Transferências de Capital	1.833.980,50	972.000,00	861.980,50	915.624,29	674.558,81	241.065,48	49,93%	69,40%
Activos Financeiros	155.000,00	879.000,00	-724.000,00	154.472,50	772.362,50	-617.890,00	99,66%	87,87%
Passivos Financeiros	1.490.000,00	1.087.350,00	402.650,00	1.488.241,07	1.114.459,39	373.781,68	99,88%	102,49%
Outras Despesas de Capital	3.500,00	6.000,00	-2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>Total da Despesa</b>	<b>29.660.000,00</b>	<b>33.500.000,00</b>	<b>-3.840.000,00</b>	<b>22.205.417,76</b>	<b>21.247.216,25</b>	<b>958.201,51</b>	<b>74,87%</b>	<b>63,42%</b>

O montante pago em 2010 (€22.205.417,76) foi superior ao de 2009 (€21.247.216,25), constatando-se, em 2010, um aumento da despesa paga no valor de €958.201,51 relativamente ao registado no ano anterior e atingindo-se um grau de execução de despesas de 74,87%, superior em 11,45 p.p..

Da análise dos dois agregados da despesa, verifica-se que a execução ao nível das despesas correntes foi cerca de 85,70% em contraposição com os 63,87% das despesas de capital. O menor desempenho das despesas de capital ficou-se a dever ao investimento directo, cuja execução se limitou a 30,82%.

Avaliando a execução orçamental não apenas numa perspectiva de pagamentos, mas complementando com uma análise da despesa facturada, pode-se aferir a verdadeira dinâmica sobre a realização despesa.



No quadro nº38, apresenta-se um quadro ilustrativo da despesa facturada, paga e prevista e respectivas taxas de execução. De referir, que a despesa facturada encontra-se decomposta em facturação transitada e nova facturação.

No ano 2010, a despesa global facturada situou-se em €24.287.361,16, sendo de mencionar que €4.249.891,13 respeitam a despesa facturada transitada do exercício anterior, sendo que a despesa facturada relativo ao próprio exercício 2010 cifrou-se em €22.144.705,14, inferior em €2.107.235,11 ao valor facturado no ano 2009 (redução de 9,5% de facturação). Em termos da facturação no próprio ano (expurgada da facturação não paga em anos anteriores e transitada para exercício seguinte) registou-se um acréscimo de despesa corrente facturada em 2010 na ordem dos €352.528,11 enquanto que a despesa de capital sofreu um decréscimo de €2.459.763,22.

**Quadro nº 38 – Execução da Despesa**

( unidade monetária : Euros)

Capítulos	2009			2010			Variação 2009/2010						
	Facturada	Paga	Não Paga	Previsão	Facturada	Paga	Valor	tx cresc	Desvio	Taxa de Execução			
	(a)	(b)	(a)-(b)	(d)	e	(f)	(f)-(b)	(f)-(b)/(b)	(f)-e	Desp Fact Desp Paga			
<b>Despesas Correntes</b>	<b>12.331.570,91</b>	<b>11.356.112,22</b>	<b>975.458,69</b>	<b>14.939.441,88</b>	<b>13.346.793,35</b>	<b>54,95%</b>	<b>12.803.101,64</b>	<b>57,66%</b>	<b>1.446.989,42</b>	<b>12,74%</b>	<b>-543.691,71</b>	<b>89,34%</b>	<b>85,70%</b>
Pessoal	5.100.917,55	5.060.660,45	40.257,10	5.173.530,73	5.004.183,58	20,60%	4.964.162,89	22,36%	-96.497,56	-1,91%	-40.020,69	96,73%	95,95%
Aquisição de Bens e Serviços	5.411.064,27	4.571.599,32	839.464,95	7.850.549,41	6.832.212,07	28,13%	6.424.193,04	28,93%	1.852.593,72	40,52%	-408.019,03	87,03%	81,83%
Juros e Outros Encargos Financeiros	489.736,27	408.172,55	81.563,72	419.700,00	306.386,66	1,26%	224.492,74	1,01%	-183.679,81	-45,00%	-81.893,92	73,00%	53,49%
Transferências Correntes	1.084.610,14	1.077.100,67	7.509,47	1.126.430,52	1.022.069,38	4,21%	1.008.311,31	4,54%	-68.789,36	-6,39%	-13.758,07	90,74%	89,51%
Outras Despesas Correntes	245.242,68	238.579,23	6.663,45	369.231,22	181.941,66	0,75%	181.941,66	0,82%	-56.637,57	-23,74%	0,00	49,28%	49,28%
											0,00		
<b>Despesas de Capital</b>	<b>13.165.536,47</b>	<b>9.891.104,03</b>	<b>3.274.432,44</b>	<b>14.720.558,12</b>	<b>10.940.567,81</b>	<b>45,05%</b>	<b>9.402.316,12</b>	<b>42,34%</b>	<b>-488.787,91</b>	<b>-4,94%</b>	<b>-1.538.251,69</b>	<b>74,32%</b>	<b>63,87%</b>
Investimentos	10.604.155,77	7.329.723,33	3.274.432,44	11.238.077,62	7.934.282,93	32,67%	6.843.978,26	30,82%	-485.745,07	-6,63%	-1.090.304,67	70,60%	60,90%
Transferências de Capital	674.558,81	674.558,81	0,00	1.833.980,50	1.363.571,31	5,61%	915.624,29	4,12%	241.065,48	35,74%	-447.947,02	74,35%	49,93%
Activos Financeiros	772.362,50	772.362,50	0,00	155.000,00	154.472,50	0,64%	154.472,50	0,70%	-617.890,00	n.a.	0,00	99,66%	99,66%
Passivos Financeiros	1.114.459,39	1.114.459,39	0,00	1.490.000,00	1.488.241,07	6,13%	1.488.241,07	6,70%	373.781,68	33,54%	0,00	99,88%	99,88%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<b>DESPESAS TOTAIS</b>	<b>25.497.107,38</b>	<b>21.247.216,25</b>	<b>4.249.891,13</b>	<b>29.660.000,00</b>	<b>24.287.361,16</b>	<b>100,00%</b>	<b>22.205.417,76</b>	<b>100,00%</b>	<b>958.201,51</b>	<b>4,51%</b>	<b>-2.081.943,40</b>	<b>81,89%</b>	<b>74,87%</b>

A taxa de execução, em termos de despesa facturada, atingiu os 81,87%, contra os 76,11% registados no ano 2009, demonstrando rigor na elaboração do orçamento, sendo mais evidente no caso concreto das despesas correntes ao atingir 89,34%.

Pela análise do quadro acima, e ao inverso do registado no ano 2009, apura-se que a facturação das despesas de capital apresenta, em 2010, um peso inferior ao das despesas correntes, representando 45,05% do cômputo geral das despesas facturadas/realizadas.

Do ponto de vista financeiro, constata-se que o maior esforço de pagamento foi canalizado para as despesas correntes assumindo 57,66% do total da despesa paga.

**3.3.2. Estrutura e Evolução da Despesa Global**

➤ **Estrutura da Despesa Global**

No âmbito da análise da estrutura geral da despesa, insere-se um quadro representativo da despesa comprometida, facturada, paga e prevista durante o exercício económico de 2010.

**Quadro nº 39 – Diferentes fases da despesa por classificação económica**

DESPESAS	Despesa Orçada	Despesa Comprometida	Despesa Facturada	Despesa Paga	Desvio	Taxa de Execução	Realizada e Não Paga	Compromissos por Pagar
	1	2	3	4	5=4-1	6=4/1	7=3-4	7=3-4
01 Despesa com Pessoal	5.173.530,73	5.013.544,87	5.004.183,58	4.964.162,89	-209.367,84	96,0%	40.020,69	49.381,98
02 Aquisição de Bens e Serviços Correntes	7.850.549,41	7.447.430,73	6.832.212,07	6.424.193,04	-1.426.356,37	81,8%	408.019,03	1.023.237,69
03 Encargos Correntes de Dívida	419.700,00	306.386,66	306.386,66	224.492,74	-195.207,26	53,5%	81893,92	81893,92
04 Transferências Correntes	1.126.430,52	1.022.069,38	1.022.069,38	1.008.311,31	-118.119,21	89,5%	13.758,07	13.758,07
06 Outras Despesas Correntes	369.231,22	182.186,14	181.941,66	181.941,66	-187.289,56	49,3%	0,00	244,48
<b>Despesas Correntes</b>	<b>14.939.441,88</b>	<b>13.971.617,78</b>	<b>13.346.793,35</b>	<b>12.803.101,64</b>	<b>-2.136.340,24</b>	<b>85,7%</b>	<b>543.691,71</b>	<b>1.168.516,14</b>
07 Aquisição de Bens de Capital	11238.077,62	9.068.728,75	7.934.282,93	6.843.978,26	-4.394.099,36	60,9%	1.090.304,67	2.224.750,49
08 Transferências de Capital	1833.980,50	1.370.571,31	1.363.571,31	915.624,29	-918.356,21	49,9%	447.947,02	454.947,02
09 Activos Financeiros	155.000,00	154.472,50	154.472,50	154.472,50	-527,50	99,7%	0,00	0,00
10 Passivos Financeiros	1.490.000,00	1.488.241,07	1.488.241,07	1.488.241,07	-1758,93	99,9%	0,00	0,00
11 Outras Despesas de Capital	3.500,00	0,00	0,00	0,00	-3.500,00	0,0%	0,00	0,00
<b>Despesas de Capital</b>	<b>14.720.558,12</b>	<b>12.082.013,63</b>	<b>10.940.567,81</b>	<b>9.402.316,12</b>	<b>-5.318.242,00</b>	<b>63,9%</b>	<b>1.538.251,69</b>	<b>2.679.697,51</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>29.660.000,00</b>	<b>26.053.631,41</b>	<b>24.287.361,16</b>	<b>22.205.417,76</b>	<b>-7.454.582,24</b>	<b>74,9%</b>	<b>2.081.943,40</b>	<b>3.848.213,65</b>



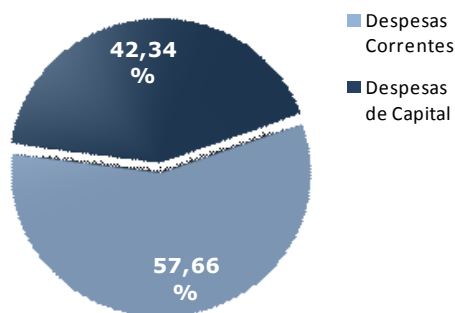
O Orçamento de 2010 inferior ao do ano anterior em 3,840 milhões de euros, teve compromissos que representaram 87,84% do orçamento e uma realização de 81,89%.

No ano 2010, a despesa global comprometida, situou-se nos €26.053.631,41, a despesa facturada em €24.287.361,16 e a despesa paga em €22.205.417,76.

A mesma análise quanto ao exercício económico de 2009, temos que a despesa global comprometida, situou-se nos €28.662.111,49, a despesa facturada em €25.497.107,38 e a despesa paga em €21.247.216,25, constatando-se uma diminuição clara da despesa comprometida e facturada e um maior esforço em termos de liquidação de despesas assumidas.

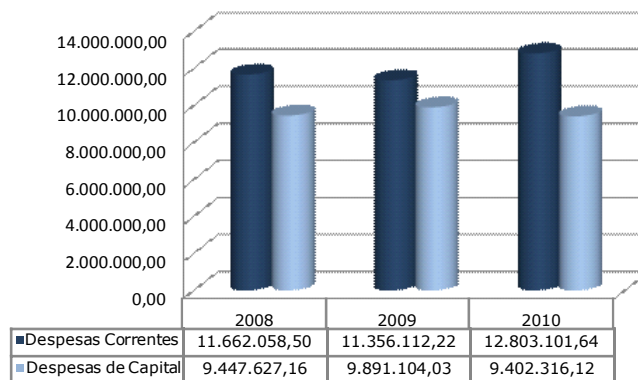
Ao analisar a despesa paga, justifica-se uma apreciação da estrutura em termos de despesa correntes e de capital e a sua variação nos anos 2008, 2009 e 2010, representada nos gráficos seguintes:

**Gráfico nº18**



**Gráfico nº19**

**Variação da Despesa Paga**

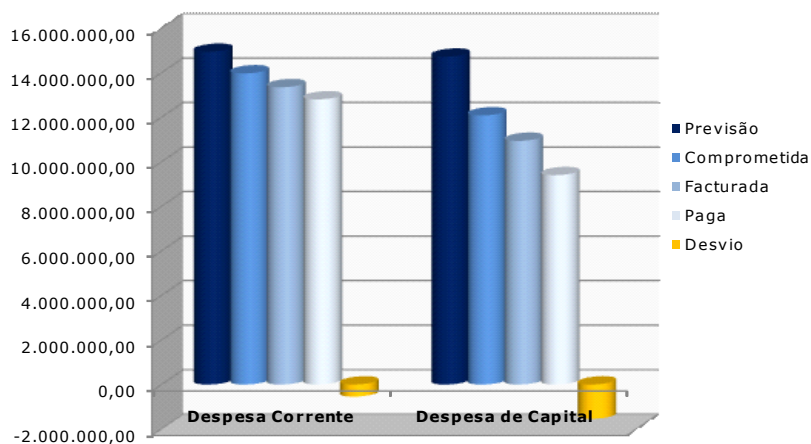


Pela análise do quadro nº 39, conclui-se que as Despesas Correntes correspondem a 57,66% das Despesas Totais e as de Capital a 42,34%.

O próximo gráfico evidencia a despesa prevista, realizada e paga assim como o desvio, no que respeita a despesas correntes e de capital.

**Gráfico nº20**

**Estrutura Geral da Despesa**



➤ **Evolução da Despesa Global**

As despesas realizadas pela Autarquia, no ano de 2010, cifram-se em €22.205.417,25 verificando-se um pequeno acréscimo de cerca de 4,51% em relação aos gastos efectuados no exercício económico de 2009. Nesta linha, constata-se que as Despesas Correntes aumentaram cerca de 12,74% e as Despesas de Capital diminuíram 4,94%, em relação aos valores registados no exercício económico anterior, demonstrando um comportamento contrário ao registado no ano 2009, onde as despesas correntes abrandaram em cerca de 2,62% e as despesas de capital aumentaram em cerca de 4,69%.

**Quadro nº 40 – Repartição da Despesa**

( unidade monetária : €uros)

Despesas	2008	2009	Desvio	Tx Crec.	2010	%	Desvio	Tx Crec.
Despesas Correntes	11.662.058,50	11.356.112,22	-305.946,28	-2,62%	12.803.101,64	57,66%	1.446.989,42	12,74%
Despesas de Capital	9.447.627,16	9.891.104,03	443.476,87	4,69%	9.402.316,12	42,34%	-488.787,91	-4,94%
<b>Despesas Totais</b>	<b>21.109.685,66</b>	<b>21.247.216,25</b>	<b>137.530,59</b>	<b>0,65%</b>	<b>22.205.417,76</b>	<b>100,00%</b>	<b>958.201,51</b>	<b>4,51%</b>

**Quadro nº 41 – Evolução da Despesa**

( unidade monetária : €uros)

DESPEZA 2010 vs 2009										
Capítulos	Paga 2010		Facturada 2010		Paga 2009		Variação	Facturada 2009		Variação
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso		Valor	Peso	
	€	%	€	%	€	%	€	€	%	€
<b>Despesas Correntes</b>	<b>12.803.101,64</b>	<b>57,66%</b>	<b>13.346.793,35</b>	<b>54,95%</b>	<b>11.356.112,22</b>	<b>53,45%</b>	<b>1.446.989,42</b>	<b>12.331.570,91</b>	<b>48,36%</b>	<b>1.015.222,44</b>
Pessoal	4.964.162,89	22,36%	5.004.183,58	20,60%	5.060.660,45	23,82%	-96.497,56	5.100.917,55	20,01%	-96.733,97
Aquisição de Bens e Serviços	6.424.193,04	28,93%	6.832.212,07	28,13%	4.571.599,32	21,52%	1.852.593,72	5.411.064,27	21,22%	1.421.147,80
Juros e Outros Encargos Financeiros	224.492,74	1,01%	306.386,66	1,26%	408.172,55	1,92%	-183.679,81	489.736,27	1,92%	-183.349,61
Transferências Correntes	1.008.311,31	4,54%	1.022.069,38	4,21%	1.077.100,67	5,07%	-68.789,36	1.084.610,14	4,25%	-62.540,76
Outras Despesas Correntes	181.941,66	0,82%	181.941,66	0,75%	238.579,23	1,12%	-56.637,57	245.242,68	0,96%	-63.301,02
				0,00%						
<b>Despesas de Capital</b>	<b>9.402.316,12</b>	<b>42,34%</b>	<b>10.940.567,81</b>	<b>45,05%</b>	<b>9.891.104,03</b>	<b>46,55%</b>	<b>-488.787,91</b>	<b>13.165.536,47</b>	<b>51,64%</b>	<b>-2.224.968,66</b>
Investimentos	6.843.978,26	30,82%	7.934.282,93	32,67%	7.329.723,33	34,50%	-485.745,07	10.604.155,77	41,59%	-2.669.872,84
Transferências de Capital	915.624,29	4,12%	1.363.571,31	5,61%	674.558,81	3,17%	241.065,48	674.558,81	2,65%	689.012,50
Activos Financeiros	154.472,50	0,70%	154.472,50	0,64%	772.362,50	3,64%	-617.890,00	772.362,50	3,03%	-617.890,00
Passivos Financeiros	1.488.241,07	6,70%	1.488.241,07	6,13%	1.114.459,39	5,25%	373.781,68	1.114.459,39	4,37%	373.781,68
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00
<b>DESPESAS TOTAIS</b>	<b>22.205.417,76</b>	<b>100,00%</b>	<b>24.287.361,16</b>	<b>100,00%</b>	<b>21.247.216,25</b>	<b>100,00%</b>	<b>958.201,51</b>	<b>25.497.107,38</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1.209.746,22</b>

Em 2010 a despesa facturada diminuiu €1.209.746,22 e a despesa paga superou em €958.201,51 os pagamentos realizados no ano anterior. Da diferença entre a despesa realizada (facturada) e a despesa paga em 2010 resulta uma dívida total a transitar para o ano 2011 de €2.081.943,40 (quadro nº 39,40,43 e 44), assistindo-se a uma diminuição do valor realizado não pago de €2.167.947,73 ( redução de 51%).

**Quadro nº 42**

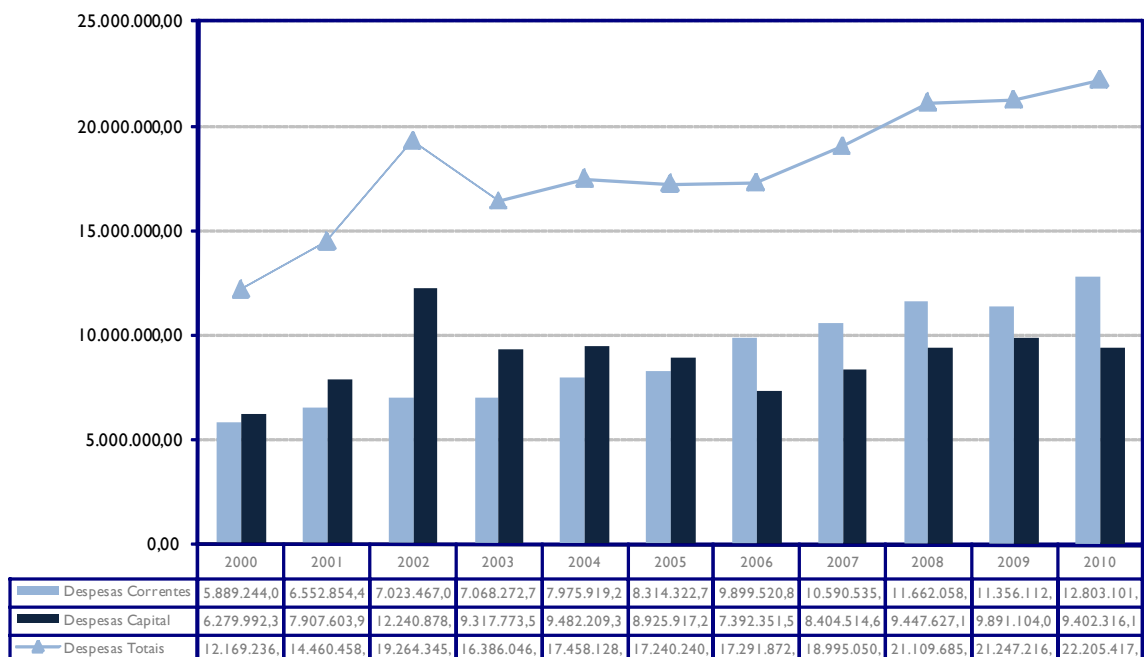
( unidade monetária : €uros)

DESPEZA 2010								Taxa de Execução	
Capítulos	Previsão	Peso	Facturada	Peso	Paga	Peso	Desvio	Desp Realiz	Desp.Paga
	(a)	%	(c)	%	(d)	%		(b)/(a)	(c)/(a)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>14.939.441,88</b>	<b>50,37%</b>	<b>13.346.793,35</b>	<b>54,95%</b>	<b>12.803.101,64</b>	<b>57,66%</b>	<b>-543.691,71</b>	<b>89,34%</b>	<b>85,70%</b>
Pessoal	5.173.530,73	17,44%	5.004.183,58	20,60%	4.964.162,89	22,36%	-40.020,69	96,73%	95,95%
Aquisição de Bens e Serviços	7.850.549,41	26,47%	6.832.212,07	28,13%	6.424.193,04	28,93%	-408.019,03	87,03%	81,83%
Juros e Outros Encargos Financeiros	419.700,00	1,42%	306.386,66	1,26%	224.492,74	1,01%	-81.893,92	73,00%	53,49%
Transferências Correntes	1.126.430,52	3,80%	1.022.069,38	4,21%	1.008.311,31	4,54%	-13.758,07	90,74%	89,51%
Outras Despesas Correntes	369.231,22	1,24%	181.941,66	0,75%	181.941,66	0,82%	0,00	49,28%	49,28%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>14.720.558,12</b>	<b>49,63%</b>	<b>10.940.567,81</b>	<b>45,05%</b>	<b>9.402.316,12</b>	<b>42,34%</b>	<b>-1.538.251,69</b>	<b>74,32%</b>	<b>63,87%</b>
Investimentos	11.238.077,62	37,89%	7.934.282,93	32,67%	6.843.978,26	30,82%	-1.090.304,67	70,60%	60,90%
Transferências de Capital	1.833.980,50	6,18%	1.363.571,31	5,61%	915.624,29	4,12%	-447.947,02	74,35%	49,93%
Activos Financeiros	155.000,00	0,52%	154.472,50	0,64%	154.472,50	0,70%	0,00	99,66%	99,66%
Passivos Financeiros	1.490.000,00	5,02%	1.488.241,07	6,13%	1.488.241,07	6,70%	0,00	99,88%	99,88%
Outras Despesas de Capital	3.500,00	0,01%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<b>DESPESAS TOTAIS</b>	<b>29.660.000,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>24.287.361,16</b>	<b>100,00%</b>	<b>22.205.417,76</b>	<b>100,00%</b>	<b>-2.081.943,40</b>	<b>81,89%</b>	<b>74,87%</b>

Para uma melhor percepção da evolução das despesas, de 2000 a 2010, procede-se à apresentação seguinte gráfico ilustrativo:



**Gráfico nº21**  
**Evolução das Despesas**



➤ **Desagregação da Despesa Global**

O quadro seguinte demonstra com mais detalhe a execução das rubricas orçamentais de despesa:

**Quadro nº 43** ( unidade monetária : Euros)

<b>Despesas Correntes</b>		
<b>Designação</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
Pessoal	4.964.162,89	22,36%
Aquisição de Bens e Serviços	6.424.193,04	28,93%
Aquisição de Bens	441.012,53	1,99%
Aquisição de Serviços	5.983.180,51	26,94%
Juros e Outros Encargos Financeiros	224.492,74	1,01%
Juros da Dívida Pública	131.363,17	0,59%
Juros de Locação Financeira	5.450,47	0,02%
Juros Tributários	0,00	0,00%
Outros juros	87.679,10	0,39%
Outros encargos financeiros	0,00	0,00%
Transferências Correntes	1.008.311,31	4,54%
Administrações públicas	404.308,25	1,82%
Segurança Social	0,00	0,00%
Administrações privadas	523.924,80	2,36%
Famílias	80.078,26	0,36%
Outras Despesas Correntes	181.941,66	0,82%
<b>Totais de Despesas Correntes</b>	<b>12.803.101,64</b>	<b>57,66%</b>
<b>Despesas de Capital</b>		
<b>Designação</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
Investimentos	6.843.978,26	30,82%
Terrenos	993.132,02	4,47%
Habitações	2.208,00	0,01%
Edifícios	1.059.859,07	4,77%
Construções Diversas	2.706.159,93	12,19%
Equipamento de Transporte	57.520,40	0,26%
Equipamento Informático	55.685,40	0,25%
Software Informático	12.914,09	0,06%
Equipamento Administrativo	44.386,65	0,20%
Equipamento Básico	205.735,48	0,93%
Ferramentas e Utensílios	1.098,63	0,00%
Outros Investimentos	131.361,45	0,59%
Locação Financeira	117.979,64	0,53%
Bens de Domínio Público	1.455.937,50	0,00%
Transferências de Capital	915.624,29	4,12%
Administrações públicas	630.962,70	2,84%
Administrações privadas	222.095,15	1,00%
Famílias	62.566,44	0,28%
Activos Financeiros	154.472,50	0,70%
Passivos Financeiros	1.488.241,07	6,70%
Amort. Emp. Contraídos a M/L Pr.	1.488.241,07	6,70%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00%
<b>Totais de Despesas de Capital</b>	<b>9.402.316,12</b>	<b>42,34%</b>
<b>DESPESAS TOTAIS</b>	<b>22.205.417,76</b>	<b>100%</b>

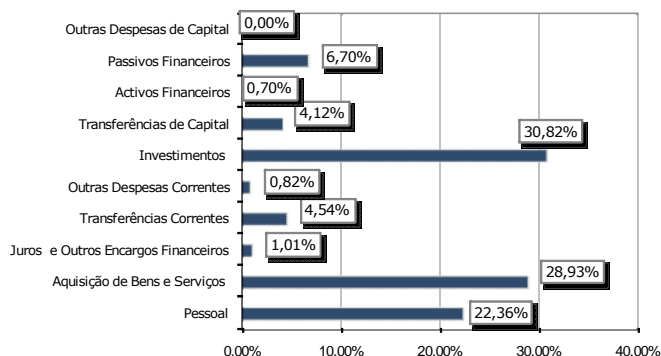
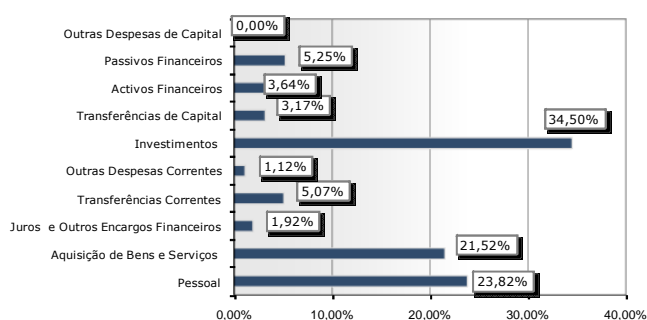
Apesar de tudo, à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos, o contributo mais elevado para a totalidade das despesas pagas é o da Aquisição de Bens de Capital, seguindo-se as Despesas com Pessoal e a Aquisição de Bens e Serviços Correntes.

As transferências correntes e de capital, que têm a ver com participações do Município em investimentos intermunicipais, com transferências para freguesias e para diversas colectividades culturais, desportivas, recreativas e de solidariedade do concelho, continuam a deter um peso significativo na execução orçamental desta autarquia, representando, no ano económico de 2010, 8,66% das Despesas Totais.

**Gráfico nº 22 e 23 – Desagregação das Despesas**

Ano 2009

Ano 2010



Os encargos com a amortização de capital de empréstimos de longo prazo contraídos pela autarquia corresponderam a 15,83% das Despesas de Capital e 6,70 % das Despesas Totais.

**Quadro nº 44**

( unidade monetária : €uros)

Despesas Correntes			Despesas de Capital		
Designação	Valor	%	Designação	Valor	%
Despesas com Pessoal	4.964.162,89	38,77%	Investimentos	6.843.978,26	72,79%
Aquisição de Bens e Serviços	6.424.193,04	50,18%	Terrenos	993.132,02	10,56%
Aquisição de Bens	441.012,53	3,44%	Habitações	2.208,00	0,02%
Aquisição de Serviços	5.983.180,51	46,73%	Edifícios	1.059.859,07	11,27%
Juros e Outros Encargos	224.492,74	1,75%	Construções Diversas	2.706.159,93	28,78%
Juros da Dívida Pública	131.363,17	1,03%	Equipamento de Transporte	57.520,40	0,61%
Juros de Locação Financeira	5.450,47	0,04%	Equipamento Informático	55.685,40	0,59%
Juros Tributários	0,00	0,00%	Software Informático	12.914,09	0,14%
Outros juros	87.679,10	0,68%	Equipamento Administrativo	44.386,65	0,47%
Outros encargos financeiros	0,00	0,00%	Equipamento Básico	205.735,48	2,19%
Transferências Correntes	1.008.311,31	7,88%	Ferramentas e Utensílios	1.098,63	0,02%
Administrações públicas	404.308,25	3,16%	Outros Investimentos	131.361,45	1,40%
Segurança Social	0,00	0,00%	Locação Financeira - Mat.Transp	117.979,64	1,25%
Administrações privadas	523.924,80	4,09%	Bens de Domínio Público	1.455.937,50	15,48%
Famílias	80.078,26	0,63%	Transferências de Capital	915.624,29	9,74%
Outras Despesas Correntes	181.941,66	1,42%	Administrações públicas	630.962,70	6,71%
			Administrações privadas	222.095,15	2,36%
			Famílias	62.566,44	0,67%
			Activos Financeiros	154.472,50	1,64%
			Passivos Financeiros	1.488.241,07	15,83%
			Amort. Emp. Contraídos a M/L Pr	1.488.241,07	15,83%
			Outras Despesas de Capital	0,00	0,00%
<b>Totais de Despesas Correntes</b>	<b>12.803.101,64</b>	<b>100,00%</b>	<b>Totais de Despesas de Capital</b>	<b>9.402.316,12</b>	<b>100,00%</b>

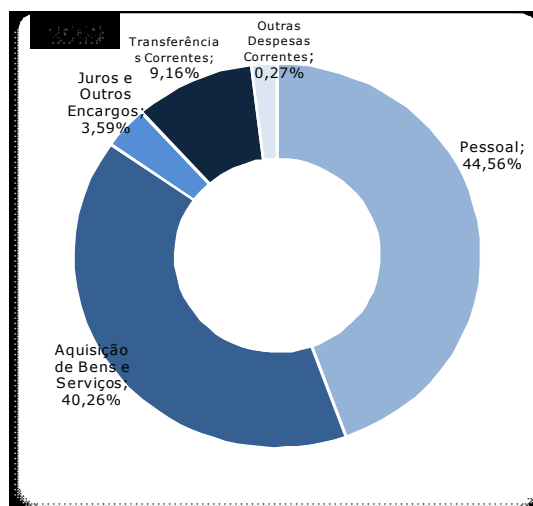
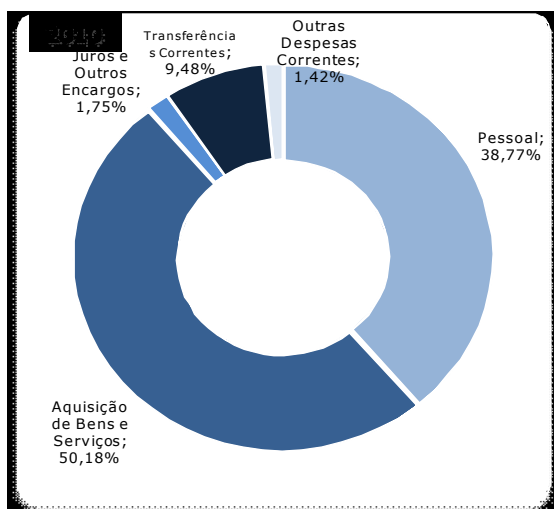


### 3.3.3. Análise da Despesas Correntes

As despesas correntes pagas totalizam €12.803.101,64, registando-se um desvio positivo, em termos absolutos, de €1.446.989,42 em relação ao ano anterior, no entanto, de salientar que em termos de despesa facturada registou-se um aumento de 8,23% deste tipo de despesas relativamente ao realizado no ano 2009. (quadros nº40 e 41)

A repartição das despesas de natureza corrente efectuadas pelo município, nos anos 2009 e 2010, encontra-se descrita no gráfico apresentado de seguida:

Gráficos nº 24 e 25 -



As despesas correntes constituem praticamente as despesas de funcionamento dos serviços que se traduzem na obtenção de serviços ou bens de consumo corrente, objecto de uma utilização final. Dentro deste tipo de despesas, no 2010 os encargos com pessoal foram destronados pelo grupo de despesas Aquisição de Bens e Serviços, os quais obtiveram o maior peso com 50,18% do total das despesas desta natureza. As despesas de funcionamento retratam o montante de encargos fixos e obrigatórios suportados pelo organismo municipal, agrupando as despesas com pessoal, as despesas com aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes, tendo no ano 2010 atingido os €11.570.297,59, sendo em termos de nova facturação registado um valor de €11.131.951,81.

Tratando-se, essencialmente, de despesas fixas de funcionamento, as despesas correntes revelam um comportamento pouco flexível face às pressões que sobre elas possam recair, o que facilmente se verifica pelo forte peso que as despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços assumem no seu valor total. De facto, estas despesas representam 88,95% da execução das despesas correntes.

Quadro nº 45

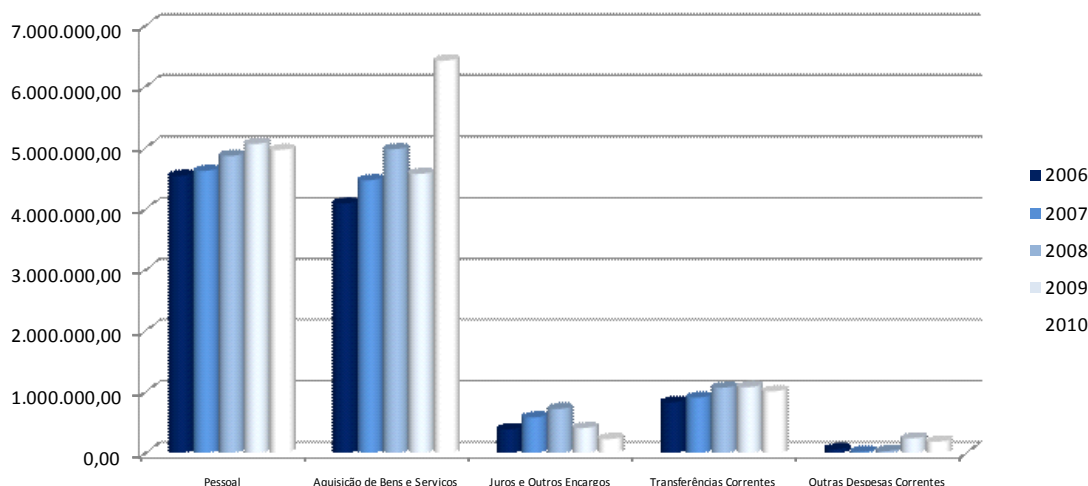
( unidade monetária : Euros)

Capítulos	2009						2010					
	Despesa Facturada			%Desp Func	%Desp Corrente	%Desp Total	Despesa Facturada			%Desp Func	%Desp Corrente	%Desp Total
	Transitada (a)	Nova (b)	Total (a)+(b)				Transitada (d)	Nova e (e)	Total (d)+e			
Pessoal	38.176,12	5.062.741,43	5.100.917,55	48,47%	42,12%	23,83%	40.020,69	4.964.162,89	5.004.183,58	42,90%	38,77%	22,36%
Aquisição de Bens e Serviços	274.169,57	5.136.894,70	5.411.064,27	49,18%	42,74%	24,18%	408.019,03	6.424.193,04	6.832.212,07	55,52%	50,18%	28,93%
Juros e Outros Encargos Financeiros	215,52	489.520,75	489.736,27		4,07%	2,30%	81.893,92	224.492,74	306.386,66		1,75%	1,01%
Transferências Correntes	103,15	1.084.506,99	1.084.610,14		9,02%	5,10%	13.758,07	1.008.311,31	1.022.069,38		7,88%	4,54%
Outras Despesas Correntes	100,00	245.142,68	245.242,68	2,35%	2,04%	1,15%	0,00	181.941,66	181.941,66	1,57%	1,42%	0,82%
<b>Despesas de Funcionamento</b>	<b>312.445,69</b>	<b>10.444.778,81</b>	<b>10.757.224,50</b>	<b>100,00%</b>	<b>86,90%</b>	<b>49,16%</b>	<b>448.039,72</b>	<b>11.570.297,59</b>	<b>12.018.337,31</b>	<b>100,00%</b>	<b>90,37%</b>	<b>52,11%</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>312.764,36</b>	<b>12.018.806,55</b>	<b>12.331.570,91</b>	<b>100,00%</b>	<b>56,57%</b>		<b>543.691,71</b>	<b>12.803.101,64</b>	<b>13.346.793,35</b>	<b>100,00%</b>	<b>57,66%</b>	
<b>Despesas Totais</b>	<b>4.249.891,13</b>	<b>21.247.216,25</b>	<b>25.497.107,38</b>				<b>2.081.943,40</b>	<b>22.205.417,76</b>	<b>24.287.361,16</b>			<b>100,00%</b>

Da análise do quadro anterior afere-se que a rubrica de aquisição de bens e serviços é a que tem o maior peso nas despesas de funcionamento no que respeita a nova facturação, ao assumir 55,52%, peso este superior ao apurado em 2009 (49,18%).

As Transferências Correntes, que acusam 7,88% do valor das despesas correntes pagas, são também espelho do forte empenho da Autarquia no apoio às diversas colectividades do concelho.

**Gráfico nº 26 - Evolução das Despesas correntes por classificação económica**



➤ **Despesas com Pessoal**

Os encargos com o Pessoal ocupam um grande peso na globalidade das despesas correntes do Município, correspondendo a 38,77% das Despesas Correntes e 22,36% das Despesas Totais.

Perante a apreciação do quadro seguinte, conclui-se que no ano 2010 as despesas com pessoal tiveram uma redução de 1,91%, correspondente a €96.497,56, justificado pelo decréscimo das despesas com Remunerações Certas e Permanentes, Abonos Variáveis ou Eventuais e despesas com a Segurança Social.

**Quadro nº 46**

( unidade monetária : Euros)

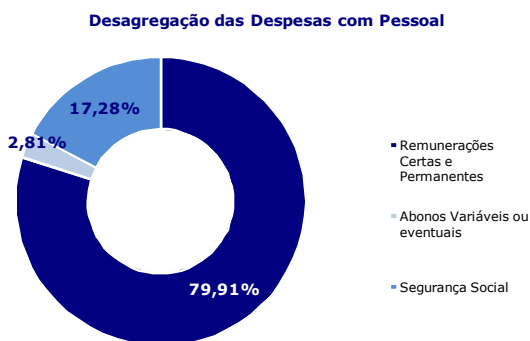
Designação	2008		2009		Variação 2009/2008		2010		Variação 2010/2009	
	Valor	%	Valor	%	Valor	Tx cresc	Valor	%	Valor	Tx cresc
<b>Remunerações Certas e Permanentes</b>	<b>3.892.457,36</b>	<b>79,99%</b>	<b>3.996.231,71</b>	<b>78,97%</b>	<b>103.774,35</b>	<b>2,67%</b>	<b>3.966.636,02</b>	<b>79,91%</b>	<b>-29.595,69</b>	<b>-0,74%</b>
Membros de Órgãos Autárquicos	136.199,46	2,80%	145.447,79	2,99%	9.248,33	6,79%	167.304,48	3,37%	21.856,69	15,03%
Pessoal do Quadro	2.495.776,15	51,29%	2.496.839,96	51,31%	1.063,81	0,04%	2.387.732,27	48,10%	-109.107,69	-4,37%
Pessoal Contratado a Termo	79.319,97	1,63%	266.955,68	5,49%	187.635,71	236,56%	327.644,43	6,60%	60.688,75	22,73%
Pessoal em Regime de Tarefa/ Avença	361.995,16	7,44%	213.939,25	4,40%	-148.055,91	-40,90%	192.099,93	3,87%	-21.839,32	-10,21%
Pessoal Aguardando Aposentação	8.196,27	0,17%	4.925,64	0,10%	-3.270,63	-39,90%	3.405,20	0,07%	-1.520,44	-30,87%
Pessoal em Qualquer Outra Situação	48.051,16	0,99%	56.965,05	1,17%	8.913,89	18,55%	80.697,76	1,63%	23.732,71	41,66%
Representação	54.581,23	1,12%	56.337,70	1,16%	1.756,47	3,22%	60.155,92	1,21%	3.818,22	6,78%
Membros de Órgãos Autárquicos	30.161,13	0,62%	32.189,55	0,66%	2.028,42	6,73%	37.595,52	0,76%	5.405,97	16,79%
Pessoal dos Quadros	24.420,10	0,50%	24.148,15	0,50%	-271,95	-1,11%	22.560,40	0,45%	-1.587,75	-6,58%
Subsídio de refeição	213.404,41	4,39%	233.796,28	4,80%	20.391,87	9,56%	243.373,59	4,90%	9.577,31	4,10%
Subsídio de Férias e de Natal	485.844,80	9,98%	504.103,18	10,36%	18.258,38	3,76%	497.091,61	10,01%	-7.011,57	-1,39%
Remunerações p/ Doença /Maternidade/Pater	9.088,75	0,19%	16.921,18	0,35%	7.832,43	86,18%	7.130,83	0,14%	-9.790,35	-57,86%
<b>Abonos Variáveis ou eventuais</b>	<b>122.326,92</b>	<b>2,51%</b>	<b>150.307,90</b>	<b>2,97%</b>	<b>27.980,98</b>	<b>22,87%</b>	<b>139.575,64</b>	<b>2,81%</b>	<b>-10.732,26</b>	<b>-7,14%</b>
Horas Extraordinárias	87.342,39	1,79%	107.959,09	2,22%	20.616,70	23,60%	99.213,36	2,00%	-8.745,73	-8,10%
Alimentação e alojamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Ajudas de Custo	8.850,07	0,18%	6.362,94	0,13%	-2.487,13	-28,10%	7.852,76	0,16%	1.489,82	23,41%
Abono para falhas	1.953,72	0,04%	3.854,99	0,08%	1.901,27	97,32%	5.106,20	0,10%	1.251,21	32,46%
Indmnizações por Cessão de Funções	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Outros suplementos e prémios	24.180,74	0,50%	32.130,88	0,66%	7.950,14	32,88%	27.403,32	0,55%	-4.727,56	-14,71%
<b>Segurança Social</b>	<b>851.407,47</b>	<b>17,50%</b>	<b>914.120,84</b>	<b>18,06%</b>	<b>62.713,37</b>	<b>7,37%</b>	<b>857.951,23</b>	<b>17,28%</b>	<b>-56.169,61</b>	<b>-6,14%</b>
Encargos com a saúde	698,61	0,01%	1.952,85	0,04%	1.254,24	179,53%	49.288,35	0,99%	47.335,50	2423,92%
Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	57.536,81	1,18%	55.978,00	1,15%	-1.558,81	-2,71%	44.087,86	0,89%	-11.890,14	-21,24%
Outras Prestações Familiares	17.067,17	0,35%	19.058,01	0,39%	1.990,84	11,66%	13.655,97	0,28%	-5.402,04	-28,35%
Contribuições para a Segurança Social	747.311,09	15,36%	800.556,64	16,45%	53.245,55	7,12%	709.146,22	14,29%	-91.410,42	-11,42%
Assist. na doença a funcionários públicos	260.547,95	5,35%	261.382,01	5,37%	834,06	0,32%	167.752,85	3,38%	-93.629,16	-35,82%
Seg social de funcionários públicos	440.327,63	9,05%	430.706,99	8,85%	-9.620,64	-2,18%	403.758,23	8,13%	-26.948,76	-6,26%
Segurança social - Regime geral	46.435,51	0,95%	108.467,64	2,23%	62.032,13	133,59%	137.635,14	2,77%	29.167,50	26,89%
Outras Pensões	0,00	0,00%	7.666,73	0,16%	7.666,73	0,00%	13.737,58	0,28%	6.070,85	79,18%
Seguros	28.793,79	0,59%	28.908,61	0,59%	114,82	0,40%	28.035,25	0,56%	-873,36	-3,02%
Outras Despesas de Segurança Social	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.
<b>TOTAL</b>	<b>4.866.191,75</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.060.660,45</b>	<b>100,00%</b>	<b>194.468,70</b>	<b>4,00%</b>	<b>4.964.162,89</b>	<b>100,00%</b>	<b>-96.497,56</b>	<b>-1,91%</b>



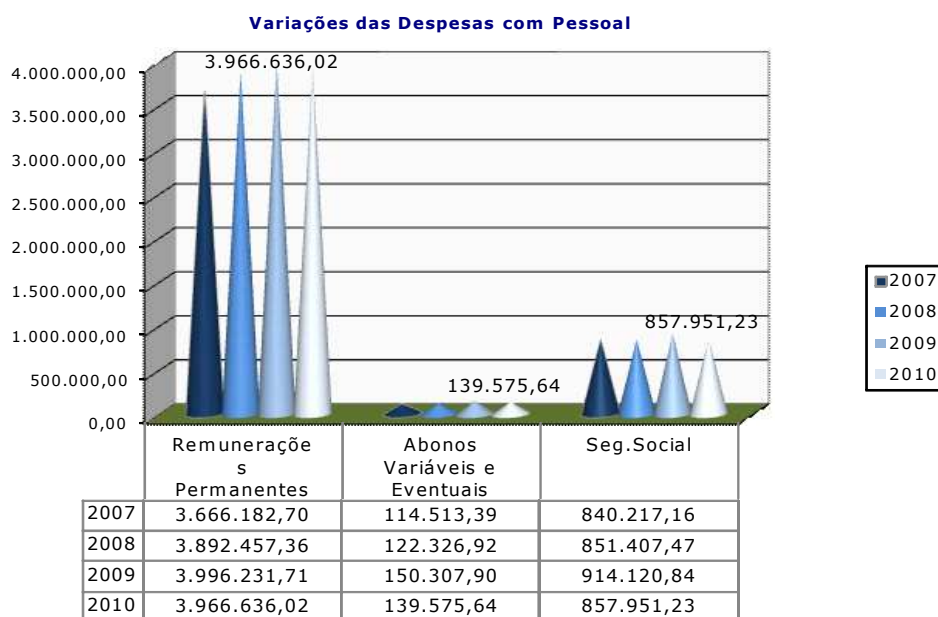


Durante o ano de 2010 os encargos suportados com Pessoal ascenderam a €4.964.162,89. O grupo mais representativo corresponde a remunerações certas e permanentes (vencimento mensal, subsídios de férias e Natal e despesas de representação) dos eleitos locais, funcionários, agentes e prestadores de serviços do município num total de €3.966.636,02. Segue-se o grupo referente a contribuições e encargos patronais com a segurança social (subsídios e prestações familiares, assistência na saúde, caixa geral de aposentações, regime geral de segurança social e em termos de seguros com pessoal) que totalizou €857.951,23. O remanescente, no valor de €139.575,64, reflecte o conjunto de abonos variáveis e eventuais, tais como horas extraordinárias, ajudas de custo, abonos para falhas e senhas de presença da Assembleia e Câmara Municipais.

**Gráfico nº 27**



**Gráfico nº 28**



A rubrica de *Remunerações Certas e Permanentes* evidência um decréscimo relativamente ao ano 2009 de 0,74%, justificado fundamentalmente pela diminuição de rubrica de Pessoal dos Quadros.

De referenciar que o aumento registado na rubrica Pessoal em qualquer Outra Situação se deve á integração de estagiários em diversos serviços municipais no âmbito do PEPAL \_ Programa de Estágios Profissionais nas Autarquias Locais, promovidos e financiados através da DGAL.

No que respeita a entradas e saídas de pessoal, no ano 2010 foram registadas as saídas e entradas de colaboradores repartida da seguinte forma:



A nível do Pessoal do Quadro registou-se uma redução de 23 elementos, dos quais 19 saíram no âmbito da transferência de exploração dos sistemas públicos de água e saneamento para a AdRA, S.A., 3 elementos por exoneração e 1 elemento por aposentação. Registaram-se, por outro lado 19 novos elementos para os quadros do Município;



Relativamente a contratados a termo resolutivo certo registou-se a saída de 8 elementos e a entrada de 3 recursos humanos ( 1 elemento para a DPU- área de planeamento urbanístico e 2 elementos para ao Espaço Internet);



Contratados a termo resolutivo certo a tempo parcial: registou-se um aumento de dois elementos;



Contratos de tarefa e avença registou uma saída de 6 prestadores de serviços e a entrada de 8 colaboradores.

Salienta-se uma redução muito significativa das despesas com Pessoal em regime de Tarefa ou Avença, registando-se uma diminuição de cerca de 10,21% correspondente a uma variação negativa de €21.839,32.

Os *Abonos Variáveis e Eventuais*, afiguram 2,81% das despesas com pessoal, cabendo-lhes o valor de €139.575,64. Apresentam em relação ao exercício de 2009, um decréscimo de 7,14%, que se deveu fundamentalmente à diminuição registada no pagamento de horas extra.

A *Segurança Social*, absorve 17,28% das despesas com pessoal, atingindo um valor de €857.951,23 apresentando em relação ao exercício de 2009, um decréscimo de 6,14%, correspondendo em termos absolutos uma redução de 56.169,61.

Com a publicação da Lei de Orçamento de Estado para o ano 2010-Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, e atendendo ao seu artigo 43º, ficou o Governo autorizado a legislar " *sobre as transferências de verbas a efectuar pelas autarquias locais destinadas à concessão de benefícios sociais a entidades representativas dos seus trabalhadores e respectivos familiares que tenham por objecto o desenvolvimento de actividades culturais, recreativas e desportivas, regulamentando a competência prevista nas alíneas o) e p) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com o seguinte sentido e extensão:*

- a) *Estabelecer critérios objectivos e abstractos para a determinação dos montantes a transferir pelas diversas entidades interessadas, previamente fixados pelo órgão executivo da autarquia;*
- b) *Estabelecer que estas transferências apenas podem ser efectuadas para pessoas colectivas legalmente constituídas;*
- c) *Estabelecer que só podem verificar -se transferências para entidades com a respectiva situação tributária e contributiva regularizada;*
- d) *Estabelecer um regime sancionatório para o incumprimento das regras que vierem a ser adoptadas nesta matéria.*

Ainda na LOE 2010, no seu artigo 154º relativo às Transferências das autarquias locais para o SNS dispôs que "As autarquias locais transferem directamente para o orçamento do serviço nacional de saúde da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., o valor correspondente aos encargos suportados pelos respectivos orçamentos próprios com despesas pagas à ADSE em 2009 respeitantes a serviços prestados por estabelecimentos do SNS."

Adicionalmente, Decreto-Lei nº 72-A/2010, de 18 de Junho, relativo à Execução do Orçamento de estado desse ano, dispôs no artigo 78º pela retenção dos montantes a apagar ao SNS directamente nas transferências do Orçamento de Estado para o Município, tendo sido para efeito divulgado em anexo a este diploma a tabela os valores respeitantes a cada entidade, cabendo ao Município de Estarreja o valor de €58.885,00.

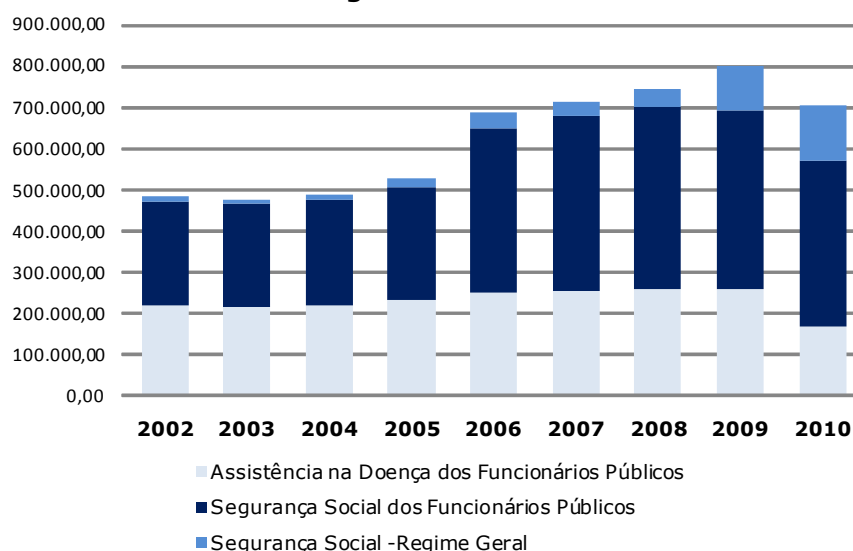
Neste enquadramento os valores apurados com encargos desta natureza estão resumidos no quadro seguinte:

**Quadro nº 47**

Ano	Assistência na Doença dos Funcionários Públicos	Segurança Social dos Funcionários Públicos	Segurança Social -Regime Geral	Encargos de saúde
2002	219.427,30	253.281,40	14.014,06	
2003	215.391,60	250.647,89	9.798,23	
2004	221.364,40	257.235,08	12.852,85	
2005	234.466,60	273.729,90	19.883,01	
2006	249.996,65	401.602,01	38.967,11	
2007	253.160,75	429.053,34	33.320,24	
2008	260.547,95	440.327,63	46.435,51	698,61
2009	261.382,01	430.706,99	108.467,64	1.952,85
2010	167.752,85	403.758,23	137.635,14	49.288,35

**Gráfico nº 29**

**Encargos com Pessoal**



Atendendo às posições assumidas pelo Tribunal de Contas para com os Municípios que auditou, relativamente às transferências para instituições criadas pelos funcionários dos municípios com vista à concessão de benefícios sociais aos mesmos e respectivos familiares, a Câmara Municipal deliberou suspender as transferências financeiras para os Serviços Sociais e Culturais dos Trabalhadores da Câmara municipal de Estarreja (SSCTCME), que produziu efeitos a partir de 1 de Julho de 2010.

O Decreto-Lei nº 116/84 de 6 de Abril com a redacção que lhe foi conferida pela Lei nº44/85 de 13 de Setembro, define os limites das despesas com pessoal, estipulando no artigo 10º que as despesas com pessoal do quadro não podem ser superiores a 60% das receitas correntes do ano anterior e as despesas com pessoal em qualquer outra situação não podem ser superiores a 25% dos 60% (ou seja 15%) das receitas correntes do ano anterior. Traduzindo:

<b>Despesas efectuadas com o pessoal do quadro</b>	<b>≤</b>	<b>60 % das Receitas correntes do ano económico anterior</b>
&		
<b>Despesas efectuadas com o pessoal fora do quadro</b>	<b>≤</b>	<b>25% dos 60 % das Receitas correntes do ano económico anterior</b>

Assim, apresenta-se de seguida quadro ilustrativo da posição do Município perante os limites legais estabelecidos:



**Quadro nº 48**

**Limites legais estipulados no art.10º do D.L. nº 116/84 de 06 de Abril, na redacção**

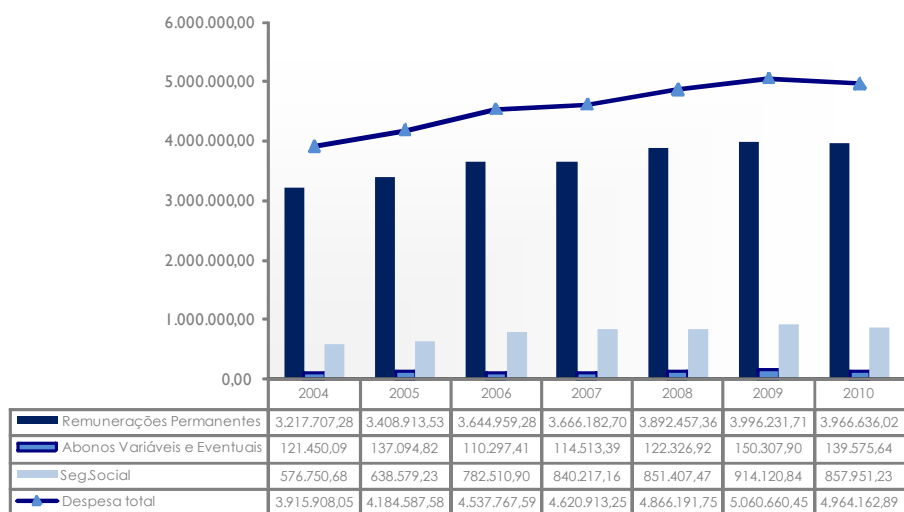
	Valor	% de utilização das receitas	% do limite legal 2010
<b>Pessoal do quadro</b>			
Receitas correntes	12.650.058,53 €		
60% da Rec Corrente	7.590.035,12 €		
Despesas com	2.999.263,88 €	<b>23,71%</b>	39,52%
<b>Pessoal Fora do Quadro</b>			
Receitas correntes	12.650.058,53 €		
(25%x60%) 15% da	1.897.508,78 €		
Despesas com	699.605,04 €	<b>9,22%</b>	36,87%

No que respeita ao cumprimento dos limites estabelecidos no artigo 10º do Decreto-Lei nº 116/84 de 6 de Abril com a redacção que lhe foi conferida pela Lei nº44/85 de 13 de Setembro, importa referir que as despesas com pessoal se encontram longe de atingirem os limites legais, encontrando-se utilizados 39,52% dos limites legais para despesas com Pessoal do Quadro e 36,87% do limite das despesas com Pessoal Fora do Quadro. Em termos do primeiro limite legal o valor de 2010 foi inferior ao do ano 2009. Nesse ano encontravam-se utilizados 40,82% do limite para despesas com Pessoal do Quadro. No entanto quanto ao segundo limite a percentagem do ano 2010 foi superior, tendo se verificado, em 2009, 31,82% do limite das despesas com Pessoal Fora do Quadro.

A título complementar, insere gráfico ilustrativo da evolução das despesas com pessoal nos últimos seis anos.

**Gráfico nº 30**

**Evolução das Despesas de Pessoal**



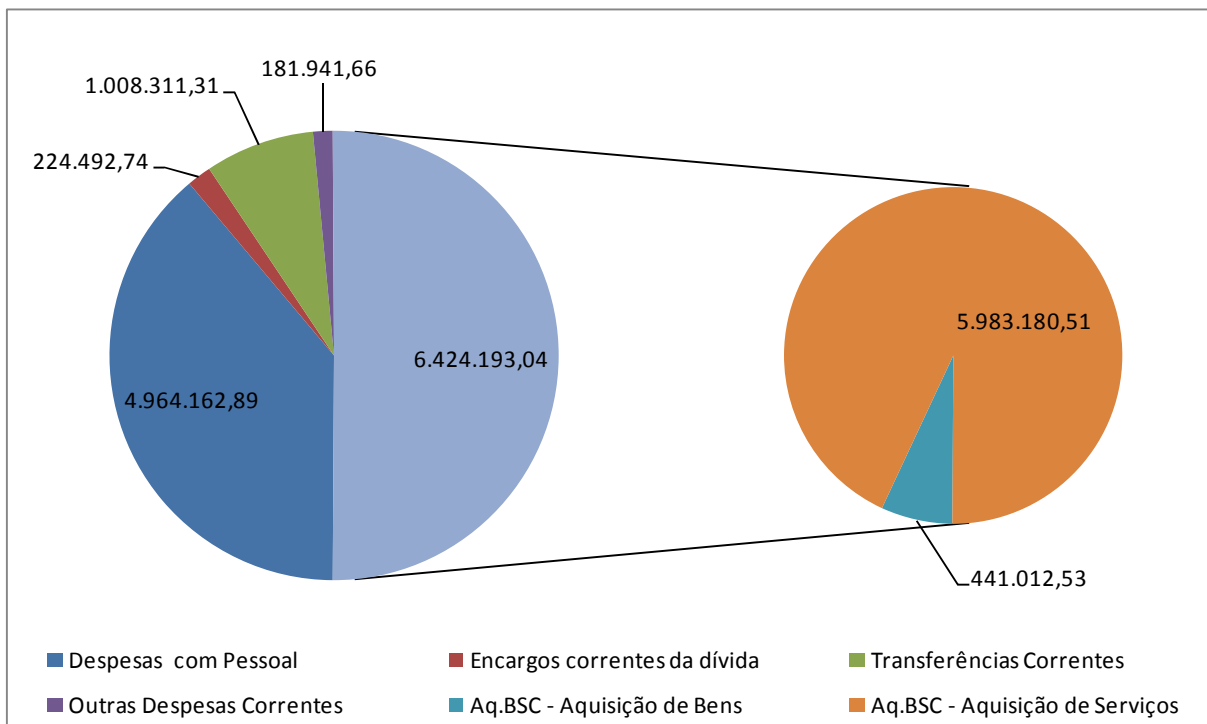
➤ **Aquisição de Bens e Serviços Correntes**

No agrupamento de aquisição de bens e serviços estão registadas as despesas realizadas com a aquisição de bens de consumo, inventariáveis ou não, mas não caracterizáveis como bens de capital, bem como as despesas realizadas com a aquisição de serviços.

Os valores dispendidos ao longo do ano 2010 com a aquisição de bens e serviços totalizaram o montante de € 6.424.193,04, dos quais € 5.983.180,51 respeitam a aquisição de serviços e € 441.012,53 a aquisição de bens.



Gráfico nº 31

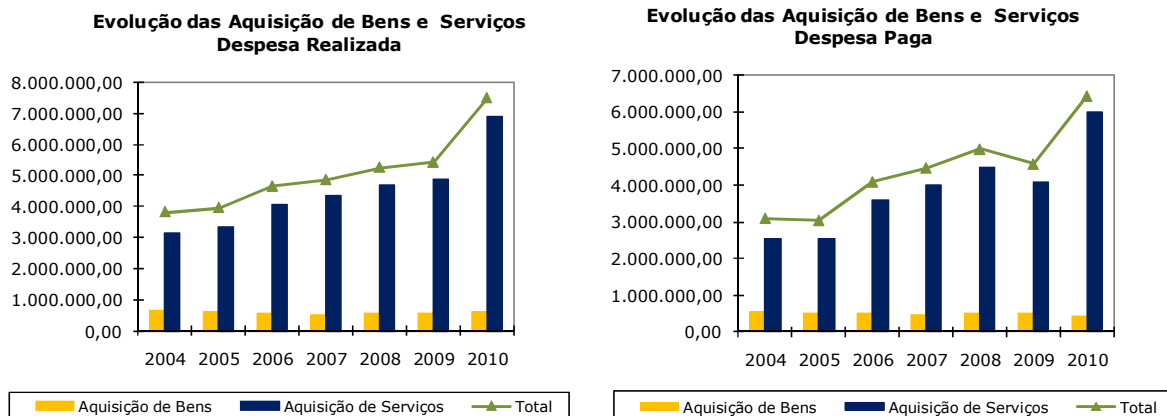


No que respeita à aquisição de bens e serviços, a taxa de execução da despesa realizada atingiu os 93,98% e a taxa de execução da despesa paga cifrou-se em 80,59%, observável no mapa de controlo orçamental da despesa.

Seguidamente apresentam-se alguns quadros e gráficos elucidativos da evolução das despesas facturadas e pagas em aquisição de bens e serviços.

Ao analisar a evolução da despesa realizada e da despesa paga referente a aquisição de bens e serviços nos últimos anos, conclui-se que desde 2004 se tem registado um crescimento anual, apesar de um ligeiro abrandamento registado na despesa paga no ano 2009.

Gráfico nº 32



No ano 2010 registou-se um crescimento de 38,44% na despesa realizada muito por força do aumento verificado na aquisição de serviços que se cifrou em 41,52%, tendo a aquisição de bens registado um crescimento mais modesto de 10,99%.



Adicionalmente, no apuramento da despesa paga registou-se um crescimento de 40,52%, resultado do crescimento de 46,40% verificado na aquisição de serviços, conjugado com a contracção de 9,00% verificada na aquisição de bens.

O próximo quadro é elucidativo destas observações.

**Quadro nº 49**

EVOLUÇÃO DA DESPESA - AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS									
Designação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Tx Cresc. 2009/2010	Peso
<b>Despesa Realizada (Facturada)</b>									
Aquisição de Bens	647.322,94	614.543,59	574.785,99	514.602,96	571.631,41	545.397,53	605.336,25	10,99%	8,08%
Aquisição de Serviços	3.171.285,43	3.337.883,98	4.064.212,37	4.336.177,04	4.678.378,50	4.865.666,74	6.885.996,48	41,52%	91,92%
<b>Total.....</b>	<b>3.818.608,37</b>	<b>3.952.427,57</b>	<b>4.638.998,36</b>	<b>4.850.780,00</b>	<b>5.250.009,91</b>	<b>5.411.064,27</b>	<b>7.491.332,73</b>	<b>38,44%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Despesas Paga</b>									
Aquisição de Bens	549.213,96	515.920,09	503.039,18	464.523,70	509.309,93	484.653,22	441.012,53	-9,00%	6,86%
Aquisição de Serviços	2.547.108,40	2.520.915,04	3.582.687,43	4.002.880,44	4.466.530,41	4.086.946,10	5.983.180,51	46,40%	93,14%
<b>Total.....</b>	<b>3.096.322,36</b>	<b>3.036.835,13</b>	<b>4.085.726,61</b>	<b>4.467.404,14</b>	<b>4.975.840,34</b>	<b>4.571.599,32</b>	<b>6.424.193,04</b>	<b>40,52%</b>	<b>100,00%</b>

Para concluir a abordagem global das despesas pagas neste agrupamento, podemos observar que a aquisição de serviços prepondera fortemente face à aquisição de bens, representando 91,92% no caso da despesa realizada, e 93,14% no caso da despesa paga, ambas relativamente ao total de aquisições de bens e serviços.

De seguida, apresenta-se uma apreciação com mais detalhe de cada uma das rubricas.

**AQUISIÇÃO DE BENS**

No ano 2010, a aquisição de bens totalizou € 605.336,25 no que respeita à despesa realizada e cifrou-se em €441.012,53 no que respeita a despesa paga no ano.

Importa referir que a despesa realizada com combustíveis e lubrificantes reforçou a liderança na hierarquia das mais elevadas, tendo absorvido 34,69% da despesa total com aquisição de bens. Em segundo lugar poderemos observar a despesa relativa a matérias primas e subsidiárias que também reforçou a sua ponderação e absorveu 18,89% do mesmo universo.

O próximo quadro apresenta em detalhe a evolução registada.

**Quadro nº 50 - Aquisição de Bens Correntes**

Designação	DESPESA PAGA					DESPESA REALIZADA (facturada)						
	2009		2010		Δ 2010/2009		2009		2010		Δ 2010/2009	
	Valor	%	Valor	%	Nominal	%	Valor	%	Valor	%	Nominal	%
Matérias primas e subsidiárias	72.600,76	14,98%	62.757,50	14,23%	-9.843,26	-13,56%	85.216,83	15,62%	114.356,93	18,89%	29.140,10	34,20%
Combustíveis e Lubrificantes	163.252,60	33,68%	160.465,41	36,39%	-2.787,19	-1,71%	164.500,60	30,16%	209.995,50	34,69%	45.494,90	27,66%
Gasolina	9.066,56	1,87%	7.362,13	1,67%	-1.704,43	-18,80%	9.066,56	1,66%	10.935,14	1,81%	1.868,58	20,61%
Gasóleo	88.468,08	18,25%	94.635,05	21,46%	6.166,97	6,97%	88.468,08	16,22%	109.155,22	18,03%	20.687,14	23,38%
Outros	65.717,96	13,56%	58.468,23	13,26%	-7.249,73	-11,03%	66.965,96	12,28%	89.905,14	14,85%	22.939,18	34,25%
Limpeza e Higiene	16.153,31	3,33%	14.214,62	3,22%	-1.938,69	-12,00%	17.097,04	3,13%	18.822,25	3,11%	1.725,21	10,09%
Vestuário e Artigos Pessoais	7.418,08	1,53%	10.769,41	2,44%	3.351,33	45,18%	11.175,29	2,05%	15.473,59	2,56%	4.298,30	38,46%
Material de Escritório	51.323,58	10,59%	52.616,16	11,93%	1.292,58	2,52%	65.334,68	11,98%	73.903,79	12,21%	8.569,11	13,12%
Produtos Químicos e Farmaceuticos	13.517,53	2,79%	8.941,81	2,03%	-4.575,72	-33,85%	14.842,53	2,72%	14.131,35	2,33%	-711,18	-4,79%
Material de Transporte - Peças	17.931,96	3,70%	10.253,49	2,32%	-7.678,47	-42,82%	19.683,09	3,61%	12.526,96	2,07%	-7.156,13	-36,36%
Outro material - Peças	9.752,65	2,01%	4.871,45	1,10%	-4.881,20	-50,05%	12.223,73	2,24%	5.149,01	0,85%	-7.074,72	-57,88%
Prémios, Condecorações e Ofertas	35.890,02	7,41%	24.501,61	5,56%	-11.388,41	-31,73%	36.730,02	6,73%	30.834,42	5,09%	-5.895,60	-16,05%
Mercadorias para Venda	0,00	0,00%	7.215,31	1,64%	7.215,31	n.a.	0,00	0,00%	7.215,31	1,19%	7.215,31	n.a.
Outros	0,00	0,00%	7.215,31	1,64%	7.215,31	n.a.	0,00	0,00%	7.215,31	1,19%	7.215,31	n.a.
Ferramentas e Utensílios	4.807,08	0,99%	3.549,89	0,80%	-1.257,19	-26,15%	5.324,39	0,98%	5.375,57	0,89%	51,18	0,96%
Livros e Documentação Técnica	949,66	0,20%	445,46	0,10%	-504,20	-53,09%	949,66	0,17%	808,51	0,13%	-141,15	-14,86%
Artigos Honoríficos e de Decoração	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Material de Educação, Cultura e Recreio	32.502,66	6,71%	22.753,76	5,16%	-9.748,90	-29,99%	42.792,77	7,85%	25.378,57	4,19%	-17.414,20	-40,69%
Outros Bens	58.553,33	12,08%	57.656,65	13,07%	-896,68	-1,53%	69.526,90	12,75%	71.364,49	11,79%	1.837,59	2,64%
<b>Total</b>	<b>484.653,22</b>	<b>100,00%</b>	<b>441.012,53</b>	<b>100,00%</b>	<b>-43.640,69</b>	<b>-9,00%</b>	<b>545.397,53</b>	<b>100,00%</b>	<b>605.336,25</b>	<b>100,00%</b>	<b>59.938,72</b>	<b>10,99%</b>

Em termos nominais, a rubrica referente ao material de educação, cultura e recreio foi a que mais contraiu face a 2009, tendo registado um decréscimo de €17.414,20, correspondente a 40,69% do valor que havia absorvido no ano anterior. Esta redução, conjuntamente com as reduções verificadas noutras três rubricas – material de transporte; outro material; e prémios, condecorações e ofertas – permitiu minorar o crescimento global da despesa com aquisição de bens.



## AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

A aquisição de serviços promovida pelo Município de Estarreja representou uma despesa facturada no montante de € 6.885.996,48 e uma despesa paga que totalizou € 5.983.180,51. Em termos nominais, no que respeita a despesa paga, verifica-se um crescimento de € 1.896.234,41 em relação ao registado no ano anterior, tendo a despesa realizada crescido € 2.020.329,74.

No que respeita à despesa realizada, as rubricas com maior peso no total das aquisições de serviços ao longo do ano 2010 foram:

- ☐ Outros trabalhos especializados, que totalizaram em 2010 o montante de € 4.597.782,10 em resultado de ter sido a rubrica que mais cresceu em termos nominais face ao ano anterior ao subir € 1.183.147,28, correspondente a um crescimento de 54,33%, reforçaram a liderança na hierarquia das rubricas com maior despesa dentro das aquisições de serviços. Analisando com maior detalhe esta rubrica, poderemos observar:
  - Os serviços de recolha e tratamento de saneamento, com um crescimento de 97,03%, totalizaram € 2.402.565,33 e, por esta via, absorveram 34,89% do total das aquisições de serviços;
  - Os outros trabalhos especializados – diversos, com um peso relativo de 16,72% dos serviços adquiridos, totalizaram € 1.151.151,77 e incluem, como mais relevantes, a aquisição e tratamento de água para consumo humano e a aquisição de serviços especializados relacionados com a realização de eventos culturais e desportivos (incluindo a programação do Cine Teatro).
  - Os serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos com € 803.948,82, representativo de 11,68% da aquisição de serviços;
  - Os serviços de alimentação cuja despesa cresceu 228,66%, cifrou-se em 2010 no montante de € 207.229,37.
- ☐ A rubrica de outros serviços registou um crescimento de 29,89%, tendo absorvido 8,10% do total da despesa realizada com aquisição de serviços, importando relevar:
  - O crescimento de € 96.300,02, correspondente a 27,83%, verificado na electricidade destinada à iluminação pública que resultou numa despesa anual de €442.333,67;
  - O forte crescimento de 439,03% verificado na despesa com emolumentos, que, contudo, mantém uma preponderância reduzida no conjunto das aquisições de serviços, representando 0,48% e cifrando-se em € 33.236,18;
- ☐ Transportes que incluem as despesas com os transportes escolares: € 284.025,04, fruto de um crescimento de 5,80%;
- ☐ Encargos com as Instalações: € 280.702,06 relativo a consumo de electricidade das diversas instalações municipais, tendo apresentado um crescimento de 10,76%;
- ☐ Despesa relativa a estudos, projectos, pareceres e consultadoria, que cresceu 3,53%, cifrando-se em € 243.396,79;
- ☐ Despesa com conservação de bens que inclui principalmente as despesas com a conservação e manutenção das viaturas e outros equipamentos deste Município: € 146.275,86, representativos de 2,12% do total da aquisição de serviços;
- ☐ Os dispêndios com as comunicações, onde se incluem as despesas com a expedição de correspondência, utilização de telefones e telemóveis, bem como de serviços de acesso à internet: € 124.951,24 que apresentam um crescimento de 1,81% face ao ano anterior;

O próximo quadro apresenta em detalhe a evolução registada nas despesas relativas à aquisição de serviços correntes.

**Quadro nº 51 - Aquisição de Serviços Correntes**

Designação	DESPESA PAGA						DESPESA REALIZADA (facturada)					
	2009		2010		Δ 2010/2009		2009		2010		Δ 2010/2009	
	Valor	%	Valor	%	Nominal	%	Valor	%	Valor	%	Nominal	%
Encargos de Instalações	245.183,09	6,00%	280.702,06	4,69%	35.518,97	14,49%	253.430,23	5,21%	280.702,06	4,08%	27.271,83	10,76%
Limpeza e Higiene	46.553,99	1,14%	33.905,99	0,57%	-12.648,00	-27,17%	51.353,99	1,06%	95.586,46	1,39%	44.232,47	86,13%
Conservação de Bens	107.564,69	2,63%	111.945,10	1,87%	4.380,41	4,07%	136.910,27	2,81%	146.275,86	2,12%	9.365,59	6,84%
Locação de Edifícios	4.453,20	0,11%	5.756,80	0,10%	1.303,60	29,27%	4.453,20	0,09%	5.756,80	0,08%	1.303,60	29,27%
Locação de Material de Informática	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Locação de Outros Bens	73.705,75	1,80%	64.768,35	1,08%	-8.937,40	-12,13%	78.040,75	1,60%	71.712,20	1,04%	-6.328,55	-8,11%
Comunicações	121.106,54	2,96%	120.198,81	2,01%	-907,73	-0,75%	121.106,54	2,49%	124.951,24	1,81%	3.844,70	3,17%
Transportes	262.467,26	6,42%	279.095,79	4,66%	16.628,53	6,34%	268.447,26	5,52%	284.025,04	4,12%	15.577,78	5,80%
Representação dos Serviços	534,00	0,01%	0,00	0,00%	-534,00	-100,00%	534,00	0,01%	0,00	0,00%	-534,00	-100,00%
Seguros	61.586,70	1,51%	69.635,17	1,16%	8.048,47	13,07%	61.586,70	1,27%	74.884,52	1,09%	13.297,82	21,59%
Deslocações e Estadas	19.068,56	0,47%	15.696,45	0,26%	-3.372,11	-17,68%	19.393,56	0,40%	18.936,50	0,28%	-457,06	-2,36%
Estudos, projectos, pareceres e consultadoria	33.430,69	0,82%	103.821,58	1,74%	70.390,89	210,56%	75.986,29	1,56%	243.396,79	3,53%	167.410,50	220,32%
Formação	8.978,50	0,22%	17.452,72	0,29%	8.474,22	94,38%	8.978,50	0,18%	18.360,22	0,27%	9.381,72	104,49%
Seminários, Exposições e Similares	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Publicidade	71.654,91	1,75%	77.877,01	1,30%	6.222,10	8,68%	88.638,24	1,82%	95.722,02	1,39%	7.083,78	7,99%
Vigilância e Segurança	27.544,06	0,67%	29.519,70	0,49%	1.975,64	7,17%	27.544,06	0,57%	31.019,70	0,45%	3.475,64	12,62%
Assistência Técnica	80.067,96	1,96%	98.723,13	1,65%	18.655,17	23,30%	107.233,96	2,20%	126.438,78	1,84%	19.204,82	17,91%
Outros Trabalhos Especializados	2.343.527,72	57,34%	4.162.966,72	69,58%	1.819.439,00	77,64%	2.979.182,39	61,23%	4.597.782,10	66,77%	1.618.599,71	54,33%
Serviços Recolha / Tratamento de RSU	498.648,92	12,20%	676.686,06	11,31%	178.037,14	35,70%	654.169,95	13,44%	803.948,82	11,68%	149.778,87	22,90%
Serviços de Alimentação	56.466,29	1,38%	53.188,45	0,89%	-3.277,84	-5,80%	63.052,49	1,30%	207.229,37	3,01%	144.176,88	228,66%
Serviços de Limpeza Urbana	6.530,25	0,16%	18.826,62	0,31%	12.296,37	188,30%	9.730,25	0,20%	32.886,81	0,48%	23.156,56	237,99%
Serviços de Tratamento de Saneamento	848.716,68	20,77%	2.402.565,33	40,16%	1.553.848,65	183,08%	1.219.418,05	25,06%	2.402.565,33	34,89%	1.183.147,28	97,03%
Diversos	933.165,58	22,83%	1.011.700,26	16,91%	78.534,68	8,42%	1.032.811,65	21,23%	1.151.151,77	16,72%	118.340,12	11,46%
Encargos de Cobrança de Receitas	153.313,85	3,75%	112.539,67	1,88%	-40.774,18	-26,60%	153.313,85	3,15%	112.539,67	1,63%	-40.774,18	-26,60%
Outros Serviços	426.204,63	10,43%	398.575,46	6,66%	-27.629,17	-6,48%	429.532,95	8,83%	557.906,52	8,10%	128.373,57	29,89%
Emolumentos	6.165,89	0,15%	32.247,73	0,54%	26.081,84	423,00%	6.165,89	0,13%	33.236,18	0,48%	27.070,29	439,03%
Publicações	20.007,55	0,49%	22.330,19	0,37%	2.322,64	11,61%	23.230,27	0,48%	23.539,09	0,34%	308,82	1,33%
Electricidade - Iluminação Pública	346.033,65	8,47%	295.965,90	4,95%	-50.067,75	-14,47%	346.033,65	7,11%	442.333,67	6,42%	96.300,02	27,83%
Diversos Serviços	53.997,54	1,32%	48.031,64	0,80%	-5.965,90	-11,05%	54.103,14	1,11%	58.797,58	0,85%	4.694,44	8,68%
<b>Total</b>	<b>4.086.946,10</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.983.180,51</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.896.234,41</b>	<b>46,40%</b>	<b>4.865.666,74</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.885.996,48</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.020.329,74</b>	<b>41,52%</b>

➤ **Encargos Correntes da Dívida**

Analisando o quadro nº 52, conclui-se que os encargos suportados pela Autarquia, com a remuneração de financiamentos contraídos, através de empréstimos de médio e longo prazo, junto do sistema bancário, atingiram, no ano em causa, os €131.363,17 (DOC - 26 /TC - " Mapa de Empréstimos Obtidos").

**Quadro nº 52 - Juros e Outros Encargos**

( unidade monetária : Euros)

Designação	2008		2009		Variação	Tx Cresc %	2010		Variação	Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%			Valor	%		
Juros da Dívida Pública	585.039,56	81,22%	342.889,83	84,01%	-242.149,73	-41,39%	131.363,17	58,52%	-211.526,66	-41,39%
Soc Financeiras - Bancos e Outras Instituições	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Empréstimos a médio e longo prazo	585.039,56	81,22%	342.889,83	84,01%	-242.149,73	-41,39%	131.363,17	58,52%	-211.526,66	-41,39%
Adm. Pública Central - Serv e Fundos Autonomos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Juros de Locação Financeira	16.797,90	2,33%	7.739,93	1,90%	-9.057,97	-53,92%	5.450,47	2,43%	-2.289,46	-53,92%
Edifícios	5.610,04	0,78%	2.939,65	0,72%	-2.670,39	-47,60%	1.149,72	0,51%	-1.789,93	-47,60%
Material de Transporte	6.658,19	0,92%	3.334,31	0,82%	-3.323,88	-49,92%	4.071,79	1,81%	737,48	49,92%
Maquinaria e Equipamento	4.529,67	0,63%	1.465,97	0,36%	-3.063,70	-67,64%	228,96	0,10%	-1.237,01	-67,64%
Outros Juros	118.446,26	16,44%	57.542,79	14,10%	-60.903,47	-51,42%	87.679,10	39,06%	30.136,31	51,42%
<b>TOTAL.....</b>	<b>720.283,72</b>	<b>100,00%</b>	<b>408.172,55</b>	<b>100,00%</b>	<b>-312.111,17</b>	<b>-43,33%</b>	<b>224.492,74</b>	<b>100,00%</b>	<b>-183.679,81</b>	<b>-43,33%</b>

Os juros suportados correspondem 1,75% das Despesas Correntes e 1,01% das Despesas Totais.

Na rubrica Encargos Correntes da Dívida encontram-se, também, contabilizados os juros resultantes do financiamento de algumas aquisições de edifícios, equipamento básico e de transporte através de locação financeira (DOC 26- B/TC).

➤ **Transferências Correntes**

Ao abrigo das competências do Município, que se reportam a vários domínios que vão desde a Educação, Acção Social, aos Tempos Livres e Desporto, Património, Cultura e Ciência, este atribuiu, ao longo do ano 2009, determinados subsídios a organismos e entidades, com vista ao financiamento das suas despesas correntes e consequentemente com o objectivo de propiciar condições de incrementos aos sectores cultural, desportivo, educacional e de acção social.

Estes apoios financeiros concedidos, deverão ser vistos como uma importante fonte de despesa autárquica, responsáveis em 2010 por 4,54% do total do global da despesa paga e 7,88% da despesa corrente paga, revelando um elevado grau de intervencionismo com o objectivo de propiciar condições de incremento aos sectores cultural, desportivo, educacional e de acção social.





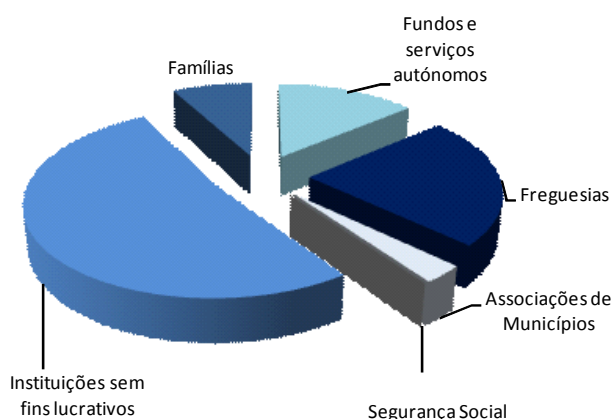
Seguidamente insere-se um quadro e um gráfico ilustrativos da distribuição das transferências correntes atribuídas:

**Quadro nº 53 – Transferências Correntes (Despesa)** (unidade monetária : Euros)

Designação	2010		2009		2008		2007		2006		Tx Cresc 2010/2006
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Administração Central	140.461,74	13,15%	110.331,15	10,33%	122.516,27	11,47%	110.103,04	12,17%	132.118,47	15,97%	6,31%
Fundos e serviços autónomos	140.461,74	13,15%	110.331,15	10,33%	122.516,27	11,47%	110.103,04	12,17%	132.118,47	15,97%	6,31%
Administração Local	263.846,51	24,70%	280.674,28	26,28%	272.053,50	25,47%	249.218,05	27,54%	216.140,08	26,13%	22,07%
Freguesias	232.751,31	21,79%	252.200,28	23,61%	246.775,97	23,10%	214.213,95	23,67%	191.000,00	23,09%	21,86%
Associações de Municípios	31.095,20	2,91%	28.474,00	2,67%	25.277,53	2,37%	35.004,10	3,87%	25.140,08	3,04%	23,69%
Segurança Social	0,00	0,00%	777,27	0,07%	5.536,21	0,52%	1.992,43	0,22%	3.537,63	0,43%	-100,00%
Instituições sem fins lucrativos	523.924,80	49,05%	653.519,69	61,19%	619.611,68	58,01%	518.544,88	57,30%	426.939,82	51,61%	22,72%
Famílias	80.078,26	7,50%	31.798,28	2,98%	48.355,33	4,53%	25.060,54	2,77%	48.511,53	5,86%	65,07%
<b>TOTAL.....</b>	<b>1.008.311,31</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.077.100,67</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.068.072,99</b>	<b>100,00%</b>	<b>904.918,94</b>	<b>100,00%</b>	<b>827.247,53</b>	<b>100,00%</b>	<b>21,89%</b>
<b>Variação</b>	<b>-68.789,36</b>		<b>9.027,68</b>		<b>163.154,05</b>		<b>77.671,41</b>				

No DOC -18/TC – “ Transferências Correntes Despesa” inserido na parte de Documentos de Prestação de Contas, encontram -se discriminadas, de forma detalhada as diferentes transferências efectuadas por este município no ano económico de 2010.

**Gráfico nº 32**



As importâncias retiradas do rendimento corrente da Autarquia e concedidas, por esta a outras entidades, sem qualquer contrapartida somaram €1.008.311,31, apresentando um decréscimo de €68.789,36 (6,39%), em relação ao verificado no ano anterior.

Na rubrica de Transferências Correntes estão registadas todos os fluxos sem contrapartida financeira que se destinam a apoiar o funcionamento de diversas instituições particulares com interesse municipal assim como as transferências para as freguesias, sejam as que se destinam ao apoio do funcionamento das suas actividades, sejam as que se destinam à concretização de acções correspondentes à execução de protocolos no âmbito da delegações de competências.

A atribuição de apoios correntes a entidades e organismos legalmente existentes para a prossecução de actividades de natureza social, cultural, desportivo, recreativo ou outro ascendeu a €523.924,80 (ver documento de prestação de contas DOC-18/TC).

As verbas atribuídas às Juntas de Freguesia, representam 21,79% e enquadram-se fundamentalmente na delegação de competências transferidas para as freguesias no âmbito de limpeza de fossas, manutenção de espaços ajardinados e apoios financeiros para a realização de eventos culturais.

As verbas inscritas em Administração Local, às quotas anuais da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação de Municípios da Ria (AMRia) e às transferências para as freguesias.

Os valores registados em Fundos e Serviços Autónomos, dizem respeito à atribuição de verbas transferidas, no âmbito das competências das autarquias locais, na área da Educação, para os Agrupamentos de Escolas do 1º e 2º Ciclo e instituições do concelho de Estarreja para apoio a actividades didácticas por estes promovidos e para comparticipação de refeições servidas a crianças em idade escolar do 1º ao 2º ciclo.

As transferências atribuídas a particulares dizem respeito, fundamentalmente a auxílios económicos atribuídos às diversas escolas de ensino básico do concelho no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Expansão da Rede Pré-Escolar e a despesas assumidas pela Câmara na concretização do Programa Ocupacional para Trabalhadores de comprovada Carência Económica.

Posteriormente, apresenta-se um quadro com a explanação da distribuição das transferências correntes que assumem maior importância.

**Quadro nº 54 – Transferências Correntes**

	2008	2009	2010
<b>Transferências para Serviços Autónomos</b>			
Funcionamento e Fornecimento de Refeições	94.841,08 €	80.975,83 €	88.076,78 €
Comparticipação para o Jornal Escolar	600,00 €	0,00 €	1.000,00 €
Seguro e Subsídios de Refeição e Transporte - Poc Subsidiado	4.484,19 €	0,00 €	0,00 €
Encargos com Contratos Emprego Inserção (CEI+)	0,00 €	8.480,82 €	26.017,98 €
Programa de Oreintação Escolar e Profissional	0,00 €	1.500,00 €	
Auxílios Económicos para a Compra de Livros	8.575,00 €	13.182,50 €	16.910,18 €
Aquisição de material de prevenção da Gripe A	0,00 €	0,00 €	2.208,80 €
Transferência para DGAL	14.016,00 €	6.192,00 €	6.248,00 €
Sub-Total	<b>122.516,27 €</b>	<b>110.331,15 €</b>	<b>140.461,74 €</b>
<b>Transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos</b>			
Associações Desportivas	199.264,31 €	202.865,91 €	200.521,27 €
Associações Culturais e Recreativas	129.285,00 €	165.179,00 €	155.534,00 €
Associação Humanitária de Bombeiros	10.500,00 €	14.400,38 €	32.357,83 €
Educação / Acção Social Escolar	142.427,52 €	177.975,00 €	29.470,00 €
Refeições	52.373,35 €	65.423,84 €	72.212,52 €
Associações de Carácter Social	65.761,50 €	20.320,56 €	16.579,18 €
SEMA_Associação Empresarial	0,00 €	7.355,00 €	9.750,00 €
Destac - Desenvolvimento Empresarial de Estarreja	20.000,00 €	0,00 €	7.500,00 €
Sub-Total	<b>619.611,68 €</b>	<b>653.519,69 €</b>	<b>523.924,80 €</b>
<b>Transferências para as Juntas de Freguesia</b>			
Acordos de Colaboração de Delegação de Competências	194.850,00 €	194.850,00 €	194.850,00 €
Comparticipação para a Manutenção de Espaços Ajardinados	7.680,00 €	9.445,50 €	5.341,62 €
Funcionamento e Fornecimento de Refeições	18.303,87 €	19.699,81 €	15.353,33 €
Participação das Juntas na Cobrança do IMI - Rústicos	3.092,10 €	2.658,07 €	
Comparticipação no âmbito do Projecto "Agir para Ligar"	14.500,00 €	0,00 €	
Alargamento de horário do Polo da Biblioteca de Pardilhó	0,00 €	0,00 €	4.000,00 €
Beneficiação de Parques	0,00 €	0,00 €	638,86 €
Subsídio para as Festas do Padroeiro	4.750,00 €	5.800,00 €	5.000,00 €
Plano de Requalificação da Rede Hidrográfica	0,00 €	14.460,00 €	2.412,50 €
Subsídio para as Iluminações de Natal	3.600,00 €	3.600,00 €	3.600,00 €
Limpeza de rios e ribeiras	0,00 €	0,00 €	605,00 €
Outras	0,00 €	1.686,90 €	950,00 €
Sub-Total	<b>246.775,97 €</b>	<b>252.200,28 €</b>	<b>232.751,31 €</b>
<b>TOTAL</b>	<b>988.903,92 €</b>	<b>1.016.051,12 €</b>	<b>897.137,85 €</b>

➤ **Outras Despesas Correntes**

O total de despesas consideradas como residuais, não classificáveis nas outras rubricas económicas, ascendeu no exercício de 2010 aos €181.941,66. Estas despesas correspondem a 1,42% das Despesas Correntes e 0,82% das Despesas Totais.

No ano económico de 2010, denota-se um decréscimo desta rubrica económica de despesas, na ordem dos 23,74%, correspondendo a uma redução de €56.637,57.

**Quadro nº 55 – Outras Despesas Correntes**

( unidade monetária : Euros)

Designação	2010		2009		Tx Cresc %	2008		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%		Valor	%	
Diversas	5.664,48	3,11%	3.920,81	1,64%	44,47%	2.832,73	8,94%	38,41%
<i>Impostos e Taxas</i>	5.664,48	3,11%	3.920,81	1,64%	44,47%	2.832,73	8,94%	38,41%
Outras	176.277,18	96,89%	234.658,42	98,36%	-24,88%	28.836,97	91,06%	713,74%
<i>Restituições</i>	92.711,65	50,96%	34.002,44	14,25%	172,66%	1.952,61	6,17%	1641,38%
<i>IVA Pago</i>	72.624,44	39,92%	188.937,46	79,19%	-61,56%	16.413,86	51,83%	1051,08%
<i>Serviços Bancários</i>	2.287,27	1,26%	1.145,52	0,48%	99,67%	2.065,68	6,52%	-44,55%
<i>Diversas</i>	8.653,82	4,76%	10.573,00	4,43%	-18,15%	8.404,82	26,54%	25,80%
<b>TOTAL.....</b>	<b>181.941,66</b>	<b>100,00%</b>	<b>238.579,23</b>	<b>100,00%</b>	<b>-23,74%</b>	<b>31.669,70</b>	<b>100,00%</b>	<b>653,34%</b>

Este decréscimo deveu-se essencialmente á diminuição do montante de IVA pago num montante global de €116.313,02 (redução na ordem dos 61% relativamente ao registado no ano 2009)

O aumento do valor da rubrica de restituições deveu-se essencialmente ao início de procedimentos de associados à contabilização dos reembolsos apurados pela DGCI relativos aos impostos directos (IMI, IMT e IUC) e que constam das certidões emitidas por aquela entidade.

A dista contabilização consubstancia-se no previsto na alínea a) do artigo 10.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01 diploma que aprova a Lei das Finanças Locais (LFL), constituem receitas dos municípios "o produto da cobrança dos impostos municipais a cuja receita têm direito (...)"

A liquidação e cobrança dos referidos impostos, designadamente do IMT – Imposto Municipal sobre Transacções, IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis e IUC – Imposto Único de Circulação, encontra-se estabelecida no artigo 13.º da supra citada Lei, onde se refere que:

- ♦ Os impostos municipais referidos na alínea a) do artigo 10.º são liquidados e cobrados nos termos previstos na respectiva legislação.
- ♦ As câmaras municipais podem deliberar proceder à cobrança dos impostos municipais, pelos seus próprios serviços ou pelos serviços da associação de municípios que integram, desde que correspondente ao território da NUTS III, nos termos a definir em diploma próprio.(...)
- ♦ Quando a liquidação e ou cobrança dos impostos municipais seja assegurada pelos serviços do Estado, os respectivos encargos não podem exceder 1,5% ou 2,5% dos montantes liquidados ou cobrados, respectivamente.
- ♦ A receita líquida dos encargos a que se refere o número anterior é transferida pelos serviços do Estado para o município titular da receita até ao último dia útil do mês seguinte ao do pagamento.
- ♦ São devidos juros de mora por parte da administração central, nos casos de atrasos nas transferências para os municípios de receitas tributárias que lhe sejam próprias.

A transferência dos Impostos Municipais IMI por parte da Direcção-Geral dos Impostos (DGCI), referente à cobrança apurada nos diferentes períodos (mensais), comporta os seguintes itens:

**Receita do município:** - (+)Imposto - (+)Juros compensatórios - (+) Juros de mora - (+) Créditos prescritos

**A deduzir** - (-) Reembolsos emitidos; - (-) Encargos de liquidação e cobrança -(-) Más cobranças

Em cumprimento dos **princípios da especificação e da não compensação**, definidos nas alíneas f) e h) do ponto 3.1.1. do POCAL, os montantes a contabilizar devem ser registados pelos totais brutos desagregados, conforme consta da respectiva certidão de receita emitida pela DGCI. Face ao exposto, o município deve relevar contabilisticamente, tanto as componentes positivas (Receita) como as componentes negativas (Despesa) dos apuramentos efectuados, sendo o valor líquido da transferência realizada pela DGCI o resultado da respectiva diferença.

Neste seguimento, para fazer cumprir os princípios enunciados, verificou-se um aumento significativo da dotação da rubrica orçamental de despesa **06.02.03.01 Outras despesas correntes/ Outras / Restituições**, comparativamente ao ano anterior, tendo-se contabilizado, no ano 2010, restituições de impostos indirectos no valor de €72.014,27.

No ano 2010, a devolução de valores cobrados, para efeitos da TMU\_Taxa Municipal de Urbanização, a empresas localizadas na área abrangida pelo Plano Pormenor do Perímetro I da ADP-EI, relativamente às quais já tinha sido realizado controlo prévio (comunicação prévia), por parte do Município, previsto no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, ascenderam a €15.859,85.

### 3.3.4. Análise da Despesas de Capital

As despesas de capital pagas totalizam €9.402.316,12, registando-se um desvio negativo, em termos absolutos, de €488.787,91 em relação ao ano anterior.

A repartição das despesas de capital efectuadas pelo município, no ano 2010 e 2009, encontra-se descrita no gráfico apresentado de seguida:

Gráficos nº 33 e 34

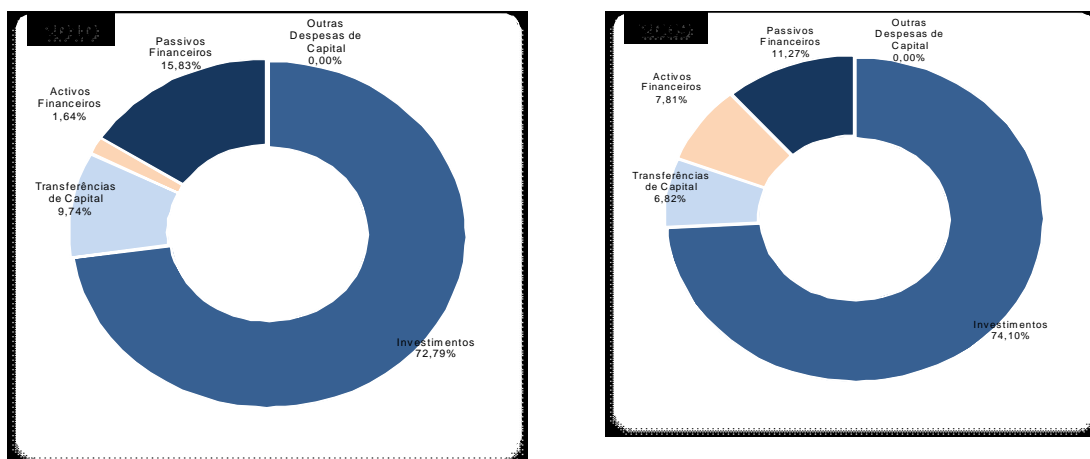
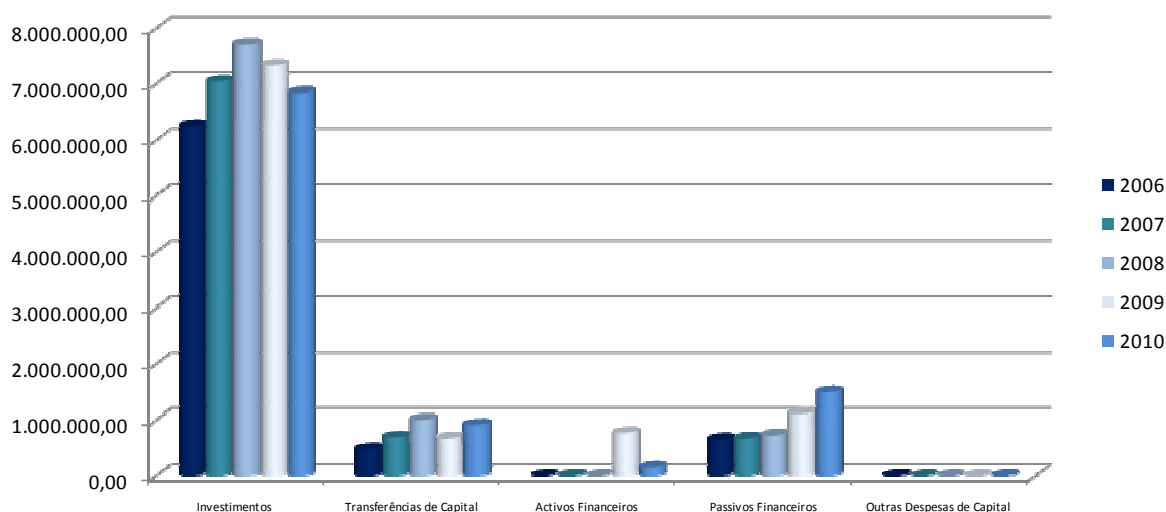


Gráfico nº 35 - Evolução das Despesas de Capital por classificação económica



➤ Investimento Global

O investimento global do município é caracterizado nas suas diferentes vertentes pelo Investimento Directo, Transferências de Capital (Investimento Indirecto), Activos Financeiros e Passivos Financeiros.

No próximo quadro podemos observar a desagregação do investimento global e a sua evolução no último quadriénio, assim como o peso de cada uma das rubricas no total da despesa.

**Quadro nº 56 – Investimento Global** ( unidade monetária : Euros)

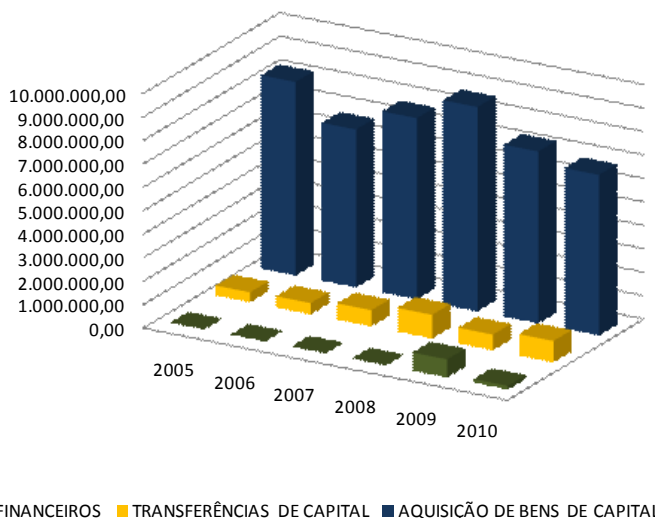
Designação	2007		2008			2009			2010		
	Valor	% Desp. Total	Valor	% Desp. Total	Tx de Variação	Valor	% Desp. Total	Tx de Variação	Valor	% Desp. Total	Tx de Variação
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	7.039.980,27	37,06%	7.707.927,63	36,51%	9,49%	7.329.723,33	34,50%	-4,91%	6.843.978,26	30,82%	-6,63%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	691.013,66	3,64%	1.008.545,65	4,78%	45,95%	674.558,81	3,17%	-33,12%	915.624,29	4,12%	35,74%
ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00%	0,00	0,00%	n.a.	772.362,50	3,64%	n.a.	154.472,50	0,70%	-80,00%
<b>TOTAL.....</b>	<b>7.730.993,93</b>	<b>40,70%</b>	<b>8.716.473,28</b>	<b>41,29%</b>	<b>12,75%</b>	<b>8.776.644,64</b>	<b>41,31%</b>	<b>0,69%</b>	<b>7.914.075,05</b>	<b>35,64%</b>	<b>-9,83%</b>

O total das despesas de capital no montante de € 7.914.075,05, correspondem a despesas de investimento, isto é, despesas com a aquisição de bens de capital, activos financeiros e transferências de capital.

O investimento global representa 35,64% do total da despesa, no ano em análise, apresentando um decréscimo de 9,83%, face ao ano anterior.

É nas Aquisições de Bens de Capital, que o Investimento do município tem maior expressão, com um peso de 86,48% do Investimento Global. O gráfico acima reproduzido reflecte a evolução do investimento desde 2005, nas suas várias componentes.

**Gráfico nº 36 – Evolução das Despesas com Investimento**



O quadro seguinte reflecte a desagregação do investimento global e a sua evolução nos últimos três anos, em termos de valores realizados/facturados, decompondo facturação transitada e nova facturação, permitindo-se desta forma efectuar uma análise mais real sobre o peso de cada uma das rubricas no total da despesa facturada no próprio exercício.

**Quadro nº 57 – Investimento Global\_Facturado**

Designação	2008		2009		2010		%Desp Capital	%Desp Total	Taxa de Variação %
	Fact Transitada	Fact Nova	Fact Transitada	Fact Nova	Fact Transitada	Fact Nova			
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	3.123.004,15	7.624.561,36	3.039.637,88	7.564.517,89	3.274.432,44	4.659.850,49	60,78%	23,26%	-38,40%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	360.523,58	648.022,07	0,00	674.558,81	0,00	1.363.571,31	17,79%	6,81%	102,14%
ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	772.362,50	0,00	154.472,50	2,01%	0,77%	
<b>TOTAL.....</b>	<b>3.483.527,73</b>	<b>8.272.583,43</b>	<b>3.039.637,88</b>	<b>9.011.439,20</b>	<b>3.274.432,44</b>	<b>6.177.894,30</b>	<b>80,59%</b>	<b>30,83%</b>	<b>-31,44%</b>
<b>Facturada Total</b>	<b>11.756.111,16</b>		<b>12.051.077,08</b>		<b>9.452.326,74</b>				
					<b>Despesa Capital (Fact Nova)</b>	<b>7.666.135,37</b>	<b>100%</b>	<b>38,26%</b>	
					<b>Despesa Totais ( Fact Nova)</b>	<b>20.037.470,03</b>		<b>100%</b>	



Numa análise do investimento global realizado/facturado, temos que o total de novas despesas de capital facturadas no montante de €7.666.135,37, correspondem a 38,26% do total da despesa realizada na autarquia no ano 2010. Dessas despesas, apenas €6.177.894,30, ou seja, 80,59% respeitam a despesas de investimento.

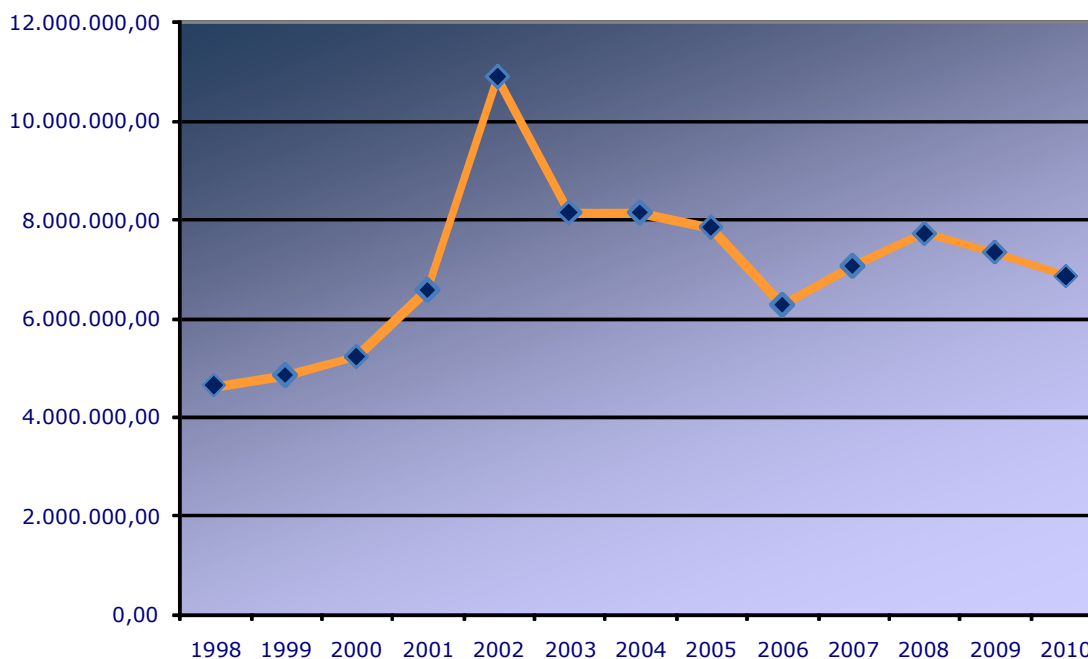
Do quadro acima retira-se que no ano 2010, o investimento global facturado apresenta uma variação negativa de 31,44% face ao ano anterior, influenciado sobretudo pela diminuição de €2.904.667,40 referentes à aquisição de bens de capital.

### INVESTIMENTO DIRECTO

Com o objectivo de aumentar o capital fixo, quer por meio de aquisição a terceiros, quer por produção própria, é realizado investimento directo que engloba a aquisição ou produção de bens duráveis e de melhorias ou modificações que visam aumentar o período de duração desses bens ou a sua produtividade. Este tipo de investimento totalizou, em 2010, valores em termos de pagamento de €6.843.978.26, traduzindo-se num decréscimo de 6,63% e apresentando uma taxa de execução de 60,90%.

No entanto, as despesas de Investimento Directo continuam a ocupar um lugar de destaque no cômputo geral dos gastos realizados, representando 72,79% das Despesas de Capital e 30,82% das Despesas Totais.

**Gráfico nº 37 – Evolução das Despesas com Investimento Directo**



Como se pode ver no quadro nº58, foi privilegiada a intervenção nas áreas de Infra-estruturas de Urbanização (comunicações, transportes, viadutos, arruamentos, obras complementares e viação rural), Saneamento Básico (Rede de Esgotos) e construção/ampliação de Instalações Escolares, Desportivas e Recreativas. Foi ainda realizado um forte investimento (€993.132,02) no que se refere à aquisição de terrenos, sendo este valor repartido pelo Eco-Parque Empresarial de Estarreja, a Escola EBI a Sul do Concelho e ao terreno com imóvel degradado, que confronta com o Cine-Teatro de Estarreja.

**Quadro nº 58 – Investimento Directo**

( unidade monetária : Euros)

Designação	2009		2010					Tx Execução		
	Despesa Realizada	Pago	Dotações Finais	Transitada	Facturação Nova	Despesa Realizada	Pago	Paga	Fact. Nova	Realizada
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)			
TERRENOS	260.164,66	260.164,66	1.139.800,00	0,00	1.013.254,03	1.013.254,03	993.132,02	87,13%	88,90%	88,90%
HABITAÇÕES	25.320,00	25.320,00	48.440,00	0,00	6.910,80	6.910,80	2.208,00	4,56%	14,27%	14,27%
Aquisição	25.110,00	25.110,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.
Reparação e Beneficção	210,00	210,00	38.440,00	0,00	6.910,80	6.910,80	2.208,00	5,74%	17,98%	17,98%
EDIFÍCIOS	965.049,59	600.311,73	2.329.831,24	364.737,86	1.019.624,83	1.384.362,69	1.059.859,07	45,49%	43,76%	59,42%
Instalações de Serviços	77.362,50	19.464,30	191.388,80	57.898,20	53.455,33	111.353,53	108.314,01	56,59%	27,93%	58,18%
Instalações desportivas e recreativas	286.070,76	189.174,78	420.433,00	96.895,98	43.467,60	140.363,58	140.363,58	33,39%	10,34%	33,39%
Merc. e Instal. de Fiscalidade Sanitária	34.114,80	6.018,80	40.000,00	28.096,00	0,00	28.096,00	28.096,00	70,24%	0,00%	70,24%
Escolas	299.333,22	121.361,54	1.495.000,00	177.971,68	829.316,98	1.007.288,66	685.824,56	45,87%	55,47%	67,38%
Outros	268.168,31	264.292,31	183.009,44	3.876,00	93.384,92	97.260,92	97.260,92	53,15%	51,03%	53,15%
CONSTRUÇÕES DIVERSAS	4.089.678,42	2.238.479,75	3.503.031,25	1.851.198,67	1.369.825,96	3.221.024,63	2.706.159,93	77,25%	39,10%	91,95%
Esgotos	896.380,51	462.037,21	1.185.623,39	434.343,30	679.934,45	1.114.277,75	816.058,18	68,83%	57,35%	93,98%
Estação de Tratamento de Águas Residuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.
Iluminação pública	77.449,26	41.310,14	70.000,00	36.139,12	16.308,72	52.447,84	52.447,84	74,93%	23,30%	74,93%
Instalações desportivas e recreativas	2.973.136,34	1.661.000,84	1.972.257,68	1.312.135,50	573.747,05	1.885.882,55	1.698.640,50	86,13%	29,09%	95,62%
Captação, tratamento e distribuição de água	40.832,90	35.804,72	56.000,00	5.028,18	29.728,09	34.756,27	34.267,65	62,30%	54,05%	63,19%
Sinalização e Trânsito	99.479,41	35.926,84	180.150,18	63.552,57	52.881,35	116.433,92	87.519,46	48,58%	29,35%	64,63%
Outras	2.400,00	2.400,00	40.000,00	0,00	17.226,30	17.226,30	17.226,30	43,07%	43,07%	43,07%
MATERIAL DE TRANSPORTE	60.127,98	46.180,33	69.800,00	13.947,65	43.572,75	57.520,40	57.520,40	82,41%	62,43%	82,41%
Outros	60.127,98	46.180,33	69.800,00	13.947,65	43.572,75	57.520,40	57.520,40	82,41%	62,43%	82,41%
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	53.437,05	42.713,50	226.408,15	10.723,55	54.300,09	65.023,64	55.685,40	24,60%	23,98%	28,72%
SOFTWARE INFORMÁTICO	24.174,72	17.682,12	52.745,00	6.492,60	6.421,49	12.914,09	12.914,09	24,48%	12,17%	24,48%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	64.694,23	40.219,26	146.182,00	24.474,97	26.625,73	51.100,70	44.386,65	30,36%	18,21%	34,96%
EQUIPAMENTO BÁSICO	212.006,26	121.773,11	378.212,10	90.233,15	151.362,99	241.596,14	205.735,48	54,40%	40,02%	63,88%
Recolha de Resíduos	35.577,00	0,00	133.000,00	35.577,00	39.410,05	74.987,05	74.987,05	56,38%	29,63%	56,38%
Outros	176.429,26	121.773,11	245.212,10	54.656,15	111.952,94	166.609,09	130.748,43	53,32%	45,66%	67,94%
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	792,39	792,39	13.538,18	0,00	1.098,63	1.098,63	1.098,63	8,12%	8,12%	8,12%
ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.
OUTROS INVESTIMENTOS	255.782,29	198.341,12	255.264,00	57.441,17	82.450,96	139.892,13	131.361,45	51,46%	32,30%	54,80%
LOCAÇÃO FINANCEIRA	76.865,33	76.865,33	120.307,82	0,00	117.979,64	117.979,64	117.979,64	98,06%	98,06%	98,06%
Edifícios	12.970,11	12.970,11	23.610,00	0,00	23.602,97	23.602,97	23.602,97	99,97%	99,97%	99,97%
Material de Transporte	32.328,52	32.328,52	60.437,82	0,00	58.495,09	58.495,09	58.495,09	96,79%	96,79%	96,79%
Maquinaria e Equipamento Diverso	31.566,70	31.566,70	36.260,00	0,00	35.881,58	35.881,58	35.881,58	98,96%	98,96%	98,96%
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	4.516.062,85	3.660.880,03	2.954.517,88	855.182,82	766.422,59	1.621.605,41	1.455.937,50	49,28%	25,94%	54,89%
Viadutos, arruamentos obras complementares	2.711.363,80	2.236.570,22	1.848.591,93	474.793,58	468.871,54	943.665,12	860.400,02	46,54%	25,36%	51,05%
Parques e Jardins	1.280.729,09	1.029.602,71	650.875,95	251.126,38	162.908,92	414.035,30	391.156,19	60,10%	25,03%	63,61%
Viação Rural	490.787,91	376.331,10	412.000,00	114.456,81	128.017,73	242.474,54	186.810,74	45,34%	31,07%	58,85%
Diversas Construções	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Bens de Património Histórico	18.376,00	18.376,00	8.050,00	0,00	6.624,40	6.624,40	2.764,50	34,34%	82,29%	82,29%
Outros bens de Domínio Público	14.806,05	0,00	25.000,00	14.806,05	0,00	14.806,05	14.806,05	59,22%	0,00%	59,22%
<b>TOTAL.....</b>	<b>10.604.155,77</b>	<b>7.329.723,33</b>	<b>11.238.077,62</b>	<b>3.274.432,44</b>	<b>4.659.850,49</b>	<b>7.934.282,93</b>	<b>6.843.978,26</b>	<b>60,90%</b>	<b>41,46%</b>	<b>70,60%</b>

A análise mais detalhada da execução da rubrica orçamental "INVESTIMENTOS" encontra-se expressa nos **DOC-8-B/TC – "Execução do Plano Plurianual de Investimentos"** inserido nos Documentos de Prestação de Contas.

A dotação orçamental do investimento realizado directamente pelo município, estimada para o ano de 2010, totaliza € 11.238.077,62. Esta previsão apresenta uma taxa de execução orçamental em termos de despesa paga, de cerca de 60,90%, enquanto ao nível da despesa facturada regista-se uma execução de 70,60%.

Quanto à taxa de realização de pagamentos nas rubricas de investimento directo, a mesma evidencia um esforço de pagamento ao absorver no ano 2010, uma percentagem de 86,26% do total facturado na autarquia.

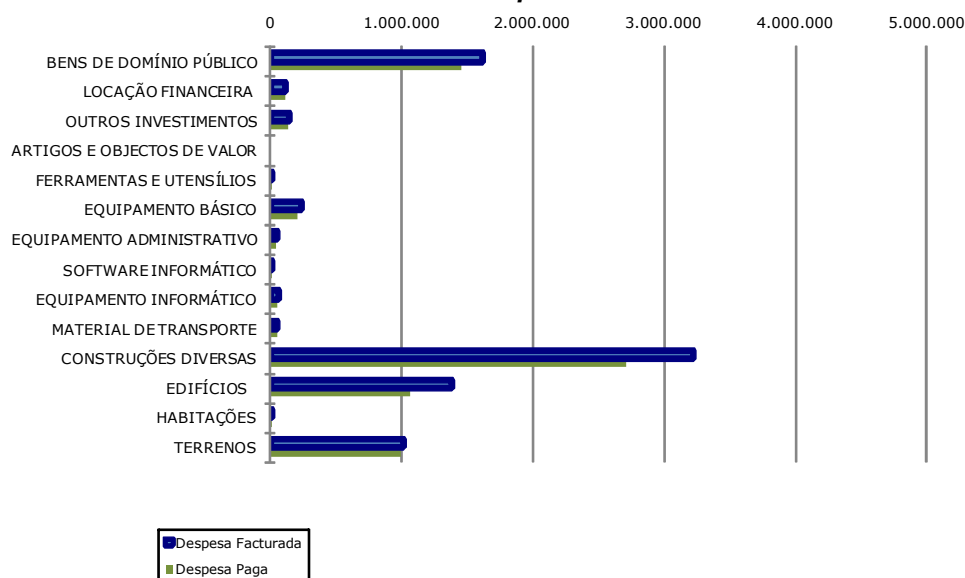
No quadro e gráfico reproduzidos observa-se, face ao peso relativo de cada uma das componentes que integram a rubrica de aquisição de bens de capital, que a de maior expressividade é a dos construções diversas, (devido essencialmente a despesas empregues em construção de instalações desportivas e recreativas - Novo Complexo das Piscinas Municipais), ao absorver €1.698.640,50, cerca de 39,54% do total das despesas desta rubrica, sendo imediatamente seguida pela rubrica de Bens de Domínio Público com um peso de 21,27%.



**Quadro nº 59 – Estrutura do Investimento Directo**

Designação	2009			2010				Tx Execução			Tx Variação
	Pago (a)	Dotações Finais (b)	% Peso	Despesa Realizada (c)	% Peso	Pago (d)	% Peso	(c)/(b)	(d)/(b)	(d)/(c)	[(d)-(a)]/(a)
TERRENOS	260.164,66	1.139.800,00	10,14%	1.013.254,03	12,77%	993.132,02	14,51%	88,90%	87,13%	98,01%	281,73%
HABITAÇÕES	25.320,00	48.440,00	0,43%	6.910,80	0,09%	2.208,00	0,03%	14,27%	4,56%	31,95%	-91,28%
EDIFÍCIOS	600.311,73	2.329.831,24	20,73%	1.384.362,69	17,45%	1.059.859,07	15,49%	59,42%	45,49%	76,56%	76,55%
CONSTRUÇÕES DIVERSAS	2.238.479,75	3.503.031,25	31,17%	3.221.024,63	40,60%	2.706.159,93	39,54%	91,95%	77,25%	84,02%	20,89%
MATERIAL DE TRANSPORTE	46.180,33	69.800,00	0,62%	57.520,40	0,72%	57.520,40	0,84%	82,41%	82,41%	100,00%	24,56%
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	42.713,50	226.408,15	2,01%	65.023,64	0,82%	55.685,40	0,81%	28,72%	24,60%	85,64%	30,37%
SOFTWARE INFORMÁTICO	17.682,12	52.745,00	0,47%	12.914,09	0,16%	12.914,09	0,19%	24,48%	24,48%	100,00%	-26,97%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	40.219,26	146.182,00	1,30%	51.100,70	0,64%	44.386,65	0,65%	34,96%	30,36%	86,86%	10,36%
EQUIPAMENTO BÁSICO	121.773,11	378.212,10	3,37%	241.596,14	3,04%	205.735,48	3,01%	63,88%	54,40%	85,16%	68,95%
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	792,39	13.538,18	0,12%	1.098,63	0,01%	1.098,63	0,02%	8,12%	8,12%	100,00%	38,65%
ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
OUTROS INVESTIMENTOS	198.341,12	255.264,00	2,27%	139.892,13	1,76%	131.361,45	1,92%	54,80%	51,46%	93,90%	-33,77%
LOCAÇÃO FINANCEIRA	76.865,33	120.307,82	1,07%	117.979,64	1,49%	117.979,64	1,72%	98,06%	98,06%	100,00%	53,49%
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	3.660.880,03	2.954.517,88	26,29%	1.621.605,41	20,44%	1.455.937,50	21,27%	54,89%	49,28%	89,78%	-60,23%
<b>TOTAL.....</b>	<b>7.329.723,33</b>	<b>11.238.077,62</b>	<b>100,00%</b>	<b>7.934.282,93</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.843.978,26</b>	<b>100,00%</b>	<b>70,60%</b>	<b>60,90%</b>	<b>86,26%</b>	<b>-6,63%</b>

**Gráfico nº 38 – Despesas com Investimento Directo**



De referir que a rubrica Maquinaria e Equipamento é composto pela sub-rubricas Equipamento e Software Informático, Equipamento Administrativo, Equipamento Básico e Ferramentas e Utensílios.

➤ **Transferências de Capital**

A atribuição de verbas, pertencentes ao rendimento de capital do município, a outras entidades, sem qualquer contrapartida, totalizou €915.624,29, traduzindo um acréscimo de cerca 35,74% (€241.065,48), em relação ao verificado no anterior exercício económico.

**Quadro nº 60 – Transferências de Capital ( Despesa )** ( unidade monetária : Euros )

Designação	2010		2009		Tx Cresc %	2008		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%		Valor	%	
Administrações públicas	630.962,70	68,91%	390.526,81	38,72%	61,57%	786.617,75	113,84%	-19,79%
Fundos e serviços autónomos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Administração autárquica	630.962,70	68,91%	390.526,81	57,89%	61,57%	786.617,75	78,00%	-19,79%
Administrações privadas	284.661,59	31,09%	284.032,00	42,11%	0,22%	221.927,90	22,00%	28,27%
Instituições particulares	222.095,15	24,26%	200.000,00	29,65%	11,05%	165.742,90	16,43%	34,00%
Famílias	62.566,44	6,83%	84.032,00	12,46%	-25,54%	56.185,00	5,57%	11,36%
<b>TOTAL.....</b>	<b>915.624,29</b>	<b>100,00%</b>	<b>674.558,81</b>	<b>100,00%</b>	<b>35,74%</b>	<b>1.008.545,65</b>	<b>100,00%</b>	<b>-9,21%</b>





O valor registado na rubrica Transferências de Capital – Administração Autárquica encontra-se subdividido em *Municípios*, que totalizou no ano 2010 o valor de €948,48, de *Freguesias* cujas transferências ascenderam a €313.192,37, e Associações de Municípios que ascendeu a €316.821,85 relativo a participação no projecto POLIS Litoral, S.A.

Na sub-rubrica "Famílias", registaram-se as comparticipações financeiras atribuídas pelo município a familiares no âmbito do Programa Casa Melhor, que tem por objectivo melhorar as condições de habitação das famílias mais carenciadas.

De seguida, apresenta-se um quadro com a explanação da distribuição das transferências de capital que assumem maior importância.

**Quadro nº 61 – Transferências de Capital**

	2008	2009	2010
<b>Transferências para Municípios</b>			
Município de Albergaria	639.507,50 €	70.159,36 €	948,48 €
Sub-Total	<b>639.507,50 €</b>	<b>70.159,36 €</b>	<b>948,48 €</b>
<b>Transferências para as Juntas de Freguesia</b>			
Construção e Beneficiação de Passeios Municipais	50.239,19 €	41.531,00 €	28.263,59 €
Construção e Beneficiação de Aquedutos e Drenagens	0,00 €	0,00 €	1.200,00 €
Conservação de Lavadouros, Fontanários e Zonas Envolventes	6.871,06 €	12.444,00 €	472,50 €
Projecto de Habitação nas Freguesias	0,00 €	0,00 €	1.647,60 €
Percurso na Natureza - Eco-Turismo - BIORIA	0,00 €	50.000,00 €	20.000,00 €
Construção e Beneficiação de Arruamentos Municipais	15.000,00 €	71.948,25 €	222.739,74 €
Comparticipação para Demolições	5.000,00 €	0,00 €	
Comparticipação para a Nova Sede da Junta	40.000,00 €	0,00 €	20.000,00 €
Comparticipação para Arranjo Paisagístico da Ribeira da Aldeia	30.000,00 €	10.000,00 €	
Comparticipação para aquisição de equipamento de limpeza	0,00 €	15.000,00 €	
Comparticipação para a Reabilitação e Recuperação do Apeadeiro de Canelas	0,00 €	18.936,84 €	
Comparticipação para a Beneficiação do Parques	0,00 €	50.506,96 €	18.868,94 €
Comparticipação para a Reabilitação e Arranjo Urbanístico do Cais de Salreu	0,00 €	50.000,00 €	
Sub-Total	<b>147.110,25 €</b>	<b>320.367,05 €</b>	<b>313.192,37 €</b>
<b>Transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos</b>			
Associações Desportivas	77.060,55 €	105.454,76 €	67.115,76 €
Associações Culturais e Recreativas	1.700,00 €	49.518,42 €	78.692,37 €
Educação / Acção Social Escolar	150,00 €	0,00 €	
Associações de Carácter Social	50.532,35 €	45.026,82 €	76.287,02 €
SEMA	36.300,00 €	0,00 €	
Sub-Total	<b>165.742,90 €</b>	<b>200.000,00 €</b>	<b>222.095,15 €</b>

O enquadramento das transferências de capital atribuídas pelo Município de Estarreja, durante o ano de 2006, encontra-se descrito no **DOC-19/TC – "Transferências de Capital – Despesa"** dos Documentos de Prestação de Contas.

### ➤ Activos Financeiros

O Município de Estarreja, na qualidade de accionista subscreveu capital da nova entidade sociedade criada Águas da Região de Aveiro – AdRA, S.A. para exploração directa dos sistemas públicos de água e saneamento, tendo já realizado, em 2009, €772.362,50, subscrevendo no ano 2010 os restantes no valor de €154.472,50.

### ➤ Passivos Financeiros

Durante o ano económico de 2010, os encargos suportados com o reembolso de capital de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pela autarquia junto de Instituições de Crédito totalizou €1.488.241,07. (DOC - 26 /TC - “ Mapa de Empréstimos Obtidos”).

O valor de capital amortizado, no ano de 2010, corresponde a 15,83% das Despesas de Capital e 6,70% das Despesas Totais.

### 3.3.5. Análise da Despesa na Óptica das Grandes Opções do Plano

A Grandes Opções do Plano traduz-se num instrumento político, corporizando uma sistematização de objectivos e de programas coordenados de acção para os concretizar.

Nas Grandes Opções do Plano encontram-se definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local, e incluem, designadamente, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Actividades Municipais (PAM).

O **Plano Plurianual de Investimentos**, de horizonte móvel de quatro anos, inclui todos os projectos e acções, que implicam despesas de investimento, a realizar no âmbito dos objectivos da autarquia local e explícita a respectiva previsão de despesa.

A execução anual do Plano Plurianual de Investimentos, encontra-se expressa no Documento de Prestação de Contas - **DOC - 8-B/TC - “ Execução do Plano Plurianual de Investimentos ”**, apresentando a execução deste documento previsional no ano de 2008, destacando o nível de execução financeira anual e global.

O nível de execução financeira (em termos de pagamentos efectuados) do PPI, no exercício económico de 2010, é de 59,21%.

O **Plano de Actividades Municipais**, inclui projectos e acções de índole corrente a realizar durante um dado ano.

A execução do PAM, encontra-se expressa no Documento de Prestação de Contas - **DOC - 8-C/TC - “Execução do Plano de Actividades Municipais”**, apresentando uma execução de 82,12%.

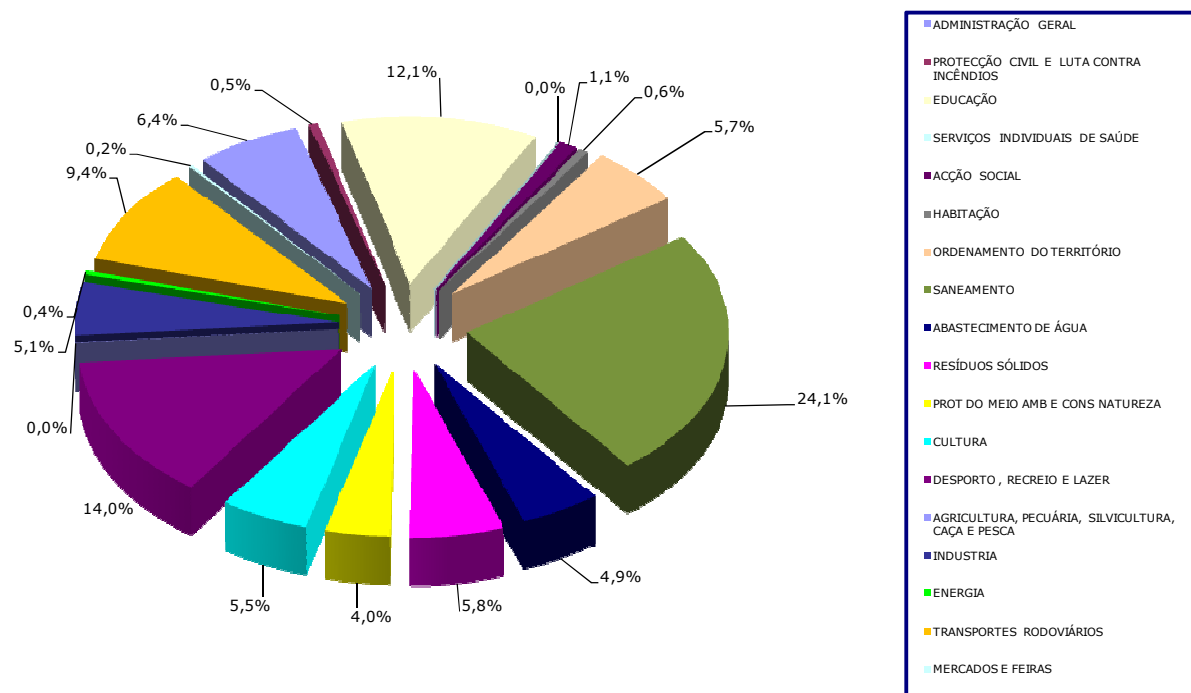
Resumidamente, a execução das Grandes Opções do Plano de 2010, em termos da classificação funcional, é apresentado nos quadros nº 62 e 63.

**Quadro nº 62 – Execução das GOP's**

( unidade monetária : Euros)

<b>GOP 2010</b>							
Código	Classificação Funcional	Previsão		Execução Valor (c)	Execução		
		Inicial (a)	Final (b)		Exec % (c) / (a)	Exec % (c) / (b)	
<b>1</b>	<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>1.619.649,80</b>	<b>1.491.197,80</b>	<b>932.223,75</b>	<b>57,56%</b>	<b>62,52%</b>	
<b>1.1.0</b>	<b>Serviços Gerais de Administração Pública</b>						
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.497.489,80	1.404.987,80	862.477,50	57,59%	61,39%	
<b>1.2.0</b>	<b>Segurança e Ordem Públicas</b>						
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	122.160,00	86.210,00	69.746,25	57,09%	80,90%	
<b>2</b>	<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>13.820.164,27</b>	<b>14.507.418,67</b>	<b>10.432.987,86</b>	<b>75,49%</b>	<b>71,91%</b>	
<b>2.1.0</b>	<b>Educação</b>						
2.1.1	ENSINO NÃO SUPERIOR	2.335.250,00	2.189.052,21	1.163.577,48	49,83%	53,15%	
2.1.2	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	488.200,00	660.246,52	455.675,12	93,34%	69,02%	
<b>2.2.0</b>	<b>Saúde</b>						
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
<b>2.3.0</b>	<b>Segurança e Acção Sociais</b>						
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	190.900,00	189.800,00	151.882,25	79,56%	80,02%	
<b>2.4.0</b>	<b>Habituação e Serviços Colectivos</b>						
2.4.1.	HABITAÇÃO	301.040,00	155.740,00	76.222,04	25,32%	48,94%	
2.4.2	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	1.362.390,95	1.231.586,95	769.134,09	56,45%	62,45%	
2.4.3	SANEAMENTO	2.459.823,39	3.615.364,00	3.231.618,25	131,38%	89,39%	
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	678.700,00	680.989,95	660.645,63	97,34%	97,01%	
2.4.5	RESÍDUOS SÓLIDOS	966.470,00	1.058.104,47	777.645,55	80,46%	73,49%	
2.4.6	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	1.380.108,00	1.137.109,32	535.264,59	38,78%	47,07%	
<b>2.5.0</b>	<b>Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos</b>						
2.5.1	CULTURA	1.161.775,00	1.162.577,57	732.893,28	63,08%	63,04%	
2.5.2	DESPORTO , RECREIO E LAZER	2.495.506,93	2.426.847,68	1.878.429,58	75,27%	77,40%	
<b>3</b>	<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>4.289.806,05</b>	<b>3.933.341,05</b>	<b>2.033.882,67</b>	<b>47,41%</b>	<b>51,71%</b>	
<b>3.1.0</b>	<b>Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca</b>						
3.1.2	DEFESA DA FLORESTA	21.500,00	8.500,00	5.263,28	24,48%	61,92%	
<b>3.2.0</b>	<b>Indústria e Energia</b>						
3.2.1	INDUSTRIA	1.261.353,82	1.093.888,82	688.569,99	54,59%	62,95%	
3.2.2	ENERGIA	76.000,00	83.500,00	55.007,42	72,38%	65,88%	
<b>3.3.0</b>	<b>Transportes e Comunicações</b>						
3.3.1	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2.875.952,23	2.707.452,23	1.256.945,98	43,71%	46,43%	
<b>3.4.0</b>	<b>Comércio e Turismo</b>						
3.4.1	MERCADOS E FEIRAS	55.000,00	40.000,00	28.096,00	51,08%	70,24%	
	<b>TOTAL</b>	<b>19.729.620,12</b>	<b>19.931.957,52</b>	<b>13.399.094,28</b>	<b>67,91%</b>	<b>67,22%</b>	

Gráfico nº 39 - Execução das GOP's



Quadro nº 63 – Evolução das GOP's

( unidade monetária : €uros)

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	2010		2009		Tx Cresc
	Valor	%	Valor	%	
<b>Grandes Opções do Plano</b>					
ADMINISTRAÇÃO GERAL	862.477,50	6,4%	487.264,40	4,1%	77,0%
PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	69.746,25	0,5%	48.673,03	0,4%	43,3%
EDUCAÇÃO	1.619.252,60	12,1%	343.139,93	2,9%	371,9%
SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	0,00	0,0%	0,00	0,0%	n.a.
ACÇÃO SOCIAL	151.882,25	1,1%	72.386,29	0,6%	109,8%
HABITAÇÃO	76.222,04	0,6%	91.385,50	0,8%	-16,6%
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	769.134,09	5,7%	1.082.688,87	9,1%	-29,0%
SANEAMENTO	3.231.618,25	24,1%	1.334.911,69	11,3%	142,1%
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	660.645,63	4,9%	1.420.453,88	12,0%	-53,5%
RESÍDUOS SÓLIDOS	777.645,55	5,8%	521.948,57	4,4%	49,0%
PROT DO MEIO AMB E CONS NATUREZA	535.264,59	4,0%	573.478,84	4,8%	-6,7%
CULTURA	732.893,28	5,5%	776.762,06	6,5%	-5,6%
DESPORTO , RECREIO E LAZER	1.878.429,58	14,0%	1.836.527,18	15,5%	2,3%
AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E F	5.263,28	0,0%	8.237,32	0,1%	-36,1%
INDUSTRIA	688.569,99	5,1%	1.935.168,79	16,3%	-64,4%
ENERGIA	55.007,42	0,4%	42.901,27	0,4%	28,2%
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	1.256.945,98	9,4%	1.278.606,57	10,8%	-1,7%
MERCADOS E FEIRAS	28.096,00	0,2%	6.018,80	0,1%	366,8%
<b>TOTAL</b>	<b>13.399.094,28</b>	<b>100,0%</b>	<b>11.860.552,99</b>	<b>100,0%</b>	<b>13,0%</b>

**Quadro nº 64– Estrutura das GOP's**

( unidade monetária : Euros)

Código	Classificação Funcional	GOP 2010					
		PPI		PAM		Total	
		Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
<b>1</b>	<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>426.514,33</b>	<b>5,56%</b>	<b>505.709,42</b>	<b>8,83%</b>	<b>932.223,75</b>	<b>6,96%</b>
<b>1.1.0</b>	<b>Serviços Gerais de Administração Pública</b>	<b>426.514,33</b>	<b>5,56%</b>	<b>435.963,17</b>	<b>7,61%</b>	<b>862.477,50</b>	<b>6,44%</b>
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	426.514,33	5,56%	435.963,17	7,61%	862.477,50	6,44%
<b>1.2.0</b>	<b>Segurança e Ordem Públicas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>69.746,25</b>	<b>1,22%</b>	<b>69.746,25</b>	<b>0,52%</b>
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	0,00	0,00%	69.746,25	1,22%	69.746,25	0,52%
<b>2</b>	<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>5.283.071,36</b>	<b>68,86%</b>	<b>5.149.916,50</b>	<b>89,92%</b>	<b>10.432.987,86</b>	<b>77,86%</b>
<b>2.1.0</b>	<b>Educação</b>	<b>944.666,32</b>	<b>12,31%</b>	<b>674.586,28</b>	<b>11,78%</b>	<b>1.619.252,60</b>	<b>12,08%</b>
2.1.1	ENSINO NÃO SUPERIOR	944.666,32	12,31%	218.911,16	3,82%	1.163.577,48	8,68%
2.1.2	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	0,00	0,02%	455.675,12	0,00%	1.408,44	0,01%
<b>2.2.0</b>	<b>Saúde</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
<b>2.3.0</b>	<b>Segurança e Acção Sociais</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>151.882,25</b>	<b>2,65%</b>	<b>151.882,25</b>	<b>1,13%</b>
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	0,00	0,00%	151.882,25	2,65%	151.882,25	1,13%
<b>2.4.0</b>	<b>Habitação e Serviços Colectivos</b>	<b>2.362.944,04</b>	<b>30,80%</b>	<b>3.687.586,11</b>	<b>64,38%</b>	<b>6.050.530,15</b>	<b>45,16%</b>
2.4.1.	HABITAÇÃO	76.222,04	0,99%	0,00	0,00%	76.222,04	0,57%
2.4.2	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	737.473,43	9,61%	31.660,66	0,55%	769.134,09	5,74%
2.4.3	SANEAMENTO	817.258,18	10,65%	2.414.360,07	42,15%	3.231.618,25	24,12%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	188.740,15	2,46%	471.905,48	8,24%	660.645,63	4,93%
2.4.5	RESÍDUOS SÓLIDOS	92.213,35	1,20%	685.432,20	11,97%	777.645,55	5,80%
2.4.6	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA	451.036,89	5,88%	84.227,70	1,47%	535.264,59	3,99%
<b>2.5.0</b>	<b>Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos</b>	<b>1.975.461,00</b>	<b>25,75%</b>	<b>635.861,86</b>	<b>11,10%</b>	<b>2.611.322,86</b>	<b>19,49%</b>
2.5.1	CULTURA	194.171,44	2,53%	538.721,84	9,41%	732.893,28	5,47%
2.5.2	DESPORTO , RECREIO E LAZER	1.781.289,56	23,22%	97.140,02	1,70%	1.878.429,58	14,02%
<b>3</b>	<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>1.962.049,71</b>	<b>25,58%</b>	<b>71.832,96</b>	<b>1,25%</b>	<b>2.033.882,67</b>	<b>15,18%</b>
<b>3.2.0</b>	<b>Indústria e Energia</b>	<b>677.007,73</b>	<b>8,82%</b>	<b>66.569,68</b>	<b>1,16%</b>	<b>743.577,41</b>	<b>5,55%</b>
3.2.1	INDUSTRIA	624.559,89	8,14%	64.010,10	1,12%	688.569,99	5,14%
3.2.2	ENERGIA	52.447,84	0,68%	2.559,58	0,04%	55.007,42	0,41%
<b>3.3.0</b>	<b>Transportes e Comunicações</b>	<b>1.256.945,98</b>	<b>16,38%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>1.256.945,98</b>	<b>9,38%</b>
3.3.1	TRANSPORTES RODOVÍARIOS	1.256.945,98	16,38%	0,00	0,00%	1.256.945,98	9,38%
<b>3.4.0</b>	<b>Comércio e Turismo</b>	<b>28.096,00</b>	<b>0,37%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>28.096,00</b>	<b>0,21%</b>
3.4.1	MERCADOS E FEIRAS	28.096,00	0,37%	0,00	0,00%	28.096,00	0,21%
<b>TOTAL</b>		<b>7.671.635,40</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.727.458,88</b>	<b>100,00%</b>	<b>13.399.094,28</b>	<b>100,00%</b>

## 4. ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

### 4.1 ENQUADRAMENTO

Dentro das características da Nova Gestão Pública é de destacar a preocupação generalizada com o controlo dos défices orçamentais e do endividamento público e a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fiável e oportuna que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros.

As restrições legais impostas às autarquias locais em relação ao seu endividamento, encontram-se enquadradas nas novas exigências de boa gestão financeira e orçamental, decorrentes do Pacto de Estabilidade e Crescimento (Resolução do Conselho Europeu sobre o Pacto de Estabilidade e Crescimento, de 17 de Junho de 1997, JOC 236, de 2 de Agosto de 1997).

A Lei nº91/2001, de 20 de Agosto introduziu perante o anterior regime (resultante da Lei nº6/91, de 20 de Fevereiro) uma importante reforma no domínio do enquadramento orçamental, de todas as pessoas colectivas de população e território e não apenas o Estado *sensu stricto*.

Esta reforma no sentido de coordenação das finanças locais com as finanças estaduais, tem especialmente em conta o desenvolvimento de todo o País e a necessidade de atingir os objectivos e metas orçamentais traçados no âmbito das políticas de convergência a que Portugal se tenha obrigado no seio da União Europeia.

Neste espírito, a Lei Orgânica nº2/2002, de 28 de Agosto, veio definir novos limites de endividamento, permitindo à lei do Orçamento estabelecer limites específicos de endividamento anual da Administração Central do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais, compatíveis com o saldo orçamental calculado para o conjunto do sector público administrativo (cálculo do stock de endividamento líquido e do limite deste stock). Efectivamente, a partir de 2002 e no quadro destas medidas de estabilidade orçamental, não foi permitido qualquer acréscimo de endividamento líquido ao conjunto total das autarquias.

Desde então, anualmente e para cada município, o governo calcula e fixa o respectivo limite de acréscimo de endividamento.

A política de contenção orçamental, a que a situação das Finanças Públicas do país obriga, levou à adopção de políticas de grande rigor na gestão e controlo da despesa do sector público administrativo, designadamente na administração local, consagrando desde logo, medidas tendentes ao controlo do endividamento municipal através de uma reformulação das regras de cálculo para a respectiva capacidade de endividamento que se encontram vertidas na actual Lei das Finanças Locais (LFL) – Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

Assim estabilizou-se a este respeito o conceito de endividamento líquido municipal, compatível com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e regionais (SEC95).

De acordo com o estabelecido no artigo 36º da LFL o endividamento líquido municipal é igual à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

A presente lei estabelece dois tipos de limites: o limite de **endividamento líquido municipal** e o **limite geral de empréstimos dos municípios**. Para efeitos de cálculo destes limites, o conceito de endividamento líquido total inclui: o endividamento líquido e os empréstimos das associações de municípios e das entidades que integram o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio das contas previstas no regime jurídico do SEL – Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro -, proporcional à participação do município no seu capital social.

Relativamente ao limite de **endividamento líquido municipal** (LELM), o montante do endividamento líquido total (ELT) do município, em 31 de Dezembro de cada ano, encontra-se definido no artigo 37º da Lei das Finanças Locais - LFL (Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro), sendo que este não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do SEL, relativas ao ano anterior.

Já quanto ao **limite geral dos empréstimos de médio e longo prazo**, o montante da dívida do município referente a empréstimos desta natureza não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, o montante das receitas referidas no parágrafo anterior.

No entanto, nos artigos 39º e 61º da nova Lei das Finanças Locais, estão definidos os empréstimos que ficam excluídos dos limites de endividamento referidos anteriormente, nomeadamente: empréstimos anteriormente contraídos ao abrigo de disposições legais que os excepcionavam dos limites de endividamento; empréstimos destinados ao financiamento de programas de reabilitação urbana; empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento de projectos com comparticipação de fundos comunitários, desde que o montante máximo do crédito não exceda 75% do montante da participação pública nacional; empréstimos destinados ao financiamento de investimentos na recuperação de infra-estruturas municipais afectadas por calamidade pública; entre outros.

Refira-se ainda que, por efeito do não cumprimento dos limites específicos de endividamento definidos, prevê a Lei de Estabilidade Orçamental, que a Lei do Orçamento de Estado pode determinar a redução na proporção do incumprimento, das transferências a efectuar para as autarquias locais.

Face ao exposto, a análise desta matéria, assume grande relevância.

Num primeiro momento avalia-se a evolução global da dívida do município, seguindo-se uma apreciação mais pormenorizada de cada uma das suas componentes e, por último, comenta-se o enquadramento do município ao nível do endividamento líquido.

#### 4.1.1 Dívida Total

Resumidamente a estrutura de dívida municipal no ano de 2010 é a descrita no quadro apresentado de seguida:

**Quadro nº 65– Dívida do Município 2008 vs 2009 vs 2010** (unidade monetária : Euros)

	30-Dez-2008	31-Dez-2009	Peso	31-Dez-2010	Peso
	01-Jan-2009	01-Jan-2010			
<b>Dívida de Médio e Longo Prazo</b>	<b>14.211.517,51</b>	<b>15.737.358,27</b>	<b>68,59%</b>	<b>14.141.001,14</b>	<b>75,84%</b>
Fornecedores Conta Corrente	2.077.909,61	2.077.909,61	9,06%	2.077.909,61	11,14%
Fornecedores de Imobilizado	274.599,90	288.300,13	1,26%	180.366,22	0,97%
Empréstimos de M/L Prazo	11.798.300,73	13.311.469,53	58,02%	11.823.228,46	63,41%
Outros Credores	60.707,27	59.679,00	0,26%	59.496,85	0,32%
<b>Dívida de Curto Prazo</b>	<b>5.898.264,26</b>	<b>7.206.962,70</b>	<b>31,41%</b>	<b>4.505.612,89</b>	<b>24,16%</b>
Fornecedores Conta Corrente	1.557.517,53	1.804.567,79	7,86%	1.193.801,18	6,40%
Fornecedores C/C - Fact. em Recepção e Conf.	463.026,78	858.154,74	3,74%	417.693,79	2,24%
Fornecedores de Imobilizado	3.021.262,76	3.275.984,95	14,28%	1.062.442,71	5,70%
Fornecedores de Imobilizado - Fact em Recepção e Conf.	26.713,87	0,00	0,00%	10.205,66	0,05%
Estado e Outros Entes Públicos	133.461,26	131.823,45	0,57%	119.602,49	0,64%
Outros Credores	28.618,00	131.125,02	0,57%	657.383,31	3,53%
Adiantamento por Conta de Vendas	667.664,06	1.005.306,75	4,38%	1.044.483,75	5,60%
<b>TOTAL</b>	<b>20.109.781,77</b>	<b>22.944.320,97</b>	<b>100,00%</b>	<b>18.646.614,03</b>	<b>100,00%</b>
<b>Variação</b>		<b>2.834.539,20</b>		<b>-4.297.706,94</b>	
<b>Tx Crescimento</b>		<b>14,10%</b>		<b>-18,73%</b>	

Em 31 de Dezembro de 2010 a dívida global do Município de Estarreja totaliza €18.646.614,03, deste valor respeita a natureza de médio e longo prazo 75,84% e 24,16% de curto prazo.

De notar que este passivo apresenta um decréscimo de (-) 18,73% em relação ao ano anterior, que se traduz em termos absolutos numa redução da dívida total de €4.297.706,94.

Para este decréscimo, contribuiu de idêntica forma tanto uma diminuição das dívidas de médio e longo prazo, no valor de €1.596.357,13 (  $\Delta$  -10,1%) como das dívidas de curto prazo, na importância de €2.701.349,81 (  $\Delta$  -37,5%).

Uma breve análise ao quadro acima apresentado, permite-nos concluir que 63,41% da dívida municipal resulta de empréstimos de médio e longo prazo, correspondendo estes a 83,6% da dívida de natureza de médio e longo prazo.

De referir ainda, que o valor expressado, em 31/12/2010, em "Fornecedores de Imobilizado - Médio e Longo Prazo" - €180.366,22 é composto pela dívida respeitante aos contratos de locação financeira em vigor.

De salientar, que ao nível da dívida de curto prazo os Fornecedores Conta Corrente representando qconheceu um importante abatimento

A parcela correspondente aos Fornecedores de Imobilizado de natureza de curto prazo (€1.062.441,71), representa 5,70% da dívida do município e corresponde a 23,58 % da dívida de curto prazo. De salientar que a dívida a fornecedores

**Quadro nº 66- Evolução da dívida total (2005 e 2010)**

( unidade monetária : Euros)

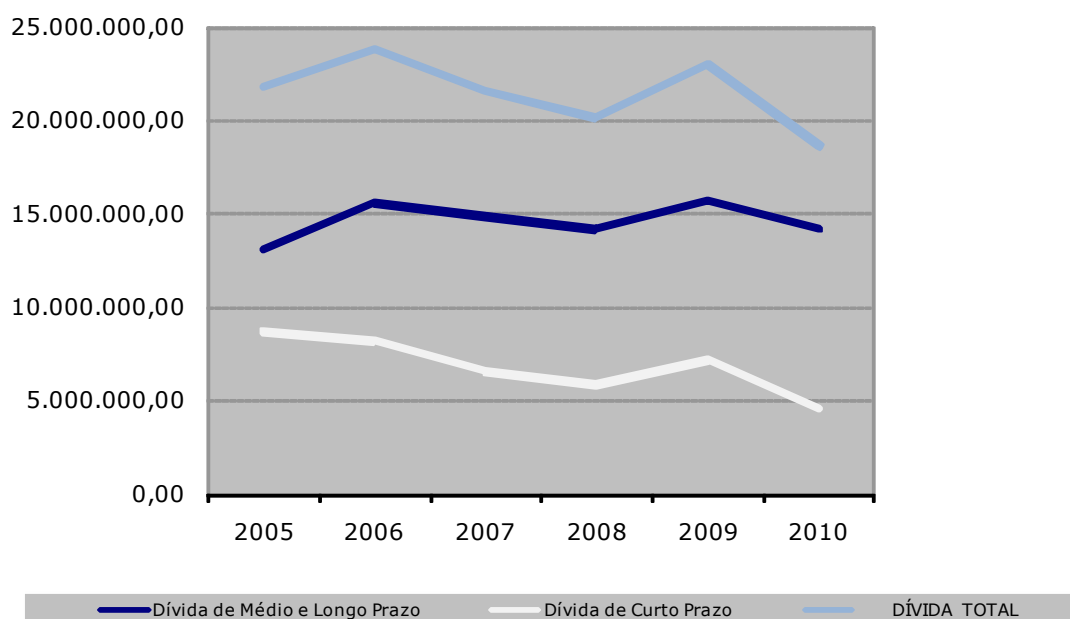
Designação	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Dívida de Médio e Longo Prazo	13.076.830,24	15.564.756,67	14.909.856,58	14.211.517,51	15.737.358,27	14.141.001,14
Dívida de Curto Prazo	8.656.908,58	8.232.344,43	6.607.533,65	5.898.264,26	7.206.962,70	4.505.612,89
<b>DÍVIDA TOTAL</b>	<b>21.733.738,82</b>	<b>23.797.101,10</b>	<b>21.517.390,23</b>	<b>20.109.781,77</b>	<b>22.944.320,97</b>	<b>18.646.614,03</b>
<b>Taxa de crescimento da Dívida</b>						
Médio e Longo Prazo	22,52%	19,03%	-4,21%	-4,68%	10,74%	-10,14%
Curto Prazo	109,01%	-4,90%	-19,74%	-10,73%	22,19%	-37,48%
<b>TOTAL</b>	<b>46,70%</b>	<b>9,49%</b>	<b>-9,58%</b>	<b>-6,54%</b>	<b>14,10%</b>	<b>-18,73%</b>

No período compreendido entre 2005 a 2010 o total da dívida diminuiu cerca de (-) €3.087.124,79, o que representa em termos relativos uma redução em termos relativos de 14,2%.

Para melhor dimensionar o comportamento da dívida global do município de 2005 a 2010, apresenta-se o seguinte gráfico.

**Gráfico nº 40**

**Evolução da Dívida Total**





#### 4.1.2 Dívida de Médio e Longo Prazo

No âmbito das suas atribuições e competências, e não obstante os escassos recursos financeiros disponíveis, para o desenvolvimento das suas actividades, nomeadamente para o cumprimento do Plano Plurianual de Investimentos, desde 2005 que o Município tem diminuído o recurso à contratação e/ou utilização de empréstimos de médio e longo prazo. No entanto, no ano 2009 o Município de Estarreja recorreu a um financiamento bancário no valor €2.662.384,00, decorrente de candidatura de adesão apresentada ao **Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE)**, no entanto no ano 2010 não se registou qualquer recurso a crédito bancário.

A referida linha de financiamento de médio e longos prazos a conceder ao Municípios destina-se ao pagamento das dívidas de curto prazo a fornecedores (dívida de carácter comercial e não financeira), e desenvolve-se nos termos da Resolução de Conselho de Ministros nº34/2008, de 22 de Fevereiro, especificamente (ver SECCÃO V da RCM nº34/2008, 22/02):

O PREDE destinava-se a substituir dívida a fornecedores por empréstimos de médio e longo prazo, promovendo a redução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) dos compromissos assumidos perante terceiros.

Esta linha de financiamento funciona nos mesmos termos do Programa Pagar a Tempo e Horas, alargando, todavia, os seus critérios de elegibilidade de forma a abranger um universo mais vasto de Regiões Autónomas e de Municípios.

No quadro nº 71 e gráfico nº40, apresenta-se a evolução da dívida de médio e longo prazo nos últimos seis anos:

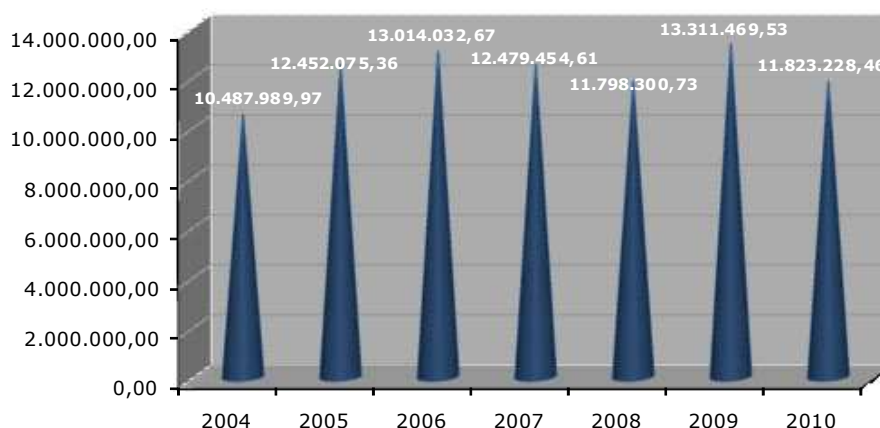
**Quadro nº67– Evolução do Stock da Dívida**

( unidade monetária : €uros)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
(1) Dívida no início do período	10.487.989,96	12.452.075,36	13.014.032,87	12.479.454,61	11.798.300,73	13.311.469,53
(2) Empréstimos contraídos e utilizados no período	2.635.487,37	1.218.817,41	138.215,00	50.000,00	2.662.384,00	0,00
(3) Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(4) Amortizações do Período	671.401,97	656.860,10	672.793,26	731.153,88	1.149.215,20	1.488.241,07
<b>Dívida no Final do Período (1+2+3-4)</b>	<b>12.452.075,36</b>	<b>13.014.032,67</b>	<b>12.479.454,61</b>	<b>11.798.300,73</b>	<b>13.311.469,53</b>	<b>11.823.228,46</b>
<b>Taxa de crescimento da Dívida</b>	<b>15,77%</b>	<b>4,51%</b>	<b>-4,11%</b>	<b>-5,46%</b>	<b>12,83%</b>	<b>-11,18%</b>

**Gráfico nº 41**

#### **Evolução da Dívida de Empréstimos M/L Prazo**



Do observado no quadro anterior verifica-se que desde 2006 tem havido um esforço do município para reduzir o endividamento de médio e longo prazo, reduzindo o valor em dívida em termos de empréstimos de médio e longo prazo, focalizando a actuação na amortização dessa dívida.

No ano 2010, procurou-se contrariar o cenário em vigor no final do ano 2009 essa tendência, uma vez que se conseguiu reduzir a dívida de médio e longo prazo de origem bancária com uma redução 11,08%.

#### 4.1.3 Serviço de Dívida

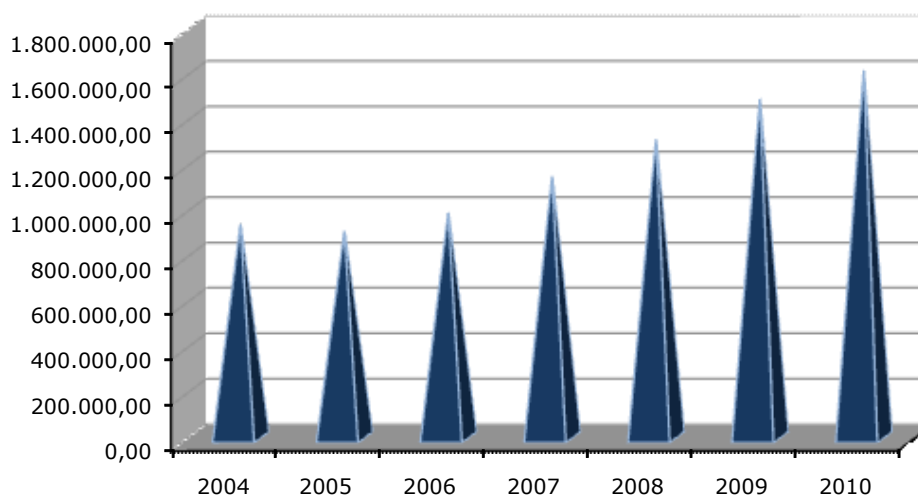
O quadro seguinte apresenta a evolução do serviço de dívida de 2004 a 2010, considerando unicamente os montantes de juros e amortizações de empréstimos contratualizados pela autarquia.

**Quadro nº 68**

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Empréstimos que revelam para a capacidade de endividamento</b>	<b>605.735,24</b>	<b>560.941,69</b>	<b>633.152,38</b>	<b>766.614,37</b>	<b>910.205,11</b>	<b>1.117.977,43</b>	<b>1.283.012,19</b>
Amortizações	500.441,30	420.217,49	406.271,77	430.655,45	490.449,90	871.819,92	1.176.016,83
Juros	105.293,94	140.724,20	226.880,61	335.958,92	419.755,21	246.157,51	106.995,36
<b>Empréstimos que não revelam para a capacidade de endividamento</b>	<b>335.211,73</b>	<b>348.777,59</b>	<b>360.329,37</b>	<b>385.865,88</b>	<b>405.988,33</b>	<b>374.127,60</b>	<b>336.592,05</b>
Amortizações	231.008,62	251.184,48	250.588,33	242.137,81	240.703,98	277.395,28	312.224,24
Juros	104.203,11	97.593,11	109.741,04	143.728,07	165.284,35	96.732,32	24.367,81
<b>Total do Serviço de Dívida</b>	<b>940.946,97</b>	<b>909.719,28</b>	<b>993.481,75</b>	<b>1.152.480,25</b>	<b>1.316.193,44</b>	<b>1.492.105,03</b>	<b>1.619.604,24</b>
Amortizações	731.449,92	671.401,97	656.860,10	672.793,26	731.153,88	1.149.215,20	1.488.241,07
Juros	209.497,05	238.317,31	336.621,65	479.686,99	585.039,56	342.889,83	131.363,17
<b>Taxa de crescimento da Dívida</b>		<b>-3,32%</b>	<b>9,21%</b>	<b>16,00%</b>	<b>14,21%</b>	<b>13,37%</b>	<b>8,54%</b>
Amortizações		-8,21%	-2,17%	2,43%	8,67%	57,18%	29,50%
Juros		13,76%	41,25%	42,5%	22,0%	-41,4%	-61,7%

**Gráfico nº 42**

#### Evolução do Serviço da Dívida



No ano de 2010, verifica-se relativamente aos anos anteriores um aumento do peso do serviço de dívida, explicado essencialmente por dois factores:

- ☐ Mantém-se no pagamento de reembolso de capital de empréstimos de médio e longo prazo obtidos, tendo já, no ano 2009, registado um aumento na ordem dos 57,18% no pagamento de reembolso de capital, e no ano 2010 verificando-se um aumento de 29,5% deste mesmo tipo de despesas. Este incremento está associado ao início de amortização de empréstimos verificado no final do ano 2007 e resultado da descida das taxas de juros que promove o aumento da componente de amortização de capital em dívida.
- ☐ Pelo decréscimo do valor pago de juros, facto devido á conjuntura de baixa das taxas de juros, complementada pela diminuição do valor em dívida dos empréstimos de médio e longo prazo contraídos em anos anteriores que reduzem a base de incidência do calculo dos juros.

#### 4.1.4 Composição da Capital Bancário em Dívida no Fim da Gerência

Apresenta-se de seguida, um quadro resumo dos empréstimos existentes à data de 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2010, diferenciando-os consoante relevam ao não para o cálculo da capacidade de endividamento, para uma visão mais detalhada da estrutura do endividamento de médio e longo prazo.

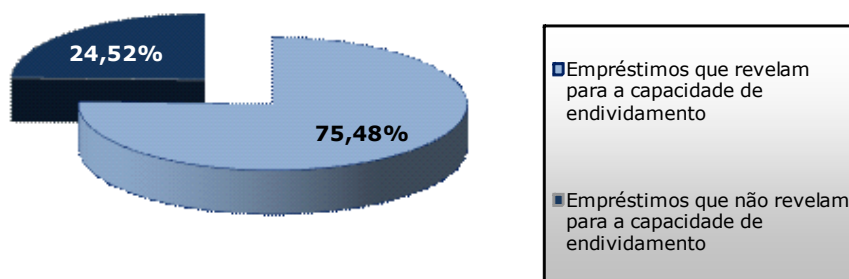
**Quadro nº 69**

	Capital em Dívida em 31/12/2008		Capital em Dívida em 31/12/2009		Capital em Dívida em 31/12/2010	
	Montante	% do total	Montante	% do total	Montante	% do total
<b>Empréstimos que revelam para a capacidade de endividamento</b>	<b>8.257.463,08</b>	<b>69,99%</b>	<b>10.048.027,16</b>	<b>75,48%</b>	<b>8.872.010,33</b>	<b>75,04%</b>
Intempéries - DL 47/96 (1995/96-parte Não Bonificada)	55.153,21	0,47%	35.660,17	0,27%	15.394,57	0,13%
Diversos Investimentos - PA 1997	1.047.574,10	8,88%	759.987,40	5,71%	458.890,42	3,45%
Diversos Investimentos - PA 1998	565.237,91	4,79%	446.324,51	3,35%	327.411,11	2,46%
Parque Industrial - PA 2000	3.541.465,27	30,02%	3.305.367,72	24,83%	3.069.270,04	23,06%
Medida 1.7. do PORCentro - Praça Município	350.921,44	2,97%	305.839,21	2,30%	283.184,45	2,13%
Medida 1.7. do PORCentro - URBCOM	162.208,48	1,37%	139.888,14	1,05%	129.896,13	0,98%
Diversos Investimentos - PPI 2004	720.961,68	6,11%	677.267,04	5,09%	633.572,40	4,76%
Diversos Investimentos - PPI 2005	755.948,29	6,41%	717.532,62	5,39%	674.270,18	5,07%
PPI/2005 - Largo Sto Amaro e Centro C Pardilhó	70.975,14	0,60%	66.919,42	0,50%	62.863,70	0,47%
Parque Industrial - PPI/2006	936.805,56	7,94%	884.027,80	6,64%	831.250,03	6,24%
Parque Desportivo Municipal	50.212,00	0,43%	46.829,13	0,35%	43.109,30	0,32%
PREDE Entidade Bancária	0,00		1.597.430,00	12,00%	1.277.944,00	9,60%
PREDE Estado	0,00		1.064.954,00	8,00%	1.064.954,00	8,00%
<b>Empréstimos que não revelam para a capacidade de endividamento</b>	<b>3.540.837,65</b>	<b>30,01%</b>	<b>3.263.442,37</b>	<b>24,52%</b>	<b>2.951.218,13</b>	<b>24,96%</b>
Construção Arrendamento Social-INH	476.416,14	4,04%	438.834,69	3,30%	397.159,39	3,36%
Intempéries - DL 47/96 ( 1995/96 - parte Bonificada)	37.999,18	0,32%	24.519,45	0,18%	10.562,79	0,08%
Saneamento Básico - PA 2000	2.986.495,86	25,31%	2.773.267,10	20,83%	2.530.050,20	19,01%
Intempéries 2000/2001	39.926,47	0,34%	26.821,13	0,20%	13.445,75	0,10%
Diversos Investimentos 2010 Financiados QREN	0,00	0,00%	0,00		0,00	0,00%
<b>Total da dívida de médio e longo prazo</b>	<b>11.798.300,73</b>	<b>100,00%</b>	<b>13.311.469,53</b>	<b>100,00%</b>	<b>11.823.228,46</b>	<b>100,00%</b>

Face aos valores apresentados e em conformidade com o definido na Lei das Finanças Locais, constata-se que, no final do exercício de 2010, do total dos empréstimos contraídos, 24,96% estão excluídos do cálculo da capacidade de endividamento.

**Gráfico nº 43**

#### Relevância em termos de capacidade de endividamento



#### 4.1.5 Limites de endividamento

No âmbito das disposições constantes na actual Lei das Finanças Locais (LFL) existe um conjunto de medidas tendentes ao controlo do endividamento municipal, designadamente a existência de um conceito de endividamento municipal que incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico (Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro), dos serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação e de igual modo a imposição de dois limites ao endividamento municipal:

- Um limite ao endividamento líquido, correspondente a um stock de 125% dos seguintes recursos próprios: receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS, da derrama e da participações do sector empresarial local
- Um limite à contracção de empréstimos, correspondente a 100% daqueles recursos.

Em concordância com o que foi exposto, afigura-se uma avaliação ao endividamento municipal durante o ano de 2010, começando por introduzir um mapa ilustrativo do cálculo dos três limites de endividamento do município que foram fixados para este exercício

#### **Quadro nº 70- Cálculo dos Limites de Endividamento 2010**

##### **Aplicando as Regras previstas na Lei das Finanças Locais**

BASE DE CÁLCULO		VALOR (€)
<b>TOTAL GLOBAL (A)</b>		<b>10.021.166,33</b>
<b>Fundos Municipais - CF MAPA XIX ANEXO OE 2010</b>		<b>7.195.880,00</b>
	Fundo de Equilíbrio Financeiro	6.523.606,00
	Participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	672.274,00
<b>Impostos Municipais - Receita de 2009</b>		<b>2.825.286,33</b>
010202	Imposto Municipal sobre Imóveis	1.532.924,16
010203	Imposto Único de Circulação	399.306,71
010204	Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis	555.960,10
010205	Derrama	335.679,38
010207	Impostos Abolidos (Contribuição Autárquica e SISA)	1.415,98
<b>Participação no Sector Empresarial Local - Receita de 2008</b>		<b>0,00</b>
<b>LIMITES AO ENVIDAMENTO DO MUNICÍPIO</b>		
<b>Limite ao Endividamento de Curto Prazo</b>		
10% de Total Global		1.002.116,63
<b>Limite ao Endividamento de Médio e Longo Prazo</b>		
100% de Total Global		10.021.166,33
<b>Limite ao Endividamento Líquido</b>		
125% de Total Global		12.526.457,91

**Quadro nº 71- Endividamento Líquido Municipal 2010**

LIMITES AO ENDIVIDAMENTO DO MUNICÍPIO					
	2009	2010			
Limite ao Endividamento de Curto Prazo	1.012.581,13	1.002.116,63			
Limite ao Endividamento de Médio e Longo Prazo	10.125.811,34	10.021.166,33			
Limite ao Endividamento Líquido	12.657.264,18	12.526.457,91			
Avaliação do Cumprimento	31/12/2009	1 Trim/2010	2 Trim/2010	3 Trim/2010	4 Trim/2010
Capital em Dívida de Médio e Longo Prazos	13.311.469,53	12.995.973,02	12.568.318,35	12.251.928,03	11.823.228,46
Endividamento Líquido do Município	16.710.511,77	17.347.319,52	14.037.808,12	13.269.693,33	12.863.768,70
Capital em Dívida Excepcionado dos Limites de Endividamento	3.263.442,37	3.175.400,83	3.107.813,01	3.018.993,83	2.951.218,13
Dívidas à EDP 1998	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capital em Dívida de Médio e Longo Prazos a Considerar	10.048.027,16	9.820.572,19	9.460.505,34	9.232.934,20	8.872.010,33
Endividamento Líquido a Considerar	13.447.069,40	14.171.918,69	10.929.995,11	10.250.699,50	9.912.550,57
<b>Montantes em excesso</b>					
Endividamento a Médio e Longo Prazos		n/a	n/a	n/a	n/a
Endividamento Líquido	753.804,83	1.645.460,78	n/a	n/a	n/a
<b>Montantes Não Tomados</b>					
Dentro do Limite de Endividamento de M/L Prazo	77.784,18	200.594,14	560.660,99	788.232,13	1.149.156,00
Dentro do Limite de Endividamento Líquido	n/a	n/a	1.596.462,80	2.275.758,41	2.613.907,34
<b>Rácios de Análise</b>					
Cobertura do Limite de Endividamento de M/L Prazo	99,23%	98,00%	94,41%	92,13%	88,53%
Cobertura do Limite de Endividamento Líquido	105,96%	113,14%	87,26%	81,83%	79,13%

Assim, aplicando as regras, no ano 2010, o Município tem capacidade de endividamento de médio e longo prazo, não tendo tomado cerca de 88,53% do limite legal que lhe é imposto, ou seja, poderia segundo regras estabelecidas para o ano 2010, contrair dívida (empréstimos) de médio e longo no valor de €1.149.156,00. A nível de endividamento líquido o Município de Estarreja encontra-se em cumprimento, tendo não tomando a margem de capacidade de endividamento de cerca de €2.613.907,34, não tendo tomado 79,13% do limite de endividamento líquido municipal imposto para esta autarquia local.

Face ao enquadramento do endividamento na actual Lei da Finanças Locais, e consagrado que se encontra o conceito do endividamento líquido municipal que incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico (Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro), dos serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, importa desde logo identificar as entidades relevantes para os limites legais estabelecidos.

No presente momento e perante dados recepcionados, apenas será de incluir os efeitos do endividamento da Associação de Município do Carvoeiro e da CIRA-Comunidade Intermunicipal da Ria de Aveiro, passando o cenário do endividamento do Município de Estarreja a ser o apresentado no quadro seguinte:

**Quadro nº 72- Endividamento Líquido Municipal 2010 tendo em conta as entidades relevantes**

LIMITES AO ENVIDAMENTO DO MUNICÍPIO					
	2009	2010			
Limite ao Endividamento de Curto Prazo	1.012.581,13	1.002.116,63			
Limite ao Endividamento de Médio e Longo Prazo	10.125.811,34	10.021.166,33			
Limite ao Endividamento Líquido	12.657.264,18	12.526.457,91			
Avaliação do Cumprimento	31/12/2009	Março	Junho	Setembro	Dezembro
Capital em Dívida de Médio e Longo Prazos	13.311.469,53	12.995.973,02	12.568.318,35	12.251.928,03	11.823.228,46
Endividamento Líquido do Município	16.710.511,77	17.347.319,52	14.037.808,12	13.269.693,33	12.863.768,70
Capital em Dívida Excepcionado dos Limites de Endividamento	3.263.442,37	3.175.400,83	3.107.813,01	3.018.993,83	2.951.218,13
Contribuição das AM e SEL	-546.112,77	0,00	2,00	0,00	-963.319,11
Capital em Dívida de Médio e Longo Prazos a Considerar	10.048.027,16	9.820.572,19	9.460.505,34	9.232.934,20	8.872.010,33
Endividamento Líquido a Considerar	12.900.956,63	14.171.918,69	10.929.993,11	10.250.699,50	8.949.231,46
<b>Montantes em excesso</b>					
Endividamento a Médio e Longo Prazos	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Endividamento Líquido	243.692,45	1.645.460,78	n/a	n/a	n/a
<b>Montantes Não Tomados</b>					
Dentro do Limite de Endividamento de M/L Prazo	77.784,18	200.594,14	560.660,99	788.232,13	1.149.156,00
Dentro do Limite de Endividamento Líquido	n/a	n/a	1.596.464,80	2.275.758,41	3.577.226,45
<b>Rácios de Análise</b>					
Cobertura do Limite de Endividamento de M/L Prazo	99,23%	98,00%	94,41%	92,13%	88,53%
Cobertura do Limite de Endividamento Líquido	101,93%	113,14%	87,26%	81,83%	71,44%

## 5. ANÁLISE PATRIMONIAL

### 5.1 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

#### 5.1.1. Análise do Balanço

Um dos documentos mais importantes no âmbito da análise financeira de uma entidade é o Balanço, na medida em que apresenta a sua situação patrimonial reportada a determinado momento.

Por se tratar de um documento estático, apenas a comparação entre balanços sucessivos permite obter uma ideia dinâmica da evolução da posição financeira do Município. Neste sentido, o próximo quadro reflecte a estrutura do Balanço em 31/12/2010 e período homólogo do ano anterior, evidenciando as variações apuradas.

**Quadro nº 73**

<b>Balanço</b>						
( em euros)						
Designação	2010		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Activo</b>						
<b>Imobilizado</b>	<b>92.691.903,61</b>	<b>95,09%</b>	<b>90.564.232,79</b>	<b>94,18%</b>	<b>2.127.670,82</b>	<b>2,35%</b>
<i>Bens de Domínio Público</i>	41.074.038,60	42,14%	39.094.281,15	40,65%	1.979.757,45	5,06%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	132.568,94	0,14%	79.836,48	0,08%	52.732,46	66,05%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	50.114.057,31	51,41%	50.018.263,90	52,01%	95.793,41	0,19%
<i>Investimentos Financeiros</i>	1.371.238,76	1,41%	1.371.851,26	1,43%	-612,50	-0,04%
<b>Circulante</b>	<b>4.782.818,47</b>	<b>4,91%</b>	<b>5.600.823,32</b>	<b>5,82%</b>	<b>-818.004,85</b>	<b>-14,61%</b>
<i>Existências</i>	266.748,96	0,27%	277.159,54	0,29%	-10.410,58	-3,76%
<i>Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	2.077.909,61	2,13%	2.077.909,61	2,16%	0,00	n.a.
<i>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo</i>	1.141.838,17	1,17%	1.449.505,76	1,51%	-307.667,59	-21,23%
<i>Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa</i>	456.854,58	0,47%	1.505.047,47	1,57%	-1.048.192,89	-69,65%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	839.467,15	0,86%	291.200,94	0,30%	548.266,21	188,28%
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>97.474.722,08</b>	<b>100,00%</b>	<b>96.165.056,11</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.309.665,97</b>	<b>1,36%</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>						
<b>Fundos Próprios</b>	<b>40.454.175,75</b>	<b>100,00%</b>	<b>40.409.976,37</b>	<b>100,00%</b>	<b>44.199,38</b>	<b>0,11%</b>
<i>Património</i>	31.096.583,05	76,87%	30.999.574,42	76,71%	97.008,63	0,31%
<i>Reservas Legais</i>	829.397,52	2,05%	743.415,44	1,84%	85.982,08	11,57%
<i>Doações</i>	26.523,36	0,07%	25.324,44	0,06%	1.198,92	4,73%
<i>Resultados Transitados</i>	9.440.178,90	23,34%	6.922.020,41	17,13%	2.518.158,49	36,38%
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	-938.507,08	-2,32%	1.719.641,66	4,26%	-2.658.148,74	-154,58%
<b>Passivo</b>	<b>57.020.546,33</b>	<b>100,00%</b>	<b>55.755.079,74</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.265.466,59</b>	<b>2,27%</b>
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	12.616.922,06	22,13%	14.157.623,93	25,39%	-1.540.701,87	-10,88%
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	6.029.691,97	10,57%	8.786.697,04	15,76%	-2.757.005,07	-31,38%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	38.373.932,30	67,30%	32.810.758,77	58,85%	5.563.173,53	16,96%
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>97.474.722,08</b>		<b>96.165.056,11</b>		<b>1.309.665,97</b>	<b>1,36%</b>

Com vista a proporcionar uma mais clara análise dos valores apresentados, são apresentados de seguida alguns dados que permitem a analisar as variações ocorridas.

## ESTRUTURA DO ACTIVO

Analisando detalhadamente as parcelas que compõem o activo da entidade, obtemos a seguinte distribuição gráfica:

Gráfico nº 44

### Estrutura do Activo em 2010

#### Estrutura do Activo em 2010



[  
I  
e

azo

Caixa

I

## IMOBILIZADO

Quadro n.º 74

Imobilizado						
( em euros)						
Designação	2010		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Imobilizado</b>	<b>92.691.903,61</b>	<b>100,00%</b>	<b>90.564.232,79</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.127.670,82</b>	<b>2,35%</b>
<i>Bens de Domínio Público</i>	41.074.038,60	44,31%	39.094.281,15	43,17%	<b>1.979.757,45</b>	<b>5,06%</b>
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	132.568,94	0,14%	79.836,48	0,09%	<b>52.732,46</b>	<b>66,05%</b>
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	50.114.057,31	54,07%	50.018.263,90	55,23%	<b>95.793,41</b>	<b>0,19%</b>
<i>Investimentos Financeiros</i>	1.371.238,76	1,48%	1.371.851,26	1,51%	<b>-612,50</b>	<b>-0,04%</b>

Relativamente ao ano 2009 verifica-se um incremento no valor do Imobilizado no valor de 2.127.670,82 €, o que representa um acréscimo de 2,35%.

Relativamente à estrutura do imobilizado, não se verificaram alterações significativas no que respeita ao contributo de cada uma das parcelas que compõem essa massa patrimonial. Destacam-se as imobilizações corpóreas, com maior peso, constituídas pelos Bens de Domínio Público (44,31%) e pelas Imobilizações Corpóreas (54,07%).

O gráfico apresentado de seguida demonstra a composição do activo imobilizado em 31/12/2010.



**Quadro nº 75**

<b>Imobilizado</b>						
( em euros)						
Designação	2010		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Imobilizado</b>	<b>92.691.903,61</b>	<b>100,00%</b>	<b>90.564.232,79</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.127.670,82</b>	<b>2,35%</b>
<i>Bens de Domínio Público</i>	41.074.038,60	44,31%	39.094.281,15	43,17%	<b>1.979.757,45</b>	<b>5,06%</b>
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	132.568,94	0,14%	79.836,48	0,09%	<b>52.732,46</b>	<b>66,05%</b>
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	50.114.057,31	54,07%	50.018.263,90	55,23%	<b>95.793,41</b>	<b>0,19%</b>
<i>Investimentos Financeiros</i>	1.371.238,76	1,48%	1.371.851,26	1,51%	<b>-612,50</b>	<b>-0,04%</b>

**CIRCULANTE**

O activo circulante representa 4,91% do activo líquido, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades.

No quadro seguinte é expressa a estrutura desta massa patrimonial.

**Quadro n.º 76**

Designação	Ano 2010	100%	Ano 2009	100%	Variação
<b>Circulante</b>	<b>4.782.818,47</b>		<b>5.600.823,32</b>	<b>100,00%</b>	<b>-818.004,85 -14,61%</b>
<i>Existências</i>	266.748,96	5,58%	277.159,54	<b>4,95%</b>	<b>-10.410,58 -3,76%</b>
<i>Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	2.077.909,61	43,45%	2.077.909,61	<b>37,10%</b>	<b>0,00 0,00%</b>
<i>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo</i>	1.141.838,17	23,87%	1.449.505,76	<b>25,88%</b>	<b>-307.667,59 -21,23%</b>
<i>Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa</i>	456.854,58	9,55%	1.505.047,47	<b>26,87%</b>	<b>-1.048.192,89 -69,65%</b>
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	839.467,15	17,55%	291.200,94	<b>5,20%</b>	<b>548.266,21 188,28%</b>

Verifica-se uma diminuição de 14,61% no montante de 818.004,85 €, motivada sobretudo pela diminuição verificada nos Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa.

**ESTRUTURA DO CAPITAL PRÓPRIO**

Apurado o Capital Próprio e o Passivo à data de 31/12/2010, verifica-se um ligeiro aumento no valor dos Fundos Próprios. A oscilação nos fundos próprios pode ser apreciada no quadro seguinte:

**Quadro n.º 77**

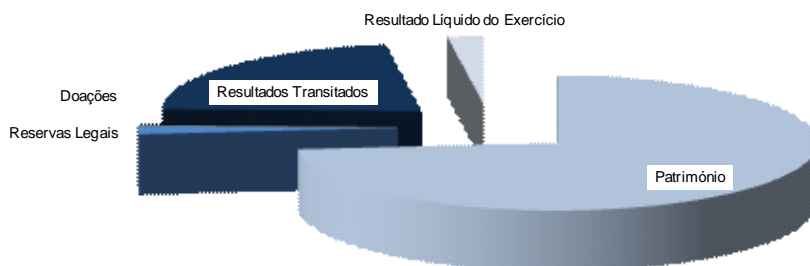
<b>Fundos Próprios</b>						
( em euros)						
Fundos Próprios	Ano 2010		Ano 2009		Variação	
	<b>40.454.175,75</b>	<b>100%</b>	<b>40.409.976,37</b>	<b>100%</b>	<b>44.199,38</b>	<b>0,11%</b>
<i>Património</i>	31.096.583,05	76,87%	30.999.574,42	76,71%	<b>97.008,63</b>	<b>0,31%</b>
<i>Reservas Legais</i>	829.397,52	2,05%	743.415,44	1,84%	<b>85.982,08</b>	<b>11,57%</b>
<i>Doações</i>	26.523,36	0,07%	25.324,44	0,06%	<b>1.198,92</b>	<b>4,73%</b>
<i>Resultados Transitados</i>	9.440.178,90	23,34%	6.922.020,41	17,13%	<b>2.518.158,49</b>	<b>36,38%</b>
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	-938.507,08	-2,32%	1.719.641,66	4,26%	<b>-2.658.148,74</b>	<b>-154,58%</b>

Constata-se um aumento de 97.008,63 € resultante de regularizações efectuadas com repercussão à data de implementação do POCAL. As variações mais significativas operaram-se ao nível dos Resultados Transitados e do Resultado Líquido do Exercício. Os Resultados Transitados, para além de acolherem o montante de 1.633.359,58 € resultantes da aplicação do Resultado Líquido do ano 2009, foram igualmente movimentados por regularizações ao activo imobilizado do Município de Estarreja.

Por sua vez, o Resultado Líquido do Exercício assumiu, pela primeira vez, desde a entrada em vigor do POCAL, um valor negativo de -938.507,08 €. Ainda assim, em termos globais o cômputo dos fundos próprios ascende a um valor muito aproximado do verificado no ano anterior.

A estrutura dos Fundos Próprios à data do Balanço, é representada no gráfico seguinte:

**Gráfico nº 45**  
**Fundos Próprios - Ano 2010**



## PASSIVO

O Passivo registou um aumento de € 1.265.466,59 face ao ano 2009, apresentando uma composição repartida entre as Dívidas a Terceiros e os Acréscimos e Diferimentos.

De notar que o referido aumento resulta da variação ocorrida em Acréscimos e Diferimentos, uma vez que, conforme se pode observar no quadro n.º 79 as dívidas a terceiros sofreram uma diminuição quer nas rubricas de curto prazo, quer nas rubricas de médio e longo prazo.

**Quadro n.º 79**

Passivo					
Passivo	Ano 2010		Ano 2009		Varição
	<b>57.020.546,33</b>	<b>100%</b>	<b>55.755.079,74</b>	<b>100%</b>	<b>1.265.466,59 2,27%</b>
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	12.616.922,06	22,13%	14.157.623,93	25,39%	<b>-1.540.701,87 -10,88%</b>
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	6.029.691,97	10,57%	8.786.697,04	15,76%	<b>-2.757.005,07 -31,38%</b>
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	<b>38.373.932,30</b>	<b>67,30%</b>	<b>32.810.758,77</b>	<b>58,85%</b>	<b>5.563.173,53 16,96%</b>

Os compromissos assumidos pelo Município concentram-se nas dívidas a terceiros e representam 32,70% do total do passivo.

Comparativamente ao exercício anterior, o conjunto dos débitos a terceiros representa uma diminuição global de 4.297.706,94 €, sendo que a diminuição mais significativa se operou na dívida de curto prazo, que só por si, assumiu um decréscimo de 45,72%, comparativamente ao exercício de 2009, conforme se pode confirmar no quadro seguinte.

**Quadro n.º 80**

Dívidas a terceiros					
Passivo	Ano 2010		Ano 2009		Varição
	<b>18.646.614,03</b>	<b>100%</b>	<b>22.944.320,97</b>	<b>100%</b>	<b>-4.297.706,94 -23,05%</b>
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	12.616.922,06	67,66%	14.157.623,93	61,70%	<b>-1.540.701,87 -12,21%</b>
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	6.029.691,97	32,34%	8.786.697,04	38,30%	<b>-2.757.005,07 -45,72%</b>

A análise pormenorizada da dívida do Município consta de capítulo próprio inserido no presente relatório de gestão.

Dando cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios resulta a inclusão nas demonstrações financeiras, no passivo do balanço, das rubricas de acréscimos de custos e de proveitos diferidos, cuja constituição se demonstra de seguida.

**Quadro n.º 81**

<b>Acréscimos e Diferimentos</b>	
<b>Acréscimos de Custos</b>	<b>627.936,68</b>
Remunerações a liquidar em 2011	556.704,84
Outros Acréscimos de Custos	71.231,84
<b>Proveitos Diferidos</b>	<b>37.745.995,62</b>
Subsídios para Investimentos	32.819.992,61
Outros Proveitos diferidos:	
Retribuição Inicial da ADRA	4.925.257,20
Proveitos diferidos diversos	745,81

Na rubrica de acréscimos de custos, destaca-se claramente o montante registado na conta de remunerações a liquidar em 2011, que representa mais de 88% do total registado. Esta importância respeita a pagamentos relativos a férias e subsídios de férias acrescidos dos respectivos encargos sociais a efectuar em 2010.

Quanto aos proveitos diferidos, a parcela mais significativa respeita a subsídios para investimentos. Esta parcela reflecte as comparticipações obtidas no âmbito de projectos homologados ao abrigo dos quadros comunitários de apoio ou de protocolos e contratos-programa para o efeito celebrados, com reconhecimento na medida dos pedidos de pagamento formalizados. Estes montantes são progressivamente reconhecidos na demonstração de resultados numa base sistemática durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os custos de amortizações relacionado, isto e, durante a vida útil dos bens subsidiados, assinalando-se a este propósito que o valor transferido em 2010 para proveitos extraordinários foi de 267.196,90 €.

Já no que se refere à retribuição inicial paga pela ADRA, e contabilizada como proveitos diferidos, salienta-se que o montante de 4.925.257,20 € corresponde a adiantamentos por conta da retribuição associada ao direito de exploração do Sistema de Abastecimento de Água e Saneamento da Região de Aveiro. Tais adiantamentos serão consumidos pelas rendas a pagar aos municípios que se vencem aquando da formação do réditto operacional (volume de negócios), de acordo com a cláusula 10ª do respectivo Contrato de Gestão.

### 5.1.2. Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados apresenta os resultados económicos das operações realizadas no exercício. Assente no princípio da especialização do exercício, reconhece os custos no ano em que são reconhecidos os proveitos que lhe estão associados.

Para melhor compreensão da evolução do desempenho do Município, o próximo quadro apresenta a estrutura da Demonstração de Resultados referente ao exercício económico de 2010 em comparação com o período homólogo de 2009, evidenciando as variações apuradas.

**Quadro nº 82**

**Demonstração de Resultados**

( em euros)

Designação	2010		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Custos e Perdas</b>						
Custo Mercadorias Vendidas e M. C. (CMVMC)	350.856,70	2,23%	386.851,51	2,43%	-35.994,81	-9,30%
Fornecimentos e Serviços Externos	4.965.477,37	31,57%	4.782.918,51	30,05%	182.558,86	3,82%
Custos com Pessoal	4.900.429,36	31,16%	5.127.345,38	32,21%	-226.916,02	-4,43%
Amortizações/ Provisões do Exercício	3.409.911,31	21,68%	3.283.573,43	20,63%	126.337,88	3,85%
Transferências /Sub Concedidos	1.014.559,91	6,45%	1.073.581,92	6,74%	-59.022,01	-5,50%
Outros Custos e Perdas Operacionais	6.905,62	0,04%	3.428,53	0,02%	3.477,09	101,42%
<b>Custos e Perdas Operacionais ( A )</b>	<b>14.648.140,27</b>	<b>93,14%</b>	<b>14.657.699,28</b>	<b>92,09%</b>	<b>-9.559,01</b>	<b>-0,07%</b>
Custos e Perdas Financeiras	236.746,36	1,51%	492.800,19	3,10%	-256.053,83	-51,96%
<b>Custos e Perdas Correntes( C )</b>	<b>14.884.886,63</b>	<b>94,65%</b>	<b>15.150.499,47</b>	<b>95,18%</b>	<b>-265.612,84</b>	<b>-1,75%</b>
Custos e Perdas Extraordinários	841.516,68	5,35%	767.056,22	4,82%	74.460,46	9,71%
<b>Total dos Custos e Perdas ( E )</b>	<b>15.726.403,31</b>	<b>100,00%</b>	<b>15.917.555,69</b>	<b>100,00%</b>	<b>-191.152,38</b>	<b>-1,20%</b>
<b>Proveitos e Ganhos</b>						
Vendas e Prestações de Serviços	1.634.170,00	11,05%	3.226.086,02	18,29%	-1.591.916,02	-49,35%
Impostos e Taxas	3.719.596,40	25,15%	3.590.768,63	20,36%	128.827,77	3,59%
Proveitos Suplementares	73.174,33	0,49%	12.702,98	0,07%	60.471,35	476,04%
Transferências /Sub Obtidos	8.062.809,77	54,52%	8.124.796,56	46,07%	-61.986,79	-0,76%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	136,80	0,00%	3.314,75	0,02%	-3.177,95	-95,87%
<b>Proveitos e ganhos Operacionais ( B )</b>	<b>13.489.887,30</b>	<b>91,22%</b>	<b>14.957.668,94</b>	<b>84,81%</b>	<b>-1.467.781,64</b>	<b>-9,81%</b>
Proveitos e Ganhos Financeiros	487.194,33	3,29%	503.074,44	2,85%	-15.880,11	-3,16%
<b>Proveitos e Ganhos Correntes ( D )</b>	<b>13.977.081,63</b>	<b>94,52%</b>	<b>15.460.743,38</b>	<b>87,66%</b>	<b>-1.483.661,75</b>	<b>-9,60%</b>
Proveitos e ganhos Extraordinários	810.814,60	5,48%	2.176.453,97	12,34%	-1.365.639,37	-62,75%
<b>Total dos Ganhos e Proveitos ( F )</b>	<b>14.787.896,23</b>	<b>100,00%</b>	<b>17.637.197,35</b>	<b>100,00%</b>	<b>-2.849.301,12</b>	<b>-16,16%</b>
<b>Resultados Operacionais: ( B-A )</b>	<b>-1.158.252,97</b>		<b>299.969,66</b>		<b>-1.458.222,63</b>	
<b>Resultados Financeiros: ( D-B ) - ( C-A )</b>	<b>250.447,97</b>		<b>10.274,25</b>		<b>240.173,72</b>	
<b>Resultados Correntes: ( D-C )</b>	<b>-907.805,00</b>		<b>310.243,91</b>		<b>-1.218.048,91</b>	
<b>Resultados Extraordinários:</b>	<b>-30.702,08</b>		<b>1.409.397,75</b>		<b>-1.440.099,83</b>	
<b>Resultado Líquido do Exercício ( F-E )</b>	<b>-938.507,08</b>		<b>1.719.641,66</b>		<b>-2.658.148,74</b>	
<b>Total dos Custos e Perdas +RLE</b>	<b>14.787.896,23</b>		<b>17.637.197,35</b>		<b>-2.849.301,12</b>	

Conforme se pode depreender da análise do quadro anterior, é a actividade operacional do Município, o factor determinante para a formação do resultado líquido em 2010, ao gerar um valor de custos superior ao valor dos proveitos dessa natureza.

Importa no entanto realçar que o nível de custos correntes sofreu uma ligeira diminuição relativamente ao exercício anterior, pelo que o resultado corrente obtido resulta da diminuição verificada ao nível dos proveitos correntes.

Uma análise mais detalhada à estrutura dos custos e proveitos relativos ao exercício económico de 2010 é efectuada nos pontos seguintes.

## ESTRUTURA DOS RESULTADOS

No exercício económico de 2010 o Resultado Líquido diminuiu € 2.658.148,74, comparativamente ao exercício anterior devido, essencialmente, à diminuição verificada nos proveitos operacionais e nos proveitos extraordinários, conforme mencionado no ponto anterior.

O gráfico apresentado de seguida demonstra a evolução ao nível dos resultados verificada entre o ano 2009 e o ano 2010.

**Gráfico nº 46**



## ESTRUTURA DOS CUSTOS E PERDAS

Analisando a estrutura de custos e perdas verifica-se que diminuíram € 191.152,38, comparativamente ao ano 2009, o que corresponde a uma diminuição de 1,20 % face ao exercício anterior. A variação verificada resulta essencialmente da diminuição verificada ao nível dos Custos e Perdas Operacionais e dos Custos e Perdas Financeiros.

**Gráfico nº 47**



No que se refere aos Custos e Perdas Extraordinários, verifica-se um acréscimo de 74.46,46 €, relacionado com o aumento operado nas transferências de capital concedidas, e nas correções contabilizadas como correções relativas a exercícios anteriores.

Os Custos e Perdas Operacionais totalizaram no exercício em análise € 14.648.140,27, destacando-se a rubrica de Despesas com o Pessoal representando 31,16% do total de Custos e Perdas, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos representativa de 31,57%, bem como a rubrica de Amortizações do Exercício que absorveu 21,68% da totalidade dos Custos e Perdas do exercício.

**Gráfico n.º 48**



#### **ESTRUTURA DOS PROVEITOS E GANHOS**

Os Proveitos e Ganhos apresentaram uma diminuição de € 2.849.301,12, o que corresponde a um decréscimo de 16,16% comparativamente ao exercício anterior.

Para este resultado concorreram a diminuição nos proveitos e ganhos operacionais (-9,81%) e dos proveitos e ganhos extraordinários (-62,75%).

**Gráfico n.º 49**



Os Proveitos e Ganhos Operacionais totalizaram € 13.489.887,30 reflexo de uma diminuição de 9,81% comparativamente ao ano anterior. O quadro e gráfico seguintes evidenciam as rubricas que contribuíram para a variação ocorrida.

Quadro n.º 83

Proveitos e Ganhos Operacionais				
Designação	2010	2009	Variação	
Vendas e Prestações Serviços	1.634.170,00	3.226.086,02	-1.591.916,02	-49,35%
Impostos e Taxas	3.719.596,40	3.590.768,63	128.827,77	3,59%
Proveitos Suplementares	73.174,33	12.702,98	60.471,35	476,04%
Transf. / Sub. Obtidos	8.062.809,77	8.124.796,56	-61.986,79	-0,76%
Outros P. G. Operacionais	136,80	3.314,75	-3.177,95	-95,87%
<b>Total</b>	<b>13.489.887,30</b>	<b>14.957.668,94</b>	<b>(1.467.781,64)</b>	<b>-9,81%</b>

Gráfico n.º 50



A diminuição nas vendas e prestações de serviços impulsionou o decréscimo verificado no total dos proveitos operacionais, pelo que merece uma análise mais detalhada, através do quadro seguinte:

Quadro n.º 84

Vendas e Prestações de Serviços				
Designação	2010	2009	Variação	
Vendas de bens	44.277,29	4.044,02	40.233,27	994,88%
Saneamento	623.584,05	1.509.216,84	-885.632,79	-58,68%
Resíduos Sólidos	280.218,64	299.142,91	-18.924,27	-6,33%
Distribuição de Água	408.567,30	1.133.847,85	-725.280,55	-63,97%
Trabalhos por conta de Particulares	19.941,99	59.237,60	-39.295,61	-66,34%
Aluguer de Espaços e Equipamentos	3.218,33	956,73	2.261,60	236,39%
Instalações Desportivas, Culturais e Recreativas	203.836,09	180.059,70	23.776,39	13,20%
Estacionamento	6.535,36	6.588,72	-53,36	-0,81%
Prestação de Serviços Administrativos	14.189,46	13.960,91	228,55	1,64%
Rendas - Habitação Social	15.360,77	14.957,96	402,81	2,69%
Rendas - Cessões de Exploração	7.147,20	1.800,00	5.347,20	297,07%
Arrematações	3.500,00	-	3.500,00	n.a
Diversos	3.793,52	2.272,78	1.520,74	66,91%
	<b>1.634.170,00</b>	<b>3.226.086,02</b>	<b>(1.591.916,02)</b>	<b>-49,35%</b>

A análise ao quadro n.º 84 permite-nos concluir que as parcelas que mais contribuíram para a diminuição dos proveitos operacionais foram o saneamento, a distribuição de água.

A explicação para este facto assenta no Contrato de Parceria Pública celebrado entre o Estado e o conjunto de Municípios do Sistema de Águas da Região de Aveiro e respectivo contrato de Gestão, através do qual foi cedido à ADRA – Águas da Região de Aveiro, SA o direito de exploração do Sistema de Abastecimento de Água e Saneamento do concelho. Este contrato produziu efeitos a partir de 1 de Junho de 2010.

Como contrapartida, o Município recebeu uma retribuição inicial de 3.283.504,78 €, que, conforme já foi referido no ponto 3.1.1. foi contabilizada como Provento Diferido, cumprindo com o princípio da especialização dos exercícios, não afectando desta forma o resultado do exercício.

Os Proveitos e Ganhos Extraordinários verificaram uma diminuição global de € 1.365.639,37, correspondente a um decréscimo de 62,75% face ao exercício económico anterior.

#### Quadro n.º 85

Proveitos e Ganhos Extraordinários				
Designação	2010	2009	Variação	
Ganhos em Existências	433,36	68,31	365,05	534,40%
Ganhos em Imobilizações	276.114,76	1.978.099,62	-1.701.984,86	-86,04%
Benefícios e Penalidades Contratuais	180.735,36	108.207,50	72.527,86	67,03%
Correcções relativas a exercicios anteriores	67.971,47	9.669,49	58.301,98	602,95%
Transferências de Capital	267.196,90	57.278,96	209.917,94	366,48%
Outros	18.362,75	23.130,09	-4.767,34	-20,61%
	<b>810.814,60</b>	<b>2.176.453,97</b>	<b>(1.365.639,37)</b>	<b>-62,75%</b>

Conforme se constata da análise do quadro n.º 85, a diminuição verificada nos Ganhos em Imobilizações foi a que mais contribuiu para a variação negativa dos resultados extraordinários.

Esta conta é utilizada, nomeadamente, para a contabilização de vendas de imobilizado quando se verifique que o valor de venda é superior ao valor contabilístico dos bens, tendo-se verificado um decréscimo neste tipo de proveitos.

De destacar ainda é o aumento verificado nas transferências de capital, que reflecte o reconhecimento de proveitos associados ao financiamento de investimentos. Esta variação reflecte um esforço levado a cabo no exercício de 2010 em regularizar e sistematizar os procedimentos inerentes a esta operação contabilística.



## 6. INDICADORES DE GESTÃO

### 6.1. Indicadores Orçamentais

**Quadro nº 86 – Resumo dos Indicadores Orçamentais** (unidade monetária : Euros)

RÁCIOS DE ESTRUTURA DA RECEITA (%)											
Designação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Imp Directos / Rec Correntes	41,3%	34,8%	32,0%	22,8%	30,4%	29,1%	28,9%	28,1%	25,6%	22,3%	26,2%
Imp. Indirectos / Rec. Correntes	2,3%	2,3%	1,3%	1,1%	3,1%	2,8%	2,6%	2,6%	3,1%	2,8%	1,0%
Passivos Finac/Rec Correntes	28,3%	5,6%	41,8%	3,0%	23,2%	26,1%	11,0%	1,2%	0,4%	21,0%	n.a
Passivos Finac/Rec Capital	42,3%	7,2%	30,4%	5,2%	32,6%	36,7%	19,2%	1,9%	0,6%	27,5%	n.a
Passivos Finac/Rec Totais	17,0%	3,1%	17,6%	1,9%	13,5%	15,2%	7,0%	0,7%	0,2%	11,9%	n.a
Rec. Correntes / Rec. Totais	59,9%	56,5%	42,1%	63,5%	58,5%	58,5%	63,5%	62,6%	60,7%	56,6%	54,3%
Rec. de Capital / Rec. Totais	40,1%	43,5%	57,9%	36,5%	41,5%	41,5%	36,5%	37,4%	39,3%	43,4%	45,7%
RÁCIOS DE ESTRUTURA DA DESPESA (%)											
Designação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Pessoal/ Desp Correntes	51,7%	51,5%	51,8%	53,0%	49,1%	50,3%	45,8%	43,6%	41,7%	44,6%	38,8%
Pessoal/ Desp Totais	25,0%	23,3%	18,9%	22,9%	22,4%	24,3%	26,2%	24,3%	23,1%	23,8%	22,4%
Investimentos / Desp. Capital	83,0%	83,1%	88,9%	87,2%	85,7%	87,6%	84,6%	83,8%	81,6%	74,1%	72,8%
Investimentos/ Desp Totais	42,8%	45,4%	56,5%	49,6%	46,6%	45,4%	36,2%	37,1%	36,5%	34,5%	30,8%
Desp Correntes/ Desp Totais	48,4%	45,3%	36,5%	43,1%	45,7%	48,2%	57,2%	55,8%	55,2%	53,4%	57,7%
Desp. de Capital / Desp Totais	51,6%	54,7%	63,5%	56,9%	54,3%	51,8%	42,8%	44,2%	44,8%	46,6%	42,3%
RÁCIOS FINANCEIROS (%)											
Designação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Pessoal/ Rec Correntes	40,2%	42,7%	42,3%	33,9%	38,6%	41,4%	41,1%	38,7%	38,0%	40,0%	43,3%
Pessoal/Fundos Municipais	67,1%	64,3%	61,2%	61,0%	60,9%	63,8%	69,1%	69,2%	70,9%	67,4%	67,3%
Pessoal/F.E.F. + F.S.M. + P.F.IRS Cor	111,8%	113,5%	102,0%	101,7%	101,4%	106,3%	115,2%	104,5%	108,4%	100,5%	101,8%
Fundos Municipais / Desp. Totais	37,3%	36,3%	30,8%	37,5%	36,9%	38,1%	38,0%	35,2%	32,5%	35,3%	33,2%
Amort +Juros/ Rec Totais	4,9%	6,6%	4,6%	5,3%	5,6%	5,3%	6,0%	6,6%	6,9%	6,8%	4,4%
Rec Correntes/ Desp Correntes	128,5%	120,6%	122,2%	156,2%	127,2%	121,6%	111,6%	112,8%	109,8%	111,4%	89,5%
Rec de Capital / Desp de Capital	80,7%	77,0%	96,5%	68,2%	76,0%	80,4%	85,9%	85,1%	87,7%	98,0%	102,4%
(Imp Directos+Fundos Municipais)/Rec Total	60,7%	57,2%	42,6%	49,8%	54,8%	55,0%	56,1%	52,5%	48,1%	46,3%	49,2%
PassivosFinanceiros/Investimentos	41,1%	6,7%	33,0%	4,1%	28,9%	33,7%	19,5%	2,0%	0,6%	36,3%	n.a.
Recursos Próprios/Rec Total	83,0%	96,9%	82,4%	98,1%	86,5%	84,8%	93,0%	99,3%	99,8%	88,1%	100,0%
Recursos Próprios/Desp Total	86,2%	93,7%	87,2%	104,1%	85,9%	85,0%	93,6%	99,8%	99,7%	92,6%	95,0%

Da análise dos indicadores apresentados no quadro n.º 86, podemos retirar as seguintes conclusões:

1. Em 2010 o Município não arrecadou receitas provenientes de empréstimos, o que se traduz na não aplicação de alguns rácios utilizados em anos anteriores;
2. A evolução dos Impostos Directos (RECEITAS FISCAIS) inverteu a tendência de descida que iniciou no ano 2006, assistindo-se no ano 2010 a uma recuperação neste indicador;
3. As RECEITAS DE CAPITAL inverteram a tendência de decréscimo da sua expressão nas RECEITAS TOTAIS, com um ligeiro aumento iniciado em 2007, e mantendo-se a referida tendência até 2010.
4. As DESPESAS COM PESSOAL representam 22,4% das Despesas Totais. Em 2009 este rácio situava-se nos 23,8% o que reflecte uma diminuição no peso deste agregado no cômputo das despesas;
5. Os INVESTIMENTOS continuam a ter uma grande expressão quer nas despesas de capital quer nas despesas totais, apesar de registarem uma ligeira diminuição da sua expressividade nas Despesas de Capital e nas Despesas Totais.

6. De realçar, um pequeno aumento do peso das Despesas Correntes relativamente às Despesas Totais, mas confirmando a sua representatividade maioritária.
7. Os ENCARGOS COM PESSOAL representam em 2010 43,3% das receitas correntes arrecadadas, ou seja, 43,3% das receitas correntes obtidas são utilizadas em pagamentos de vencimentos e outros encargos com pessoal. O valor obtido em 2010 representa uma subida relativamente ao exercício de 2009. esta variação deve-se à diminuição das receitas correntes uma vez que as despesas com pessoal diminuíram ligeiramente face ao período homólogo.
8. Durante o ano de 2010, os Fundos Municipais Correntes continuaram a não ser suficientes para pagar o valor de Encargos com Pessoal, situação que já se verifica desde o ano 2000. No entanto os Fundos Municipais financiaram, em 2010, 67,3% das despesas com pessoal.
9. Entre os anos 2000 e 2009, as RECEITAS CORRENTES eram suficientes para fazer face às despesas correntes, produzindo mesmo a designada POUPANÇA CORRENTE, ou seja serviam ainda para financiar DESPESAS DE CAPITAL. No ano 2010, verifica-se que as receitas correntes suportam 89,5% das despesas correntes.
10. Em 2010, as receitas oriundas de transferências de fundos do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Directa e Variável no IRS), permitem suportar cerca de 33,2% das Despesas efectuadas pelo município.

## 6.2. Indicadores de Gestão patrimonial

**Quadro nº 87 – Resumo dos Indicadores de Gestão Patrimonial**

Rubricas	2010	2009
1. Fundos Próprios	40.454.175,75	40.409.976,37
2. Capitais Alheios de Médio e Longo Prazos	12.616.922,06	14.157.623,93
3. Capitais Alheios de Curto Prazo	6.029.691,97	8.786.697,04
4. Capitais Alheios Totais	18.646.614,03	22.944.320,97
5. Passivo Total	57.020.546,33	55.755.079,74
6. Capitais Permanentes	53.071.097,81	54.567.600,30
7. Activo Fixo	92.691.903,61	90.564.232,79
8. Activo Circulante	3.943.351,32	5.309.622,38
9. Passivo Circulante	6.029.691,97	8.786.697,04
10. Activo Total	97.474.722,08	96.165.056,11
11. Activo Total excluindo Bens de Domínio Público	56.400.683,48	57.070.774,96
12. Imobilizado Líquido	92.691.903,61	90.564.232,79
13. Existências	266.748,96	277.159,54
15. Resultado Líquido do Exercício	-938.507,08	1.719.641,66
Rácios/Indicadores	2010	2009
A. Estrutura de Endividamento ( 3/4 )	32,34%	38,30%
B. Endividamento ( 4/1 )	46,09%	56,78%
C. Solvabilidade (10/4 )	522,75%	419,12%
D. Solvabilidade s/ Bens de Dom. Público (11/4 )	302,47%	248,74%
E. Autonomia Financeira ( 1/10 )	41,50%	42,02%
F. Grau de Cobertura do Imobilizado ( 6/12 )	57,26%	60,25%
G. Liquidez Geral ( 8/9 )	0,65	0,60

Da análise aos indicadores apresentados podemos concluir o seguinte:

- A. 32,34% dos capitais alheios têm uma exigibilidade de curto prazo (fornecedores conta corrente e fornecedores de imobilizado de curto prazo), o que representa uma diminuição relativamente ao exercício de 2009.
- B. O indicador de Endividamento apresentado no quadro n.º 87, traduz a relação existente entre o Passivo e os Fundos Próprios da autarquia representando assim a capacidade que a entidade tem de fazer face aos seus compromissos exclusivamente com Fundos Próprios.
- C. O município de Estarreja apresenta um elevado grau de solvabilidade (522,75%), significando que o seu activo é mais que suficiente para garantir a liquidação do seu passivo. Devido à diminuição do valor da dívida comparativamente ao exercício 2009, este indicador apresenta-se mais favorável em 2010;
- D. Atendendo à especificidade desta entidade que lhe confere a titularidade de Bens do Domínio Público, será pertinente analisar este mesmo indicador de forma ajustada. Para este efeito, se expurgarmos o valor dos bens de Domínio Público do Activo Total, concluiremos por uma cobertura dos Capitais Alheios Totais de 302,47%;
- E. A taxa de financiamento do activo total por capitais próprios é de 41,50%, sendo o restante financiado por capitais alheios;
- F. O imobilizado líquido é financiado em 60,25% por capitais permanentes (Capitais Próprios mais Capital alheio de médio e longo prazo).
- G. Revela-nos a capacidade que a empresa tem de solver as suas obrigações correntes. É um teste de solvência a curto prazo. Comparativamente ao ano 2009, verifica-se uma ligeira melhoria neste indicador, uma vez que, ao aproximar-se de 1, o Município encontra-se mais próximo do equilíbrio financeiro de curto prazo.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Com base no Balanço e Demonstração de Resultados relativos ao exercício económico de 2009, verifica-se que o Resultado Líquido do Exercício do ano em análise se cifrou no montante negativo de € 938.507,08

De notar que a aplicação do Resultado Líquido do Exercício é condicionada pelo disposto nos pontos 2.7.3.1 a 2.7.3.5 do POCAL, que referem:

---

2.7.3.1- A aplicação do Resultado Líquido do Exercício é **aprovada pelo órgão deliberativo, mediante proposta fundamentada do executivo.**

2.7.3.2- No início de cada exercício o Resultado Líquido do Exercício anterior, é transferido para a conta 59 - "Resultados Transitados".

2.7.3.3. - Quando houver saldo positivo na conta 59 - "Resultados Transitados" o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

2.7.3.4 - É **obrigatório** o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 - "Património" corresponda a **20% do activo líquido.**

2.7.3.5 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, deve constituir-se o reforço anual da conta 571 - "Reservas Legais" no **valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.**

---

Nesta conformidade, e de acordo com o preceituado, propõem-se que o resultado líquido do exercício de 2010, no montante negativo de 938.507,08 € euros seja aplicado da seguinte forma:

- Resultados Transitados.